

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
A CEMIG DISTRIBUIÇÃO	5
NOSSO NEGÓCIO	7
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	11
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	15
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA	23
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO.....	26
INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES.....	27
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES	31
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	39
SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA	70
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	71
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	73
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	74
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	76
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	77
1. CONTEXTO OPERACIONAL	77
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	78
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	80
4. DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO.....	82
5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	84
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	84
7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	84
8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	86
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	88
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	88
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	92
12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS DA CONCESSÃO	92
13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	94
14. ARRENDAMENTOS	98
15. FORNECEDORES	100
16. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	100
17. DEBÊNTURES.....	102
18. ENCARGOS SETORIAIS.....	107
19. CONTAS A PAGAR RELACIONADO À ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES	107
20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	108
21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS	114
22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	120
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA	121
24. RECEITA.....	125
25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	126
26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B"	126
27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	127
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	128
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	132
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	142
31. REAJUSTE TARIFÁRIO DO EXERCÍCIO DE 2024 E REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DE 2023	143
32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	146
33. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	157
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	160
TERMO DE RESPONSABILIDADE	164
PARECER DO CONSELHO FISCAL	165

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas,

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig D”), subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório do Comitê de Auditoria e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Também são apresentadas as declarações dos vice-presidentes que revisaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o respectivo relatório dos Auditores Independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2024, desenvolvemos diversas atividades e alcançamos resultados importantes em relação à nossa estratégia, que é focada em 6 direcionadores fundamentais: encantar o cliente, criação de valor, inovação, cultura de resultados, ESG e segurança.

Encantar o cliente

Nosso foco no cliente é uma prioridade central. Em 2024, implementamos diversas iniciativas na distribuição para encantar nossos clientes. Ampliamos a rede de atendimento, modernizamos a infraestrutura e adotamos tecnologias avançadas para garantir um fornecimento de energia mais confiável e eficiente. Lançamos programas de atendimento personalizado e canais de comunicação direta para resolver rapidamente as demandas dos clientes. Além disso, investimos em projetos de eficiência energética e sustentabilidade, proporcionando soluções que atendem às necessidades específicas de cada cliente, promovendo economia e contribuindo para um futuro mais sustentável.

Realizamos R\$4,18 bilhões em investimentos na distribuição, e entregamos nosso compromisso em investir 4 vezes a QRR (Quota de Reintegração Regulatória). Até o fim de 2024, foram entregues 127 empreendimentos de subestações dentro do Programa Mais Energia.

Estes investimentos contribuíram para a melhoria da qualidade do nosso serviço, medida por meio dos nossos indicadores DEC e FEC. Conseguimos entregar melhorias além do enquadramento regulatório nesses indicadores, com redução em cerca de 2,5 horas no DEC percebido.

Lançamos o programa Cemig Agro com o objetivo de melhorar o desempenho na área rural, reforçando nossa responsabilidade com a eficiência e a qualidade do serviço para nossos clientes rurais, além de promover a descarbonização deste segmento da economia. Para apoiar este segmento, destacamos o projeto Minas trifásico que tem como objetivo converter redes monofásicas em trifásicas, além de realizar a interligação e expansão de redes de média tensão. Neste ano concluímos 3.068 km de rede.

Desta forma, contribuimos com o crescimento da economia de Minas Gerais, transmitindo confiança e segurança à sociedade. Nossa visão de crescimento e proximidade com a sociedade se estende ao apoio à cultura mineira. Hoje, a Cemig é a maior incentivadora de cultura dentro do estado de Minas Gerais e uma das maiores do País.

Criação de valor

Em 2024, a Cemig consolidou sua liderança na comercialização livre varejista, expandindo nossa atuação e oferecendo soluções personalizadas para nossos clientes. A Cemig se destacou pela flexibilidade e competitividade no mercado livre de energia, proporcionando aos consumidores maior autonomia e economia. Seus esforços em ampliar a comercialização livre varejista resultaram em um crescimento significativo na base de clientes e na diversificação das fontes de receita. Manteve sua liderança no atendimento ao mercado livre do Brasil com 14% do *market share*.

Inovação

Em 2024, avançamos significativamente na nossa jornada de transformação digital, dentro do nosso pilar inovação.

Implementamos a nova solução ADMS (*Advanced Distribution Management System* – Sistema Avançado de Gerenciamento da Distribuição): SCADA (*Supervisory Control and Data Acquisition* – Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados) da Alta Tensão em 520 subestações, fortalecendo a atividade de gestão da rede elétrica e agilizando o tempo de resposta a incidentes. Estamos em processo de modernização do nosso SAP com a atualização do ERP para o SAP S/4 Hana, com previsão de conclusão em 2025.

No mercado livre de energia, a Cemig evoluiu a plataforma de comercialização de energia com implantação da nova área do cliente, com a jornada 100% digital para os clientes varejistas do grupo A, além da modernização da plataforma, aumentando a aderência da solução ao setor de energia, dentre outros.

Lançamos o Inova Cemig LAB, maior programa de inovação aberta do setor elétrico brasileiro, que ao longo dos dois primeiros editais envolveu 454 *startups* de 15 países e 17 estados brasileiros, promovendo cultura de inovação através do engajamento de 336 funcionários de 11 diretorias da Cemig.

Em 2024, fechamos parcerias com 20 instituições para apoiar nossos projetos de inovação. As instituições parceiras do Inova Cemig incluem universidades, centro de pesquisa, institutos de ciência e tecnologia e *hubs* de inovação de Minas Gerais e de todas as regiões do Brasil. Fizemos o lançamento de 15 projetos de PDI com investimento de R\$40,7 milhões.

ESG

No campo de sustentabilidade, suportando nosso pilar ESG, a Cemig foi incluída na prestigiada “A List” do *Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change 2024*, obtendo pontuação máxima em 10 dos 16 critérios avaliados. Além disso, obteve 6 pontos adicionais em sua nota, segundo avaliação do *Dow Jones Sustainability Index*.

Em 2024, atingimos a marca de 1 milhão de árvores plantadas no nosso programa de restauração florestal, iniciado em 2019. Foram plantadas mudas de espécies nativas como ipê, pequi, cedro, jacarandá-da-bahia, entre outras no estado de Minas Gerais.

Segurança

No pilar Segurança, fizemos a reformulação das “regras de ouro” de Saúde com o objetivo de simplificar e garantir o cumprimento das mesmas nas operações, focando em 4 ações: Análise de Risco, Respeito às Leis de Trânsito, Uso de EPIs, ASTA/ABSTA (Abrir, sinalizar, testar, aterrar).

Cultura de resultados

Destacamos a execução do maior plano de investimentos da nossa história, desinvestimentos de ativos não estratégicos, eficiência operacional e sustentabilidade. Podemos observar que o programa de investimentos da Cemig, que totaliza R\$59,1 bilhões de 2019 até 2029, está sendo executado de forma diligente, e já se encontra com mais de 60% executado ou contratado.

Com um incremento de R\$703 milhões, alcançamos um Lajida societário de R\$3,8 bilhões, enquanto o lucro líquido societário aumentou em R\$595 milhões, e recebemos a melhor classificação de risco de crédito, AAA, atribuída pela *Fitch Ratings*. Esse reconhecimento é fruto dos nossos resultados consistentes, forte geração de caixa, diversificada base de ativos e disciplina na alocação de capital. Esses marcos importantes demonstram nosso compromisso com a transformação da Companhia, a qual acreditamos ser a base para resultados sólidos e sustentáveis, suportando nosso pilar de cultura de resultados.

Dentro da nossa estratégia financeira, emitimos a 10ª e 11ª debêntures da Cemig D, totalizando R\$4,5 bilhões em títulos sustentáveis, mais uma ação que reforça nosso pilar ESG. Após esta operação, o prazo médio da dívida foi de 2,7 anos em 31 de dezembro de 2023, para 5,1 anos em 31 de dezembro de 2024.

Acreditamos muito no plano estratégico que foi desenhado em 2019 cujo lema era Focar e Vencer e aqui listamos algumas entregas relevantes para cada um dos pilares do nosso plano. Agradecemos a confiança de nossos empregados, acionistas, comunidades e demais partes interessadas. Reafirmamos nosso compromisso com a geração de valor sustentável e a busca constante pela excelência na prestação de serviços.

A CEMIG DISTRIBUIÇÃO

A Cemig D iniciou suas atividades em janeiro de 2005, como resultado do desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Cemig D é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país, sendo a maior distribuidora da América Latina.

Estratégia Cemig

A estratégia da Cemig para o período de 2025 a 2029 foi aprovada por seu Conselho de Administração em dezembro de 2024. A estratégia visa acelerar a transformação da Companhia a partir de seis direcionadores principais, apresentados no diagrama a seguir:

Direcionadores Estratégicos



Trata-se de uma atualização da estratégia “Focar e Vencer” que está em execução desde 2020. Essa estratégia contempla o maior plano de investimento da história da Cemig, com a projeção de R\$59,1 bilhões a serem investidos entre 2019 e 2029. Essas iniciativas deverão guiar a Companhia para atingir os principais compromissos traçados, listados a seguir:

Visão Geral da Estratégia Focar e Vencer 2025-2029



Nossa missão, visão e valores



Princípios Éticos e Código de Conduta Cemig

Código de Conduta Cemig

O novo Código de Conduta Cemig (<http://ri.cemig.com.br>) foi revisto e construído com a participação dos empregados de todas as áreas da Companhia. Ele tem como base os pilares institucionais da Cemig - o respeito à vida, integridade, geração de valor, comprometimento, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social - além de um alinhamento à identidade cultural da Companhia. É um pacto que visa a incorporação de valores, objetivos e comportamentos comuns, desenvolvendo uma cultura de integridade. O Código deve ser cumprido por todos os seus destinatários: administradores, conselheiros fiscais, membros de comitês estatutários, empregados, estagiários e terceiros, em qualquer relação estabelecida com as partes interessadas da Companhia.

Comissão de Ética

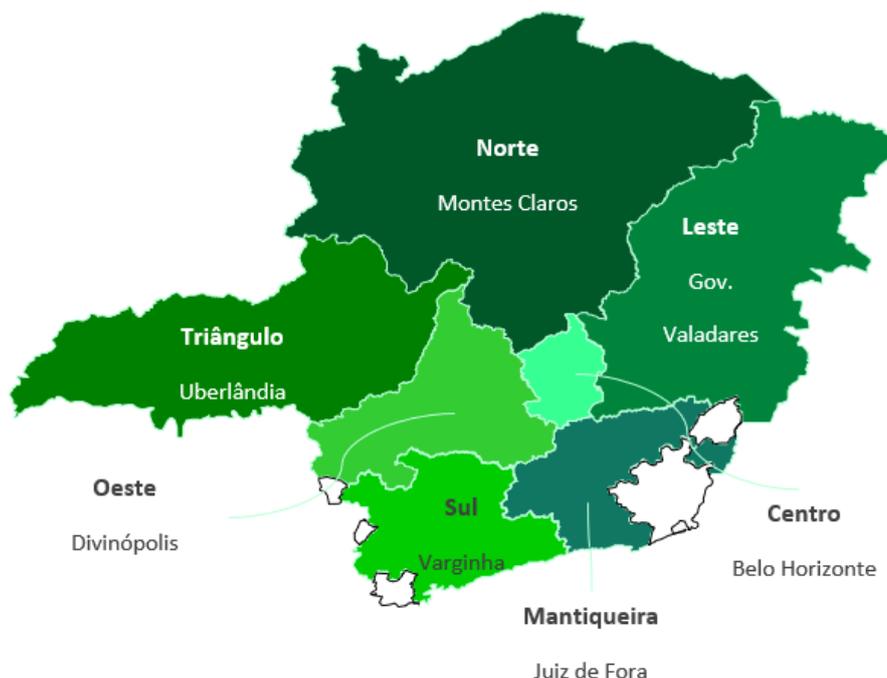
A Comissão de Ética da Cemig tem o objetivo de, dentre outras atribuições, coordenar as ações da Companhia em relação à gestão do “Código de Conduta Cemig” (interpretação, divulgação, aplicação e atualização), além da avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos do Código.

A Comissão é composta por 8 membros titulares entre Superintendentes e Gerentes, nomeados pela Diretoria Executiva. A Comissão de Ética pode ser contatada por meio do Canal de Denúncias Anônimas disponível na intranet corporativa, através de e-mail, correspondência interna ou externa ou por telefone exclusivo, meios amplamente divulgados junto à força de trabalho da Cemig. Esses canais possibilitam o recebimento de denúncias e consultas, o que pode resultar na instauração de procedimentos de apuração relativos a eventuais descumprimentos do “Código de Conduta Cemig”.

NOSSO NEGÓCIO

A Cemig D faz cobertura de 774 municípios em Minas Gerais. Sua área de concessão abrange 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, conforme segue:

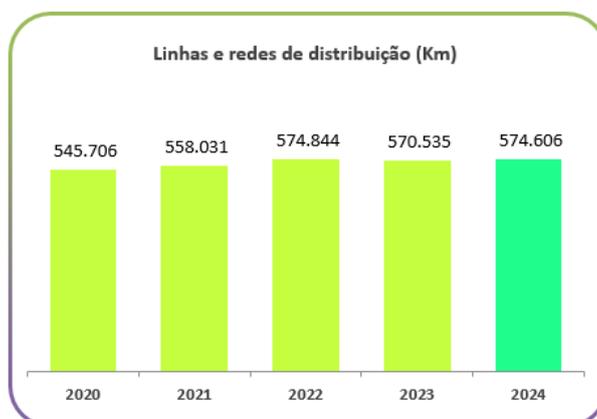
Área de atuação



Linhas e redes de distribuição

A Cemig D possui atualmente 574.606 km de redes de distribuição, sendo 142.971 km em área urbana, 412.387 km de redes rurais e 19.248 km de linhas de distribuição, atendendo a um mercado de 9.404 mil clientes em 2024.

No gráfico a seguir podemos observar o crescimento das linhas e redes de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Número de consumidores por categoria

Classe	Número de Consumidores				
	2024	2023	2022	2021	2020
Cientes Cativos					
Residencial	7.960.300	7.725.836	7.501.704	7.297.174	7.113.837
Industrial	23.807	28.437	29.201	29.580	29.525
Comercial	916.307	943.831	948.615	793.708	776.942
Rural	405.953	422.829	462.142	673.008	688.201
Poder público	72.681	69.670	69.302	67.584	66.388
Iluminação pública	7.209	6.659	7.194	6.831	6.144
Serviço público	13.688	13.703	13.586	13.678	13.676
Subtotal	9.399.945	9.210.965	9.031.744	8.881.563	8.694.713
Variação %	2,05	1,98	1,69	2,15	1,87
Cientes Livres					
Industrial	1.865	1.221	1.079	965	847
Comercial	2.377	1.714	1.462	1.263	907
Rural	84	22	14	23	17
Serviço Público	12	22	12	6	-
Concessionária (Distribuidora)	68	8	3	3	3
Subtotal	4.406	2.987	2.570	2.260	1.774
Total (*)	9.404.351	9.213.952	9.034.314	8.883.823	8.696.487
Variação %	2,07	1,99	1,69	2,15	1,88

(*) Exclui o consumo próprio

Considerando dados de dezembro de 2024, a Cemig D ocupa a 3ª posição no *ranking* de clientes beneficiados com a tarifa social do Brasil, atendendo uma média de 1.320 mil consumidores neste perfil, o que representa, aproximadamente, 17% do total de consumidores faturados na classe residencial.

Geração distribuída (GD)

A Aneel implementou, em 2012, por meio da Resolução Normativa Aneel nº 482, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), a fim de incentivar a geração de energia renovável. Esse sistema permite que o usuário produza a própria energia utilizando fontes renováveis, como painéis solares, e utilize o que sobrar para reduzir a conta de luz. Além disso, o excedente é convertido em créditos e pode ser utilizado em outras unidades que o usuário possua, desde que estejam na mesma área de concessão.

Ou seja, o SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração distribuída (potência instalada até 75 kW) ou minigeração distribuída (potência instalada entre 75 kW e 5 MW) seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local, e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica, respeitando-se a validade de 60 meses. Essa solução é economicamente benéfica, sendo sustentável e promovendo o uso eficiente de energia.

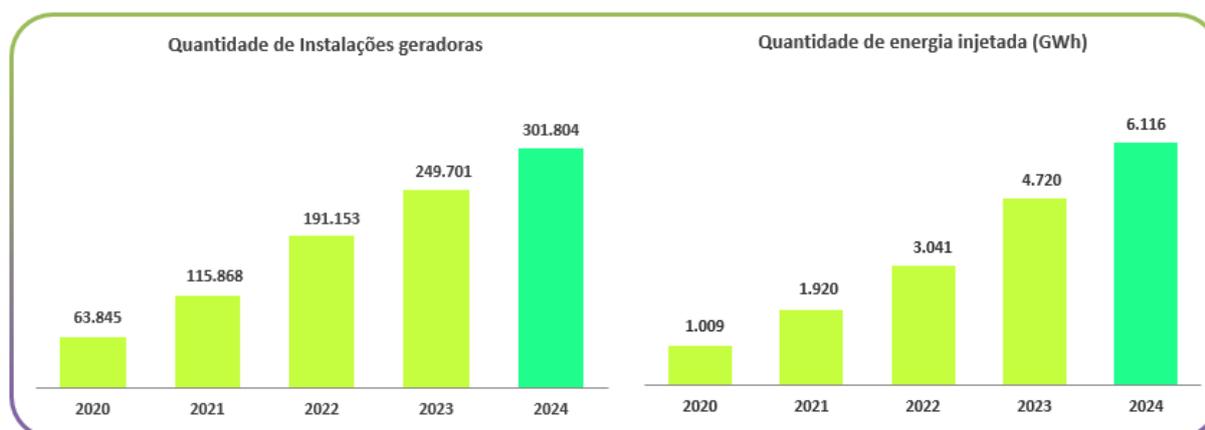
Para que tenham acesso aos benefícios do SCEE, os usuários devem solicitar a realização da conexão na rede de distribuição, por meio de requerimento formulado pelo acessante (consumidor) e entregue à acessada (distribuidora).

Após aprovação da documentação e tratativas dos serviços necessários, as condições técnicas e comerciais definitivas serão apresentadas pela distribuidora na emissão do Parecer de Acesso, que também garante a reserva de carga e/ou da geração pretendida. Somente com o Parecer de Acesso favorável, o cliente estará autorizado a executar a implantação da central geradora.

Desde 2012, quando a Aneel criou o SCCE, a Cemig vem sendo protagonista no mercado de conexões de GD no país, sendo pioneira quanto ao número de conexões de geração distribuída e estando em primeiro lugar em relação à potência injetada na rede.

A evolução do número de clientes de GD por classe, da quantidade de instalações geradoras conectadas na rede de distribuição da Cemig D, bem como da quantidade de energia injetada ao longo dos últimos anos é demonstrada na sequência:

	Número de Consumidores				
	2024	2023	2022	2021	2020
Consumidores de GD					
Residencial	226.201	184.181	141.080	82.834	44.595
Industrial	4.496	4.248	3.439	2.390	1.637
Comercial	28.670	23.476	15.138	7.390	4.108
Rural	33.092	28.013	20.953	14.236	7.526
Poder público	1.145	889	611	361	264
Serviço público	18	11	7	5	3
Total	293.622	240.818	181.228	107.216	58.133



AMBIENTE MACROECONÔMICO

No cenário internacional, o ano de 2024 começou sob a perspectiva de continuidade do movimento de convergência da inflação nos Estados Unidos em direção à meta de uma forma mais rápida. Essa expectativa foi frustrada no primeiro semestre do ano, pela manutenção da robustez no mercado de trabalho, atrelada a números menos favoráveis de inflação nos Estados Unidos. Essa frustração deu margem a seguidas reavaliações, pelos agentes dos mercados, de quando enfim teria início o ciclo de corte de juros por parte do banco central norte-americano (FED).

Dados mais fracos do mercado de trabalho referentes a julho, bem como de inflação, levaram o FED a reduzir os juros básicos nos Estados Unidos (*federal funds rate* - FFR) em 50 pontos-base na reunião de setembro. Nas próximas duas reuniões do FED, foram efetuadas duas reduções de 25 pontos base, levando a FFR ao nível de 4,25%-4,50% ao ano no encerramento de 2024.

O cenário internacional mais desafiador levou em parte à desvalorização do real em relação ao dólar americano, conseqüentemente, ao aumento da inflação e da taxa básica de juros (Selic) no Brasil em 2024.

No Brasil, o ano de 2024 foi marcado pelo crescimento da atividade econômica. Apesar da queda da safra de grãos em relação a 2023 (que havia sido recorde), causada por fatores climáticos, esse crescimento decorreu de uma combinação de: (i) pagamento extraordinário de precatórios, de cerca de R\$90 bilhões ao final de 2023; (ii) reforço de caixa de governos regionais em 2023, permitindo ampliação dos gastos em 2024; (iii) continuidade do bom momento do mercado de trabalho, reforçado pela dinâmica da construção civil; e (iv) melhora do mercado de crédito.

Entre os estímulos fiscais, vale notar que o pagamento de precatórios da ordem de R\$90 bilhões ao final de 2023 significou uma injeção de recursos de cerca de 0,8% do PIB na economia. Além disso, os gastos dos governos regionais em conjunto com a retomada do programa “Minha Casa, Minha Vida”, impulsionaram o setor de construção civil. O governo federal também direcionou cerca de 0,2% do PIB em recursos para o Rio Grande do Sul após a tragédia climática. Os esforços de reconstrução acabaram por reforçar a expansão do setor de construção, bem como da indústria de bens de consumo (especialmente duráveis).

O mercado de crédito se beneficiou da redução da taxa básica de juros (Selic), iniciada em 2023 e que se estendeu para o primeiro semestre de 2024. O crédito às famílias se beneficiou do programa Desenrola, ocorrido ao final de 2023, (que reduziu a taxa de inadimplência) e do crescimento da renda.

A massa de renda ampliada sustentou alta de cerca de 7% em termos reais em 2024, mesmo após dois anos de expansão substancial em 2022 e 2023. Parte deste aumento refletiu a ampliação da ocupação, bem como o crescimento do rendimento médio real dos trabalhadores, fomentado tanto pela alta real do salário-mínimo como pela taxa de desemprego historicamente baixa (e abaixo da taxa de desemprego neutra). O emprego formal também se expandiu ao longo do ano, encerrando 2024 com uma criação líquida de vagas em torno de 1,4 milhão.

No câmbio, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano em 2024 (+24,50 % variação dez/2023-dez/2024), em parte pelo cenário internacional. A depreciação cambial só não foi maior porque, até novembro, o balanço de pagamentos se manteve forte.

A depreciação do câmbio, bem como as condições climáticas menos favoráveis, exerceu relevante pressão sobre a inflação. O mercado de trabalho apertado refletiu-se também na formação de preços mais sensíveis à atividade econômica, como os serviços. Com isso, a inflação encerrou o ano acima do teto da meta do IPCA, de 4,5%.

As expectativas de inflação seguiram trajetória de descolamento das metas ao longo do ano, terminado o ano com uma variação de 4,83%. A decisão de redução da Selic em maio de 2024, que não foi unânime e apresentou uma divisão entre os diretores que votaram, foi interpretada como sinal de leniência com relação à inflação e estimulou um salto das expectativas inflacionárias para os anos seguintes.

Em reação a essa piora das expectativas de inflação, concomitante ao aumento das medidas de núcleo de inflação com a atividade econômica aquecida, o Comitê de Política Monetária (Copom) suspendeu o ciclo de reduções da Selic antes do que previsto, quando a Selic estava em 10,50% ao ano. Em setembro, apenas duas reuniões depois de ter interrompido o ciclo de reduções, o Copom retomou a elevação da Selic, com um aumento de 25 pontos-base. Em novembro, intensificou o ritmo de alta para 50 pontos-base e, em dezembro, para 100 pontos-base, sinalizando ainda ao menos mais duas altas de 100 pontos-base nas primeiras duas reuniões do Copom de 2025. Assim, a Selic encerrou o ano de 2024 em 12,25% ao ano, patamar mais alto que o de encerramento de 2023, que foi de 11,75% ao ano.

Apesar do bom desempenho da atividade econômica e do mercado de trabalho em 2024, a piora do cenário internacional e fiscal doméstico resultou em condições financeiras claramente mais adversas, com depreciação do câmbio, alta da inflação e das taxas de juros.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Mercado livre de energia

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra de energia elétrica de qualquer concessionária, permissionária ou autorizada de energia elétrica do SIN (Sistema Interligado Nacional), sendo que os consumidores com carga individual inferior a 500kw precisam ser representados por agente varejista perante a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

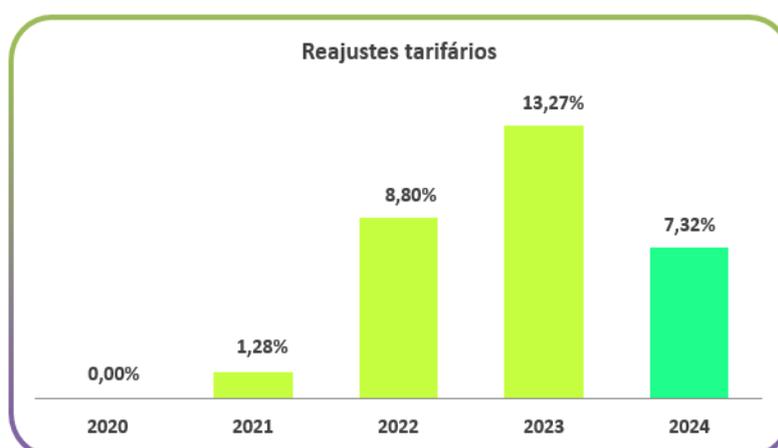
Os consumidores que optem pela migração ao mercado livre de energia devem realizar o pagamento do serviço de distribuição de energia e os encargos relacionados ao serviço de distribuição para o concessionário de distribuição da sua localidade, e realizar o pagamento do consumo de energia elétrica e dos tributos incidentes para o comercializador de energia escolhido.

Reajuste Tarifário Anual

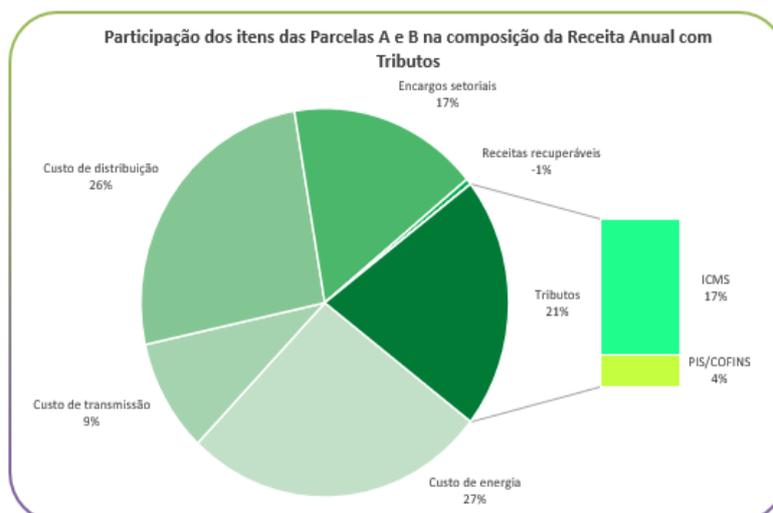
O reajuste tarifário da Cemig D ocorre anualmente em 28 de maio e, a cada cinco anos, conforme estabelecido em contrato, ocorre no mesmo mês a revisão tarifária. O reajuste tarifário tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na revisão tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IPCA, e sobre este valor é deduzido o Fator X, para capturar a produtividade, conforme metodologia do modelo regulatório de *price-cap*.

Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa tensão o impacto médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão - Grupo A	8,63%
Baixa tensão - Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%



Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.



Importante mencionar que, do valor cobrado na fatura, somente 26% ficam na Companhia e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da concessionária, sendo essa parcela chamada de Parcela B. Os demais 74% são repassados para cobrir custos não gerenciáveis pela Companhia, com destaque para a compra de energia e tributos.

Critérios de eficiência

Uma das exigências do contrato de concessão da Cemig D está associada ao cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão.

Eventual descumprimento por três anos consecutivos, para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento, e por dois anos consecutivos, para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira, implicará a abertura de processo que pode levar à declaração de caducidade da concessão. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

- (1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.
- (2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.
- (3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.

Para o exercício de 2024, o DEC e o FEC obtiveram resultados abaixo do limite regulatório, sendo o DEC de 9,46 (horas) frente ao limite de 9,64 (horas) e o FEC de 5,06 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,97 (interrupções).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

- (1) A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
- (2) Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
- (3) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
- (4) Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Considera-se descumprido este critério quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for menor que a QRR. A apuração do critério de eficiência relacionado à gestão econômica e financeira ainda não ocorreu, sendo realizada após divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Inclusão de geração distribuída no cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras

Em 11 de março de 2024, a Aneel aprovou mudança na metodologia de cálculo das perdas não-técnicas das distribuidoras, para incluir geração distribuída. Assim, a energia injetada na rede via micro e minigeração distribuída será considerada no cálculo de perdas não-técnicas. De acordo com a nova regra, o cálculo passará a ser realizado com base no consumo medido das distribuidoras e não mais com base no mercado faturado, que considera aspectos comerciais tais como cobranças retroativas, créditos e disponibilidade.

Esse aprimoramento da regulação aumenta os limites de perdas das empresas e terá impacto a partir dos processos de reajustes tarifários de 2025.

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras foi de 7,72% (7,42% em 2023).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado atendido

Em GWh	2024	2023	2022	2021	2020
Energia Faturada	28.982	28.058	24.051	24.653	24.523
Fornecimento	28.672	27.748	23.748	24.341	24.206
Residencial	14.430	13.311	11.217	11.186	10.981
Industrial	1.357	1.552	1.533	1.695	1.773
Comércio, Serviços e Outros	6.400	6.354	4.542	4.143	4.384
Rural	3.534	3.447	3.062	3.944	3.749
Poder Público	1.041	973	856	729	714
Iluminação Pública	973	1.056	1.138	1.226	1.243
Serviço Público	937	1.055	1.400	1.418	1.362
Suprimento Agente Distribuição	310	310	303	312	317
Uso da Rede Distribuição					
Consumidores Livres	25.460	23.838	22.784	22.340	20.259
Industrial	22.035	20.997	20.666	20.447	18.612
Comercial	2.415	2.036	1.761	1.535	1.300
Rural	77	46	40	44	32
Serviço Público	597	439	13	4	-
Poder Público	7	2	3	-	-
Concessionárias	329	318	301	310	315
Total	54.442	51.896	46.835	46.993	44.782
Variação %	4,91	10,81	(0,34)	4,94	(0,29)

Balanco energético

Em MWh	2024	2023	2022	2021	2020
Venda de energia	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Fornecimento	28.923.620	28.114.542	26.628.031	26.137.805	25.357.962
Consumidores Livres / Dist. / Ger.	25.609.642	23.919.345	22.779.582	22.356.887	20.195.618
Mercado atendido	54.533.262	52.033.887	49.407.613	48.494.692	45.553.580
Perdas na rede básica	405.766	419.740	501.407	470.140	466.904
Perdas na distribuição	6.305.780	6.239.227	6.172.362	6.135.258	6.545.110
Perdas técnicas	4.875.397	4.842.855	4.872.141	4.788.861	4.566.971
Perdas não técnicas - PNT	1.430.383	1.396.372	1.300.221	1.346.397	1.978.139
PNT / energia requerida total %	2,3%	2,40%	2,32%	2,40%	3,76%
Perdas totais - PT	6.711.546	6.658.967	6.673.769	6.605.398	7.012.014
PT / energia requerida total %	10,96%	11,35%	11,90%	11,99%	13,34%
Energia requerida total	61.244.808	58.692.854	56.081.382	55.100.090	52.565.594

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(As informações deste relatório de desempenho não foram auditadas pelos auditores independentes)

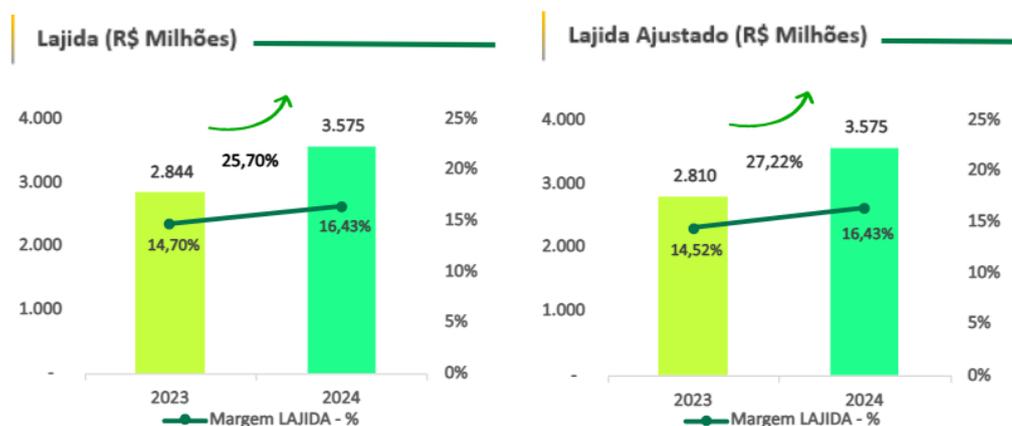
Resultado do exercício

A Cemig Distribuição teve um crescimento de 51,98% no lucro do exercício, sendo de R\$1.953 milhões em 2024 em comparação a R\$1.285 milhões no exercício de 2023. As principais variações na comparação dos resultados de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

Lajida - R\$ milhões	Nota	2024	2023	Var %
Lucro líquido do exercício		1.953	1.285	51,98
Despesa com imposto de renda e contribuição social	10d	531	237	124,05
Resultado financeiro líquido	27	(21)	260	-
Amortização		1.112	1.062	4,71
= Lajida (1)		3.575	2.844	25,70
Pós emprego - Cemig Saúde	20	-	(34)	-
Programa de desligamento voluntário programado	26	56	-	-
Reversão de Provisões Tributárias - INSS s/ PLR	21	(513)	-	-
= Lajida ajustado (2)		3.118	2.810	27,22

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações contábeis regulatórias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia apresenta o Lajida ajustado para melhor compreensão da forma como o seu desempenho operacional foi impactado por eventos extraordinários que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.



Receita operacional bruta

A composição da receita bruta da Companhia é conforme segue:

Receita Bruta	R\$ Mil	
	2024	2023
Fornecimento faturado de energia elétrica	14.272	11.960
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	513	1.909
Suprimento faturado	366	168
Energia elétrica de curto prazo	-	2
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	15.012	13.727
Consumidores cativos	9.843	9.279
Consumidores livres	5.169	4.448
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	536	(73)
Fornecimento não faturado	113	140
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais	423	(213)
Serviços cobráveis	18	21
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	2.041	1.643
Total	32.758	29.357

Fornecimento faturado de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede por consumidores cativos foi de R\$24.115 milhões em 2024, em comparação a R\$21.239 milhões no exercício de 2023, representando um aumento de 13,54%.

	2024			2023			Variações (%)	
	MWh (1)	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh (1)	R\$ milhões	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh) (2)	MWh	R\$ milhões
Residencial	14.430.057	12.971	898,89	13.310.995	10.794	810,93	8,41	20,16
Industrial	1.356.598	1.134	835,56	1.552.419	1.174	756,28	(12,61)	(3,45)
Comércio, serviços e outros	6.399.845	5.304	828,77	6.354.344	5.019	789,84	0,72	5,68
Rural	3.533.721	2.497	706,64	3.447.474	2.224	645,18	2,50	12,27
Poder público	1.040.795	936	899,47	973.118	786	807,50	6,95	19,13
Iluminação pública	972.909	546	560,77	1.056.276	498	471,12	(7,89)	9,63
Serviço público	936.690	728	776,94	1.055.300	744	704,82	(11,24)	(2,16)
Total	28.670.615	24.116	841,11	27.749.926	21.239	765,36	3,32	13,54

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) O preço médio não inclui a receita com consumo próprio, receita de suprimento a outras Concessionárias e fornecimento não faturado.

As principais variações desse grupo da receita estão descritas a seguir:

Residencial

O consumo residencial aumentou 8,41% no exercício de 2024, frente ao exercício de 2023. Este comportamento está relacionado ao:

- Aumento de 3,0% na quantidade de consumidores;
- Aumento de 2,1% no consumo médio mensal por consumidor (passou de 130,4 kWh/mês para 133,1 kWh/mês);
- Temperaturas acima da média em alguns meses;
- Melhora no cenário econômico.

Industrial

A classe apresentou redução de 12,61% em relação a 2023. Esta redução está relacionada, principalmente, à migração de consumidores para o mercado livre.

Poder Público

A energia faturada aumentou 6,95% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior, devido principalmente ao aumento da quantidade de consumidores (4,4% considerando o exercício anterior).

Iluminação Pública

A quantidade de energia faturada reduziu 7,89% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior devido à substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.

Serviços Públicos

A quantidade de energia faturada reduziu 11,24% no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o ambiente livre.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No exercício de 2024 essa receita correspondeu ao montante de R\$5.169 milhões, comparada a R\$4.448 milhões ao exercício de 2023, representando um aumento de 16,22%.

Essa variação decorre, principalmente, de um aumento de 18,60% no uso da rede pelos clientes livres da classe comercial e 4,95% e 35,98% da classe industrial e serviço público respectivamente, no exercício de 2024, em relação ao exercício anterior, além do reajuste tarifário anual da distribuidora.

	MWh (1)		
	2024	2023	Var %
Industrial	22.035.453	20.996.914	4,95
Comercial	2.414.550	2.035.821	18,60
Rural	77.159	45.673	68,94
Serviço Público	597.273	439.225	35,98
Poder Público	7.021	1.622	332,86
Concessionárias	329.352	317.569	3,71
Total de energia transportada	25.460.808	23.836.824	6,81

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis regulatórias as variações positivas ou negativas verificadas entre os custos não gerenciáveis efetivos e os custos estimados utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários.

No exercício de 2024, foi reconhecido uma receita no montante de R\$423 milhões, em comparação a uma despesa de R\$213 milhões no exercício de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia adquirida em leilões no ambiente regulado e a uma menor realização dos componentes financeiros que são repassados na tarifa.

Mais informações sobre a composição e movimentação da CVA na nota explicativa nº12.

Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores

Em maio de 2024, a Cemig D concluiu a devolução dos valores referentes à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores, que vinha sendo devolvido por meio de revisões tarifárias. Desse modo, o ajuste na receita referente à realização dessa restituição ocorreu até o segundo trimestre de 2024, sendo de R\$513 milhões, em comparação a R\$1.908 milhões no exercício de 2023. Mais detalhes na nota explicativa nº 16.

Tributos e encargos incidentes sobre a receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$11.000 milhões no exercício de 2024 em comparação a R\$10.008 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,91%. Essa variação está associada, principalmente, a tributos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos não gerenciáveis – parcela “A”

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$11.416 milhões em 2024, comparado a R\$9.583 milhões em 2023, representando um aumento de 19,13%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- No exercício de 2024, houve um aumento no custo com energia de curto prazo, causado principalmente pela elevação do custo com risco hidrológico (devido à baixa hidrologia verificada no exercício) e pela redução de 21% na receita da energia liquidada, impactada pela modulação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) horário, sendo um custo de R\$875 milhões no exercício de 2024 comparativamente a R\$373 milhões no exercício anterior.
- aumento de 14,26% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$4.622 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$4.045 milhões no exercício de 2023. Esse aumento é reflexo dos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos;
- aumento de 38,95% no custo com geração distribuída, sendo de R\$3.239 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$2.331 milhões no exercício de 2023. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (301.804 no exercício de 2024, comparada a 249.701 no exercício anterior) e do aumento na quantidade de energia injetada (6.116 GWh no exercício de 2024, comparado a 4.720 GWh no exercício anterior).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Ver mais informações na nota explicativa nº 25 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso do sistema elétrico totalizaram R\$3.356 milhões no exercício de 2024, comparado a R\$3.067 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 9,43%.

Este custo refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, bem como do sistema elétrico, sendo os valores a serem pagos e/ou recebidos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação é justificada, principalmente, pela maior contratação dos Montantes de Uso do Sistema de Transmissão (MUST), no exercício de 2024, reflexo de aumento de carga da Cemig D. Além disso, houve aumento da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no reajuste tarifário anual, homologado em maio de 2024.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custos gerenciáveis – parcela “B”

Os custos gerenciáveis – parcela “B” foram de R\$4.523 milhões em 2024 em comparação a R\$4.916 milhões em 2023, representando uma redução de 7,99%. Os itens que apresentaram as maiores variações estão apresentados abaixo:

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional do exercício de 2024 foi uma despesa no montante de R\$323 milhões, em comparação a uma despesa de R\$400 milhões no exercício de 2023. Essa variação decorre, principalmente, da redução dos participantes do Plano de Saúde Integrado (PSI), devido à adesão voluntária dos funcionários ativos ao novo plano de saúde, o Plano Premium, ofertado pela Companhia.

Serviços de Terceiros

Os custos com serviços de terceiros foram de R\$1.726 milhões em 2024, comparados a R\$1.561 milhões no exercício anterior, representando um aumento de 10,57%. Essa variação decorre, principalmente, do:

- aumento de 12,10% na despesa com manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos, sendo de R\$704 milhões no exercício de 2024, em relação a R\$628 milhões no exercício de 2023, refletindo o maior volume de manutenções realizadas no período;
- aumento de 34,62% na despesa com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$140 milhões no exercício de 2024, comparada a R\$104 milhões em 2023, e aumento de 48,28% na despesa com podas de árvores sendo R\$86 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$58 milhões no exercício de 2023. Ambas as variações estão atreladas a uma maior execução desses serviços a fim de evitar e diminuir a duração da interrupção de energia, quando incorrida;
- redução de 17,24% na despesa com corte e religação sendo de R\$72 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$87 milhões no exercício de 2023. Essa variação decorre principalmente do emprego de tecnologias mais avançadas na programação de alvos e ampliação da instalação de medidores inteligentes, possibilitando a atuação em corte e religação remotos.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$8 milhões em 2024 comparadas a R\$455 milhões em 2023, representando uma redução de 98,24%. As principais variações que explicam essa redução são:

- Variação nas provisões para contingências tributárias, que representou uma reversão de provisão de R\$490 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$96 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o que gerou o reconhecimento de uma reversão de provisão no montante de R\$513 milhões;
- aumento de 32,99% nas provisões para contingências trabalhistas, que apresentou constituição líquida de R\$129 milhões de 2024, em comparação à constituição líquida de R\$97 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, do andamento processual de ações coletivas trabalhistas, que realizaram a revisão do cálculo pericial, após a definição de lista de substituídos;
- aumento de 58,75% nas provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$127 milhões em 2024, em comparação à constituição líquida de R\$80 milhões em 2023. Essa variação decorre, principalmente, de decisões desfavoráveis à Companhia referentes a irregularidades na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício de 2024 foi uma receita financeira de R\$21 milhões, comparada a uma despesa financeira de R\$260 milhões em 2023. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- variação na atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, sendo uma receita financeira de R\$371 milhões no exercício de 2024, comparada a uma despesa financeira de R\$129 milhões no exercício de 2023. Em maio de 2024, foi reconhecida a baixa do saldo remanescente do passivo de “Valores a restituir a consumidores”, que foi devolvido a partir das revisões tarifárias, reduzindo a base de cálculo desta despesa financeira. Mais detalhes na nota explicativa nº16;
- reconhecimento de receita financeira de R\$39 milhões relacionada ao êxito judicial da Companhia, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) e o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic;
- aumento de 22,22% na receita financeira com renda de aplicação financeira, sendo R\$123 milhões no exercício de 2024, comparadas a R\$100 milhões no exercício de 2023. Essa variação justifica-se, principalmente pelo maior volume médio de caixa disponível para aplicações.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 27 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou em 2024, uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$531 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$2.484 milhões. Em 2023, uma despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$237 milhões em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.523 milhões.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10d destas demonstrações contábeis regulatórias.

Liquidez e recursos de capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da expansão e modernização das instalações de linhas e redes de distribuição existentes.

Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos temporários

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$1.266 milhões, em comparação a R\$462 milhões em 31 de dezembro de 2023, e não foram mantidos em outras moedas que não o Real.

Os principais eventos que impactaram o total de Caixa e equivalentes de caixa e de Investimentos temporários durante o exercício de 2024 foram:

- conclusão, em 2024, da emissão da 10ª e 11ª emissão de debêntures, resultando em uma entrada de caixa, líquida dos custos de transação, de R\$4.383 milhões. Mais detalhes sobre essas captações na nota explicativa nº 17;
- em contrapartida, em linha com a atual política de investimentos, a Companhia investiu R\$4.455 milhões na infraestrutura de distribuição, no exercício de 2024.

POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E GESTÃO DA DÍVIDA

Com o objetivo de viabilizar recursos para a execução do Plano Plurianual e Estratégico da Cemig, a Companhia planejou, identificou e captou recursos de terceiros no mercado de capitais nacional em condições compatíveis com os seus projetos e negócios.

A Companhia apresentou relevante geração de caixa de suas atividades operacionais, consequência de um elevado índice de arrecadação, rigoroso combate à inadimplência, bem como perdas e despesas operacionais alinhados aos limites regulatórios.

Como resultado, o expressivo volume de investimentos foi parcialmente financiado com a geração de caixa operacional, contribuindo para a sustentabilidade das suas operações e continuidade do seu programa de investimentos.

Em complemento aos recursos próprios, recursos de terceiros foram utilizados para financiar o programa de investimentos.

Em março de 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª emissão de debêntures, no valor de R\$2.000 milhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$400 milhões, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,80% a.a., com prazo de 5 anos e amortizações nos 4º e 5º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$1.600 milhões, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,1469% a.a., com prazo de 10 anos e amortizações nos 8º, 9º e 10º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.114 milhões.

Em setembro de 2024, a Cemig D realizou uma nova captação de recursos por meio da 11ª emissão de debêntures, no valor de R\$2.500 milhões, em duas séries. A 1ª série foi emitida no valor de R\$1.000 milhão, com incidência de juros remuneratórios de CDI + 0,55% a.a., com prazo de 7 anos e amortizações nos 6º e 7º anos. A 2ª série foi emitida no valor de R\$1.500 milhão, com incidência de juros remuneratórios de IPCA + 6,5769% a.a., com prazo de 12 anos e amortizações nos 11º e 12º anos. O saldo devedor dessa dívida em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.581 milhões.

Ao longo de 2024, a Cemig D desembolsou R\$1.106 milhão com serviço da dívida (principal e juros), sendo R\$576 milhões referente à amortização do principal.

Como consequência das novas emissões, que foram realizadas com prazos de vencimentos alongados, a Cemig D aumentou significativamente o prazo médio da sua dívida de 2,7 anos, em 31 de dezembro de 2023, para 5,1 anos em 31 de dezembro de 2024. Apesar do expressivo aumento do prazo médio, que contribui para a liquidez da Companhia, os custos nominais e reais da dívida se alteraram marginalmente. Em 31 de dezembro de 2023, eles eram 11,50% a.a. e 6,55% a.a., respectivamente, enquanto em 31 de dezembro de 2024 eles são 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente.

Com relação ao risco de crédito corporativo, as principais agências de classificação de risco avaliam os *ratings* da Cemig de maneira consolidada, ou seja, a Cemig, Cemig D e Cemig GT possuem as mesmas notas nas avaliações de cada agência.

Considerando esta contextualização, os *ratings* locais foram mantidos ou elevados ao longo do ano. A Fitch elevou o *rating* da Cemig para AAA, enquanto a Moody's elevou para AA+. Por fim, a Standard & Poor's reafirmou o *rating* AA+, entretanto melhorou a sua perspectiva, alterando-a de estável para positiva. Dessa forma, todas as agências melhoraram sua visão de crédito consolidada sobre a Cemig, refletindo sua diversificada operação, gestão financeira adequada, com melhoria do perfil de liquidez, e melhora dos indicadores de desempenho operacionais.

Com relação aos *ratings* globais, a Fitch e Standard & Poor's reafirmaram as notas BB e BB-, respectivamente, enquanto a Moody's elevou a nota de Ba2 para Ba1.

A tabela a seguir apresenta a posição de *rating* da Cemig nas três principais agências:

FitchRatings	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC+
2009																	
2018																	
2024																	

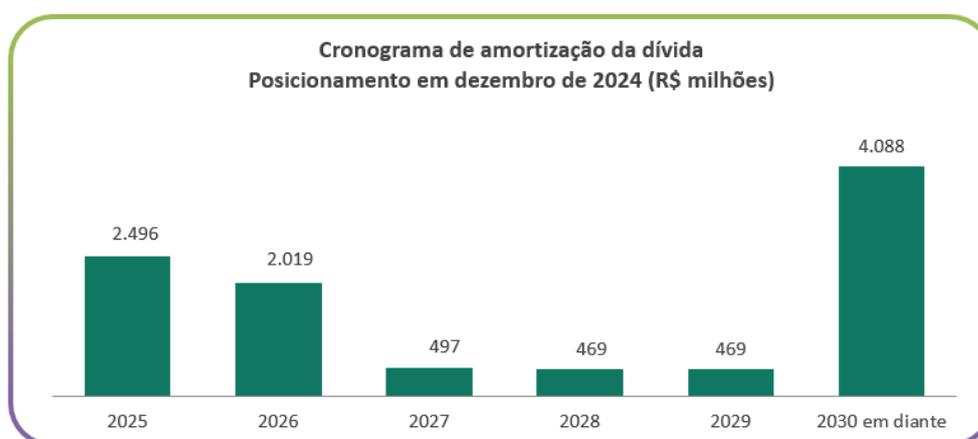
STANDARD & POOR'S	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	BB+	BB	BB-	B+	B	B-	CCC
2009																	
2018																	
2024																	

MOODY'S	Investment Grade										Speculative grade						
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	A-	BBB+	BBB	BBB-	Ba1	Ba2	Ba3	B1	B2	B3	Caa1
2009																	
2018																	
2024																	

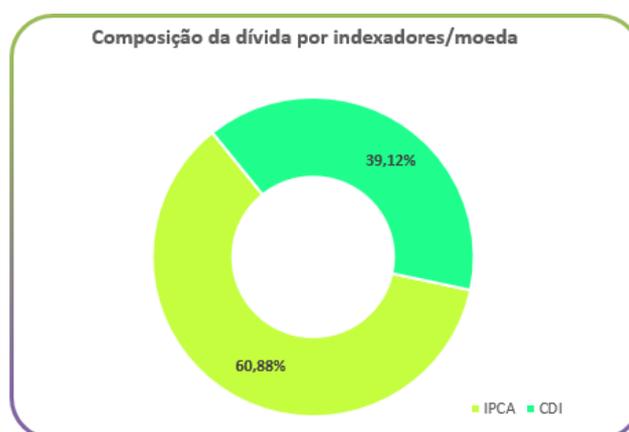
Os detalhes sobre as Debêntures emitidas pela Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão apresentados na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

A Companhia conta com *covenants* financeiros restritivos, atrelados a todas as emissões de debêntures, que limitam a sua capacidade de endividamento e distribuição de dividendos.

O endividamento bruto da Cemig D, em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$10 milhões, tem seu cronograma de amortizações com prazo médio de 5,1 anos, conforme apresentado a seguir:



A composição da dívida da Companhia por indexadores, em 31 de dezembro de 2024, é conforme segue:



A Companhia possui um *hedge* natural, com correção pelo IPCA, índice que atualiza seus serviços de distribuição. O custo real da dívida da Cemig D é de 6,79% a.a. e de 12,10% a.a. em custo nominal.

Administração de capital

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela dívida líquida, dividida pelo Lajida ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos temporários, conforme abaixo:

	2024	2023
Debêntures (nota 17)	10.037.621	5.887.622
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(951.779)	(440.700)
Investimentos temporários (nota 7)	(359.146)	(282.213)
Dívida líquida	8.726.696	3.853.085
Lajida ajustado (1)	3.118.751	2.810.670
Relação da dívida líquida sobre Lajida ajustado	2,80	1,37

(1) A conciliação do Lajida ajustado com o Lajida calculado conforme Resolução CVM nº 156/2022 está apresentada na seção do Desempenho Econômico-Financeiro.

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Total do passivo	30.265.295	27.703.739
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(951.779)	(447.967)
Investimentos temporários (nota 7)	(359.146)	(14.313)
Passivo líquido	28.954.370	27.241.459
Total do patrimônio líquido	6.593.476	6.593.476
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	4,39	4,13

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO SOCIETÁRIO

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2024, no montante de R\$2.206 milhões:

- R\$108 milhões, relativos a 5% do lucro líquido ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$51 milhões sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2024 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;
- R\$742 milhões sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$472 milhões dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025;

- R\$833 milhões sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025.

INVESTIMENTOS NAS OPERAÇÕES

Dentro da estratégia de investir em Minas Gerais, em 2024 foram investidos R\$4,18 bilhões no negócio de distribuição, valor expressivo que marca uma mudança de patamar nos investimentos da Cemig D na concessão de distribuição. Isso representa mais oferta de energia, o que impulsiona o crescimento do estado e um atendimento de mais qualidade aos clientes.

Esse maior investimento da Cemig D também terá impactos positivos na melhoria da qualidade no fornecimento de energia elétrica, atendimento ao cliente e redução dos custos com operação e manutenção, tendo em vista a maior confiabilidade do sistema elétrico.

A Cemig D tem uma previsão de fortalecimento do seu programa de investimentos, em linha com o planejamento estratégico do Grupo Cemig, com a expectativa de investimentos relevantes de R\$23,5 bilhões de 2025 a 2029, com reflexos positivos na base de remuneração regulatória e consequente aumento da receita.

Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD

A Cemig D define, por meio do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), a priorização dos investimentos a serem realizados pela distribuidora, referentes à Base de Remuneração Regulatória (BRR), e a respectiva gestão prudente dos recursos no ciclo tarifário vigente. O objetivo é o incremento da disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e na quantidade requerida pelos clientes, promovendo o desenvolvimento social e econômico na sua área de concessão.

Em 2023, deu-se o início ao 5º ciclo quinquenal de investimentos, conforme regulação do setor, que compreende o período de 2023 a 2027, tendo sido aprovado o valor de R\$21,9 bilhões. O PDD atual aprovado, 3 vezes maior que o PDD do ciclo anterior, prevê investimentos estruturantes e com forte modernização e digitalização dos ativos, promovendo a melhoria da qualidade do fornecimento de energia e a eficiência dos processos operativos.

O PDD consiste na realização de empreendimentos vinculados ao sistema elétrico de potência, associados à expansão, reforço, reforma e renovação de ativos da Cemig D, como subestações e linhas de distribuição. O plano é dividido em macroprojetos que agrupam os diversos projetos da mesma natureza.

O macroprojeto de Atendimento Urbano concentra os investimentos necessários para atendimento às demandas de fornecimento de energia a unidades consumidoras na área urbana, cujo atendimento é realizado sem ônus para o solicitante. Em 2024, foram realizados, aproximadamente, R\$290 milhões em investimentos, promovendo a extensão de 74 km de novas redes e permitindo a conexão ao sistema elétrico de 314.323 unidades consumidoras urbanas.

O atendimento às unidades consumidoras em área rural que fazem jus ao atendimento sem ônus é realizado por meio do macroprojeto de Atendimento Rural. Foram efetivadas as conexões de mais de 11.000 unidades consumidoras, por meio da extensão de 1.767 km de rede de média e baixa tensão em 2024, perfazendo um total de R\$361 milhões em investimentos na infraestrutura de redes de distribuição rurais.

A conexão de unidades consumidoras que não se enquadram nos critérios de gratuidade do fornecimento de energia definidos pela regulação do setor elétrico é realizada pelas obras conduzidas no macroprojeto Atendimento Complementar. Foram investidos no sistema elétrico de distribuição de média e baixa tensão aproximadamente R\$667 milhões, pela Cemig D, e R\$540 milhões, pelos solicitantes, a título de participação financeira nas obras, no ano de 2024. Esses investimentos viabilizaram a conexão de 11.463 clientes e empreendimentos no sistema de distribuição da Cemig D.

Para que o sistema elétrico de distribuição consiga absorver todas as conexões de clientes e empreendimentos atendidos pelos macroprojetos Atendimento Urbano, Rural e Complementar, é necessário empreender diversas obras nos ativos de distribuição, tais como: ampliação de capacidade de potência, conversão de redes monofásicas em trifásicas, interligações entre alimentadores, reformas de redes e obras de contingência operativa. A realização do reforço e reforma do sistema elétrico é feita pelos macroprojetos de Reforço de Redes e Reforma de Redes, sendo que, no ano de 2024, ocorreram intervenções em 999 quilômetros de redes de média e baixa tensão, com um investimento total de R\$443 milhões.

Com vistas à eliminação de situações de risco de choque elétrico nas redes de distribuição da Cemig D foi definido o macroprojeto Segurança de Terceiros. Esse programa visa realizar os investimentos necessários para a remoção e/ou afastamento de redes, para eliminar riscos de acidentes por toque direto, toque indireto ou outras situações de risco para terceiros nas redes de distribuição. Em 2024 foram regularizadas 567 instalações, com um investimento de R\$10,6 milhões.

Outra ação contemplada no Plano de Investimentos é a regularização do fornecimento de energia de famílias carentes, que vivem nos principais núcleos urbanos do estado, por meio do Programa Energia Legal. O investimento abrange a implantação de novas redes, inclusão na tarifa social e doações de padrões de energia e lâmpadas eficientes. Em 2024 foi investido cerca de R\$38,6 milhões na regularização dessas ligações.

Com foco na melhoria da qualidade do fornecimento, renovação de ativos, expansão na capacidade de suprimentos e mudança de patamar tecnológico, o PDD prevê, ainda, automação de equipamentos de rede, substituição de medidores obsoletos, instalação de novos medidores com soluções inteligentes, como leitura, corte e religação remotos, investimentos em telecomunicações e meio ambiente, além de ações de manutenção e operação de linhas e redes de distribuição, como podas de árvores e inspeções, para reduzir o tempo de restabelecimento de energia, no caso de ocorrências. Nesses programas foram investidos, aproximadamente, R\$782 milhões em 2024.

No segundo ano do ciclo, o investimento realizado pela Cemig D foi de R\$4,18 bilhões, para uma meta de R\$4,15 bilhões, resultando em um desempenho de 101%. Os valores realizados estão sintetizados nos projetos que compõem o PDD, conforme tabela abaixo:

Macroprojeto	Valor investido (R\$ milhões)
Expansão e reforço em alta tensão	1.232
Atendimento a consumidores e acessantes (Participação Cemig)	353
Operação e manutenção em alta tensão	75
Operação e manutenção em média e baixa tensão	309
Reforço de redes de média e baixa tensão	304
Reforma de redes em média e baixa tensão	139
Atendimento ao mercado urbano em média e baixa tensão	290
Atendimento ao mercado rural em média e baixa tensão	361
Programa Complementar (Participação Cemig) em baixa e alta tensão	667
Troca de medição/medição de fronteira	197
BT Zero - Programa de regularização de comunidades	39
Telecomunicações	135
Plano diretor de automação da média tensão	65
Segurança de Terceiros (Participação Cemig)	11
Meio ambiente	1
Total	4.178

Programa Minas Trifásico

No plano de investimentos da Cemig D, um destaque é o Programa Minas Trifásico, que transformará cerca de 30.000 quilômetros de redes elétricas rurais monofásicas em redes trifásicas até 2027. Com ele, a Cemig D levará energia com mais qualidade e em maior quantidade para a população que vive no campo. O programa beneficiará quase todos os 774 municípios da área de concessão da Cemig D, promovendo a potencialização acelerada do agronegócio local, mais desenvolvimento, emprego e renda para as regiões mineiras.

O programa tem o propósito de melhorar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica aos clientes rurais, disponibilizando mais energia e apoiando a transformação da agricultura de subsistência em agronegócio.

O valor investido no Programa Minas Trifásico, em 2024, foi de aproximadamente R\$682 milhões, com extensão de 3.068 km de rede trifásica.

Programa Mais Energia

Outro destaque do plano de investimentos da Cemig D é o Programa Mais Energia, cujo objetivo é disponibilizar um sistema elétrico de distribuição robusto e capaz de atender as novas cargas e levar mais energia para o desenvolvimento do estado de Minas Gerais.

O programa prevê a construção de mais de 200 subestações modernas e digitalizadas, ampliando em mais de 50% o número atual de subestações que hoje atendem cerca de 9 milhões de consumidores dentro de nossa área de concessão. Assim, as novas subestações irão suportar o crescimento advindo do Programa Minas Trifásico e das diversas iniciativas da Cemig e do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, a Companhia viabilizará o crescimento de diversos setores da economia, com destaque para o agronegócio, eliminando as dificuldades para atendimento de clientes e de plantas de geração distribuída. Serão investidos ao todo R\$5 bilhões no período de 2023 a 2027, que ajudarão a levar o desenvolvimento econômico e social a todas as regiões do estado, fomentando a expansão da indústria, do comércio e do agronegócio, além da geração de empregos e renda.

As novas subestações serão mais eficientes e modernas, possibilitando ampliar a capacidade de atendimento a novos pedidos de cargas, reduzir o tempo médio e o custo das obras de conexão de novas usinas, além de proporcionar uma energia confiável e de qualidade aos nossos clientes.

O valor investido no Programa Mais Energia em 2024 foi de R\$1.232 milhão, com a energização de 31 subestações e construção de 1.109 km de linhas de distribuição.

Cemig Agro: energia e inovação para o campo

O agronegócio é um dos motores da economia mineira, impulsionando o desenvolvimento e a geração de empregos em todo o estado. Nos últimos cinco anos, o setor registrou um crescimento de 16% no Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário de Minas Gerais, e as projeções seguem otimistas, com expectativa de avanço de 11% nos próximos anos. Para acompanhar essa evolução e oferecer soluções energéticas eficientes ao produtor rural, a Cemig D estruturou o Cemig Agro, um programa abrangente que alia inovação, infraestrutura e atendimento especializado.

A iniciativa segue uma estratégia estruturada em seis pilares fundamentais: transição energética, manutenção preventiva, relacionamento com clientes, inovação, automação e resiliência da rede. Cada um desses eixos é essencial para aprimorar a infraestrutura elétrica no campo, reduzir interrupções e oferecer um atendimento mais ágil e eficiente aos produtores rurais.

Reconhecendo a importância do agro para a economia mineira, em 2024 a Cemig D investiu R\$2,3 bilhões em melhorias voltadas para o setor. O Cemig Agro não apenas amplia a oferta de energia no campo, mas também contribui para a transição energética do setor rural, garantindo um fornecimento mais confiável e sustentável, reduzindo interrupções e tempo de atendimento.



O Cemig Agro é um compromisso com o crescimento sustentável do agronegócio mineiro. Ao modernizar e expandir a infraestrutura elétrica no campo, a Companhia fortalece a competitividade do setor, apoia a produtividade dos produtores rurais e contribui para um futuro mais seguro e eficiente para toda a cadeia agropecuária.

RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Foco no cliente

A busca contínua pela satisfação dos clientes faz parte da Visão da Cemig. O compromisso com a excelência na prestação de serviços e com o bom relacionamento com os clientes constitui um dos princípios expressos no Código de Conduta da Cemig.

Nossos clientes

O relacionamento com os clientes Cemig, tanto em contratos regulados quanto livres, é embasado pela Política de Comercialização de Energia. Para ofertar ao cliente o melhor atendimento, a Companhia conta com equipes de profissionais com conhecimento técnico específico, que gerenciam contratos e todas as demandas de clientes, além de prospectar e captar novos clientes.

Os tipos de clientes da Cemig são:

- Consumidores cativos, vinculados à Cemig D com demanda inferior a 500 KWh/mês. Localizados em Minas Gerais, estão entre as classes: residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público;
- Consumidores livres, sem vínculo com distribuidoras, com demanda de consumo acima de 500 KWh/mês. Estão entre as classes: industrial, comercial e rural em Minas Gerais, Distrito Federal ou em outros estados em que a Cemig atua.
- Distribuidoras que atuam em concessão em outras áreas e atendidas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR).

A partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A, ou seja, de alta e média tensão, puderam optar pela compra no mercado livre de energia.

Conselho de consumidores

A Cemig possui um Conselho de Consumidores que representa os interesses de todas as classes de consumo coletivamente e promove a defesa de seus direitos. O conselho é composto por seis membros titulares e seis suplentes, representando as seguintes classes de consumo: residencial, industrial, comercial, rural e poder público.

Premiações no relacionamento com clientes

Cemig recebe selo "O cliente recomenda" e certificação de excelência em satisfação no setor de energia

A Cemig foi premiada com o certificado *Experience Certified* e o selo "O cliente recomenda" na cerimônia do *Experience Award*, promovida pela SoluCX, em São Paulo. O evento, que busca destacar as empresas com os melhores índices de satisfação do cliente em diversos setores, avalia o desempenho de marcas em 71 categorias. No setor de *Utilities* – que inclui Energia, Gás Encanado, Gás Botijão, Água e Saneamento –, a Cemig se destacou entre as 42 empresas inscritas, recebendo um índice de satisfação superior à média de 32 pontos.

A premiação foi baseada em 41.767 avaliações de clientes em todo o Brasil, utilizando a metodologia NPS de percepção (*double-blinded*), que mede a opinião de consumidores de forma independente. Para se qualificar no prêmio, as empresas precisaram acumular ao menos 400 avaliações, atingindo a média de NPS no setor.

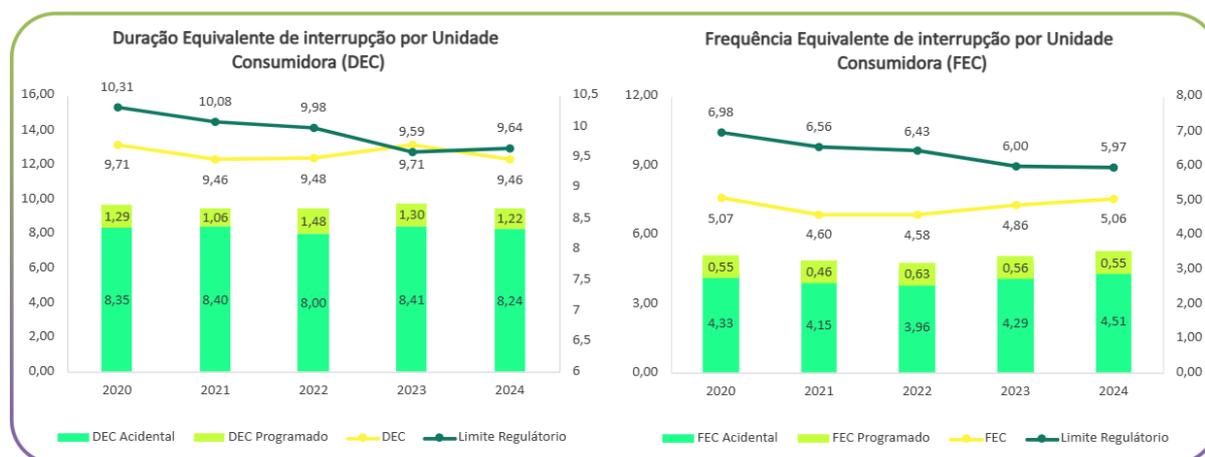
Qualidade no fornecimento

A qualidade do serviço é resultado de diversas ações internas, desde a gestão das operações, planejamento logístico para atendimento a emergências, inspeções, manutenções preventivas das subestações, linhas e redes de distribuição. Há também o investimento em qualificação dos recursos humanos, em novas tecnologias e padronizações do processo de trabalho. A efetividade das ações anteriormente ilustradas é verificada por meio dos indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC).

O DEC obteve, em 2024, um percentual de 1,86% abaixo da meta regulatória e uma redução significativa em relação a 2023. A Cemig D realizou 9,46 (horas) frente ao limite de 9,64 (horas).

O FEC apresentou elevação em comparação ao ano anterior e, obteve um resultado abaixo do limite regulatório. Em 2024, o valor apurado foi de 5,06 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,97 (interrupções).

Os gráficos abaixo retratam os resultados de DEC e FEC dos últimos cinco anos:



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig D disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e digital, atendendo aos diversos segmentos de mercado.

O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, por meio das 88 agências e 689 postos de atendimento. O número de contatos registrados em 2024 foi de 127 milhões.

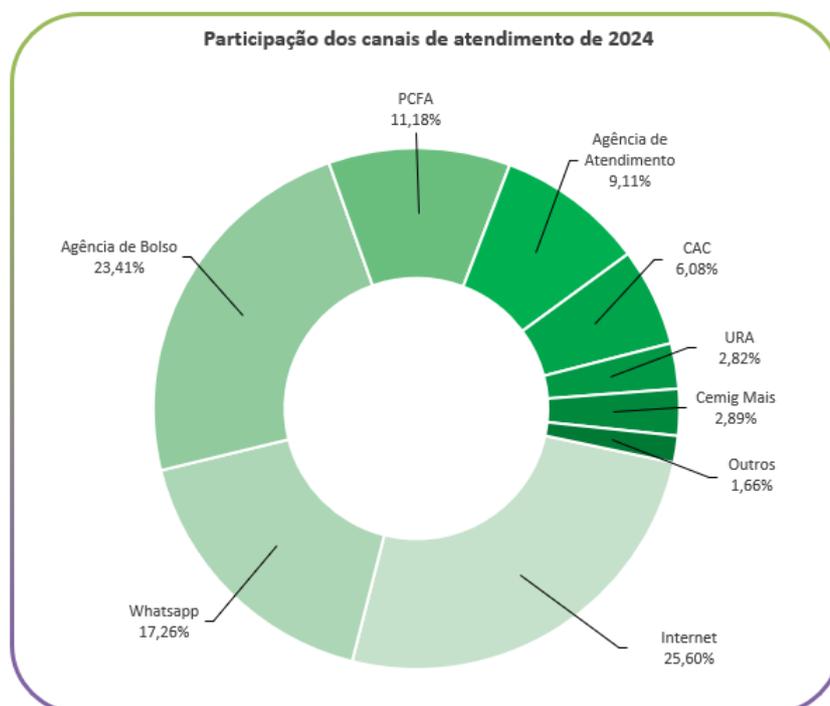
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo Vídeo atendimento e Chat.

Além do seu site, com mais de 21 milhões de contatos em 2024, a Companhia possui canais de atendimento pelo WhatsApp e Chatbot, para os seus principais serviços, que tiveram mais de 15 milhões de contatos registrados.

Destaca-se também o aplicativo “Cemig Atende”, disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e iOS, que registrou 19,6 milhões de contatos em 2024.

Por meio das máquinas de autoatendimento (totens), localizadas no interior das agências, e em cinco equipamentos externos, foram realizados mais de 1,3 milhão de contatos.

Abaixo o gráfico com o demonstrativo da participação dos canais de atendimento no ano de 2024:



Satisfação do consumidor

A satisfação dos clientes é inerente à cultura da Companhia e está sob responsabilidade de todos os empregados. Os impactos positivos relacionados a essa postura são a valorização da marca e a boa reputação da Companhia nos mercados em que atua e o reconhecimento por meio de pesquisas de satisfação, em especial: Índice Aneel de Satisfação do Consumidor Residencial (IASC) e Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP).

Como referência do trabalho realizado pela concessionária para a melhoria no atendimento aos seus clientes, destacamos o Prêmio ISQP, realizado pela Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), que possui periodicidade anual.

O resultado foi divulgado ao final do mês de maio de 2024 e a Companhia atingiu 72,1 pontos no índice de satisfação (76,2 pontos em 2023), o que representou uma queda de 5,3% em relação ao valor apurado no ano anterior. Frente a isso, a Cemig iniciou um trabalho para proposição do plano de ações estruturantes integrado, com a participação de várias áreas de negócio da Companhia, com vistas a recuperar os melhores resultados no ano de 2025. Ao todo, são mais de 50 ações que estão sendo realizadas visando a melhoria da satisfação dos clientes.

Ainda na busca da melhoria contínua no atendimento aos clientes, foram atualizadas as pesquisas mensais do *Net Promoter Score (NPS)*, para aprimorar o entendimento das necessidades dos clientes e atuar de forma mais eficiente.

As pesquisas NPS permitem que os clientes façam um comentário sobre sua experiência com a Cemig, abrindo mais um espaço para o cliente manifestar sua opinião sobre os serviços prestados. Desde o último resultado do ISQP, a Companhia passou a categorizar as opiniões recebidas pelos clientes, com base nos atributos das pesquisas ISQP e IASC e a utilizar Inteligência Artificial (IA) para a leitura de todas as opiniões, buscando conhecer quais são os principais pontos indicados pelos clientes. Com base nessas informações, é elaborado um relatório mensal que é direcionado às Lideranças da Companhia, permitindo melhor entendimento das opiniões dos clientes e melhor direcionamento das ações.

A pesquisa IASC de 2024, que é realizada pela Aneel em todo o Brasil, aconteceu no período de julho a outubro de 2024, com a aplicação de questionários em municípios sorteados nas áreas de concessão, cujo resultado será disponibilizado no primeiro semestre de 2025. No ano de 2023, o resultado da Cemig foi 60,45.

Transformação do atendimento

A Cemig, comprometida com a satisfação de seus clientes, desenvolveu o projeto Cliente+, parceria estratégica, tecnológica e operacional com a IBM, uma das empresas mais importantes do setor de tecnologia, que hoje é responsável por operar todos os canais de atendimento da Companhia.

Entre os principais objetivos do projeto, está o aporte de novas tecnologias digitais e cognitivas, inovadoras e disruptivas, com vistas à melhoria da experiência do cliente ao entrar em contato com a Companhia, bem como a redução do custo total de toda a operação de atendimento.

Diante disso, as soluções utilizando a Inteligência Artificial Generativa no Call Center da Cemig tem como objetivo o aumento da eficiência operacional para aqueles atendimentos que não foram retidos na solução de URA Cognitiva. Ou seja, apesar do esforço envidado durante o processo de curadoria do assistente cognitivo para melhoria contínua dos processos da URA, o cliente manifestou a necessidade de que o seu atendimento fosse concluído pelo atendimento humano.

Com o intuito de fornecer novos instrumentos tecnológicos que pudessem auxiliar os atendentes em sua jornada, contribuindo direta ou indiretamente para a melhoria dos indicadores citados, o projeto Cliente+ implementou e vem utilizando e aprimorando duas ferramentas integradas ao sistema de atendimento (CRM), a saber:

“Cochicho”: sistema que utiliza o IBM WatsonX para gerar um resumo da interação realizada pelo cliente com a URA Cognitiva, destacando os principais pontos do atendimento, como o motivador do contato, identificação do cliente e outras informações relevantes. De posse desse resumo, o atendente humano continua o atendimento sem a necessidade de nova explicação sobre o motivador do contato, melhorando a experiência do cliente e diminuindo o tempo médio de atendimento.

AgentAssist: ferramenta que utiliza a IA Generativa (WatsonX) para apoiar o atendente em obter as repostas de forma mais rápida e direcionada durante o atendimento. Essa solução visa ser uma ferramenta capaz de realizar leitura de documentos de instrução ao atendimento e bases de informações úteis para trazer a resposta à pergunta do atendente em linguagem natural, vislumbrando auferir majoritariamente ganhos de tempo médio de atendimento, redução de erros de procedimentos por parte do atendente e melhora da experiência do cliente.

Ambas, combinadas, têm sido fundamentais para o alcance dos resultados de acessibilidade e qualidade do Call Center, sendo possível observar o comportamento de melhora geral da operação desde sua implementação.

Gestão do faturamento

O projeto de envio de contas de energia por e-mail alcançou a marca de 1.630 milhão de clientes no exercício de 2024 (1.315 milhão em 2023), representando um aumento de 20,8%. Diversas iniciativas foram realizadas ao longo de 2024 visando incrementar o número de clientes que optam por receber a conta por e-mail, sendo as principais: Promoção "Cemig dá aquela força"; Inclusão do QR Code para adesão digital no verso das faturas enviadas por correio; envio da fatura degustação por e-mail; envio de e-mail marketing incentivando a adesão; e premiação de atendentes que realizam mais cadastros de contas por e-mail. Esse projeto é uma importante iniciativa de sustentabilidade e preservação do meio ambiente que também tem efeito direto na satisfação dos clientes e na redução de custos para a Companhia.

Gestão da inadimplência e arrecadação

Em 2024, a Companhia manteve robusto plano de combate à inadimplência, possibilitando controle da inadimplência e dos índices históricos de arrecadação.

Os resultados positivos obtidos pelo segmento de distribuição foram fruto de iniciativas e estratégias adotadas pela Companhia, com destaque:

- Intensificação e aprimoramento no emprego das ações de cobrança, mais de 12% de ações comparado a 2023. Ocorreram mais de 69 milhões de cobranças através de telecobrança, SMS e e-mail (incluindo notificações prévias ao vencimento das faturas), 6 milhões de cartas cobranças emitidas e entregues pelos leituristas em conjunto com as faturas do mês corrente, 5,1 milhões de negativas, 1,8 milhão de suspensões de fornecimento e 91 mil protestos de títulos junto a cartórios;
- Utilização de técnicas de otimização e *Machine Learning* para classificação de padrões sobre a solvência dos clientes, visando aplicação da ferramenta de cobrança mais adequada e melhor custo-benefício para aquele perfil e comportamento dos clientes;
- Cobrança administrativa, através de empresa parceira e específica para esse fim, em dívidas de varejo de difícil recebimento - ou seja, aquelas vencidas há mais de 12 meses ou provenientes de faturamento de consumo irregular;

- Reforço da equipe específica de cobrança de consumo irregular, com tratamento de carteira selecionada;
- Atuação sistemática de equipe especializada junto aos grandes clientes, hospitais e o poder público;
- Estímulo para adesão aos meios de pagamentos eletrônicos, mais acessíveis. Em 2024, a Cemig D realizou a campanha promocional “Cemig Dá Aquela Força”, o que contribuiu para alavancar a participação de pagamentos nessa modalidade para 31,31% das faturas arrecadadas em Dez/24 (ante 21,83% em Dez/23);
- Realização de campanhas de negociação, junto aos canais digitais, Ministério Público Federal e Procon’s, com públicos selecionados, permitindo não somente a arrecadação e negociação dos créditos mas também a aproximação aos órgãos de classe e melhor experiência de usuário;
- Aprimoramento das regras vinculadas à PCE – Perdas de Créditos Esperadas.

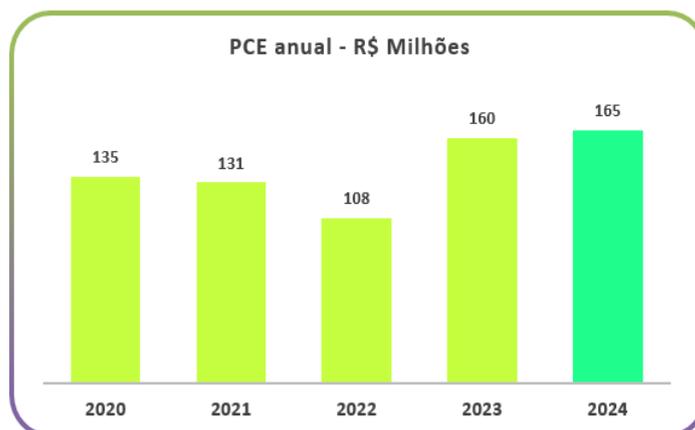
Índice de Arrecadação – ARFA

O índice de arrecadação, na janela móvel dos últimos 12 meses, pelo 3º ano consecutivo, superou 99%, conforme pode ser visto no gráfico a seguir:



PCE – Perdas de Créditos Esperadas

O resultado do índice no exercício de 2024 foi de R\$164,68 milhões. A comparação com os exercícios anteriores fica limitada em face dos aprimoramentos nos critérios, com vistas a possibilitar a melhor representação da perda de crédito (“default”) da Companhia, que implementou nos últimos anos diversas iniciativas de cobrança e meios de pagamento.

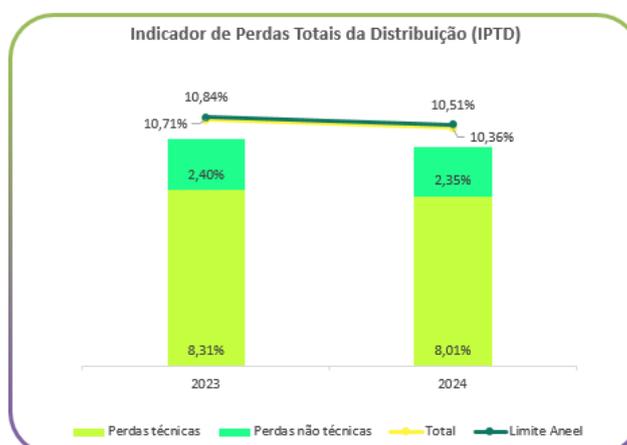


Proteção contra perdas

A redução das perdas de energia é um dos objetivos estratégicos da Cemig, uma vez que as perdas representam receitas não auferidas e trazem, indiretamente, impactos ao meio ambiente, como o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, o controle das perdas elétricas se relaciona, também, com a qualidade do fornecimento de energia e com a segurança da população, temas considerados muito relevantes para a Companhia.

A Cemig D monitora as perdas de energia a partir do Indicador de Perdas Totais da Distribuição (IPTD), que resulta da diferença entre a energia total injetada no sistema de distribuição, apurada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e a energia total faturada (expressa em percentual da energia total injetada). O IPTD é segmentado, internamente, em Perdas Técnicas (PPTD), que são inerentes ao transporte e transformação de energia, e Perdas não Técnicas (PPNT), que ocorrem no sistema elétrico especialmente devido a irregularidades na medição do consumo e ligações clandestinas de energia.

Destaca-se que, pelo quarto ano consecutivo, a Companhia manteve os níveis de perdas abaixo dos limites regulatórios, graças à implementação de diversas ações que compõem o escritório de projetos de combate às perdas (PMO).



Dentre as principais ações do PMO de combate às perdas, implementadas em 2024, destacam-se: a realização de 385 mil inspeções em unidades consumidoras na área de concessão da empresa; substituição de 553 mil medidores obsoletos; regularização de fornecimento de energia de 21 mil famílias que vivem em ocupações e áreas de baixa renda, inclusive com uso de tecnologia de rede BT Zero; instalação de 57 mil medidores inteligentes, e intensificação das cobranças de consumo irregular (arrecadação de R\$116 milhões).

Importante destacar que a Cemig D, por meio do Centro Integrado de Medição, realiza a tele medição dos grandes clientes cativos e livres em alta, média e baixa tensão, o que representa o monitoramento remoto de cerca de 65% do consumo associado. Tal monitoramento permite identificar e prevenir tentativas de realização ou reincidência de fraude nos sistemas de medição.

Para 2025, visando manter a trajetória de redução das perdas abaixo dos limites regulatórios, estão previstas diversas ações de combate e controle de perdas, destacando-se: inspeções em unidades consumidoras, campanhas de comunicação junto à população, criminalização de fraudadores reincidentes, modernização do parque de medição, ampliação do número de medidores inteligentes, regularização de ligações clandestinas em comunidades de baixa renda através do Programa Energia Legal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria independente para a Companhia desde abril de 2022. Serviços como auditoria das demonstrações financeiras anuais e intermediárias e revisões de suas respectivas traduções ao inglês, relatórios sobre controles internos, revisão tributária (*tax compliance*), auditoria de demonstrações contábeis regulatórias, e auditoria do relatório de controle patrimonial. O contrato vigente possui duração de 60 (sessenta) meses, com previsão de reajuste anual limitado à variação obtida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA/IBGE. Adicionalmente, a KPMG fora contratada para emissão de cartas conforto referentes a 10ª e 11ª emissão pública de debêntures da Companhia.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (EY), auditor predecessor, fora contratada para emissão de cartas conforto referente a 10ª emissão de debêntures da Companhia.

Em 2024, por competência, a KPMG fez jus a receber o montante de R\$6 milhões, sendo R\$1,3 milhão pelo contrato recorrente de auditoria, R\$2,4 milhões pela 10ª emissão de debêntures, e R\$2,4 milhões pela 11ª emissão de debêntures.

No mesmo período, a EY recebeu honorários de R\$1,5 milhão pela 10ª emissão de debêntures da Companhia.

As políticas da Companhia para contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflitos de interesses nem perda de objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Destaca-se que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes deve ser obrigatoriamente aprovado, de forma prévia, pelo Comitê de Auditoria, sendo observada a eventual existência de conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Resoluções CVM nº 23/2022 e 80/2022.

SUSTENTABILIDADE – DESEMPENHO EM ESG

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento ético e sustentável é a essência da sua atuação e, por isso, a Companhia integra o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade há 25 anos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 desde a sua criação, em 2005. Além disso, a Cemig é reconhecida por sua liderança em sustentabilidade corporativa ao alcançar a categoria liderança (A-) no *Carbon Disclosure Project* (“CDP”) Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas.

Indicadores ESG

Os indicadores ambientais, sociais e de governança da Cemig são publicados trimestralmente nos “Relatórios ESG Trimestrais” e anualmente no “Relatório Anual de Sustentabilidade”. Para mais detalhes sobre o desempenho anual da Cemig, acesse a [página de relatórios da Cemig](#).

O compromisso da Cemig com o desenvolvimento sustentável se materializa em sua aposta nos fatores ESG (*Environmental, Social and Governance*), que estão integrados no dia a dia das operações da Companhia e que são colocados em prática nos seguintes âmbitos de desempenho ambiental, social e de governança.

Desempenho Ambiental

A Cemig reconhece a sua responsabilidade para com o meio ambiente e se compromete com a adoção e disseminação das boas práticas de gestão ambiental. A Companhia possui uma política ambiental, disponível publicamente, que orienta sobre a inclusão de aspectos ambientais nos processos decisórios da Companhia e estabelece o respeito ao meio ambiente como um valor que deve ser praticado por todos os empregados e outras partes interessadas que atuem em seu nome, incluindo seus fornecedores.

A Cemig é signatária, apoiadora e participante de diferentes iniciativas nacionais e internacionais, com objetivo de reforçar seu comprometimento e contribuição ao desenvolvimento sustentável, nortear as práticas de seus administradores, conselheiros fiscais, empregados, estagiários, contratados e subcontratados, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços.

Entre os diversos compromissos voluntários, a Cemig é participante desde 2007 do CDP - instituição sem fins lucrativos que possibilita a empresas, cidades e estados divulgarem seu impacto ambiental, de modo a gerar dados e estimular iniciativas que promovam uma economia sustentável.

Em 2024, o valor total aplicado pela Cemig D em meio ambiente foi de aproximadamente R\$19,6 milhões. Desse total, quase R\$6 milhões foram utilizados em reflorestamentos. O restante foi inserido em obras de adequação ambiental, estudos ambientais, regularização fundiária e demais atividades necessárias ao cumprimento de obrigações e responsabilidades socioambientais da Companhia.

Inovação

O setor de energia elétrica passa por mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como:

- crescente descentralização dos sistemas de geração de energia;
- avanço das tecnologias de armazenamento de energia;
- proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente;
- crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar; e,
- a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação da mudança do clima.

Referência em sustentabilidade no setor elétrico, a Cemig busca, a cada dia, ampliar e diversificar sua atuação na área, sempre com a adoção de práticas inovadoras que dialogam com a proteção ao meio ambiente, com processos estruturados de prospecção e busca de novos produtos, equipamentos e soluções para aplicação no seu sistema elétrico que, atrelado à utilização de modernas tecnologias, se alinham aos princípios de ESG.

Sistema de armazenamento

A Cemig avança na melhoria do fornecimento de energia para seus clientes com inovação e sustentabilidade. A Companhia desenvolveu um sistema, inédito no país, que utiliza um banco de baterias, operado remotamente, para dar suporte à rede tradicional de distribuição. Entre as vantagens, estão a maior estabilidade da rede e redução dos cortes no abastecimento, principalmente em localidades com demandas mais específicas. A Companhia já iniciou processo para implementar, em breve, a nova tecnologia em sua rede.

Cabo Green

A Companhia está instalando na sua rede aérea de distribuição um cabo de alumínio que tem o isolamento feito de material contendo plástico de origem vegetal.

O "cabo Green", como é chamado, tem na base de composição do seu sistema de isolamento 20% de polietileno de origem vegetal, advindo da cana-de-açúcar, diferentemente dos cabos de alumínio tradicionais e já estabelecidos no mercado, que têm o isolamento feito 100% com o polietileno vindo do petróleo, de origem fóssil. Ao utilizar o cabo sustentável, a Cemig contribui para a diminuição de emissão de CO2 na atmosfera.

Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da região metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-se para a utilização na rede da Companhia.

Transformadores verdes

A rede de distribuição da Cemig já conta com outros equipamentos que têm características sustentáveis. Além do cabo Green, a Companhia já utiliza no sistema elétrico os transformadores de distribuição com líquido isolante à base de óleo vegetal. Estão instaladas cerca de seis mil unidades em diferentes regiões de Minas.

Além do óleo vegetal ser biodegradável, ele permite uma maior vida útil devido à sua estabilidade térmica. Outras vantagens da presença do óleo vegetal no transformador em relação ao óleo mineral tradicional, é que ele apresenta menor risco de inflamabilidade e uma maior capacidade térmica de refrigeração.

Certificados de Energia Renovável

Com 100% do seu parque gerador advindo de fontes limpas e renováveis de energia, a Cemig já emitiu cerca de 12 milhões de Certificados de Energia Renovável (RECs) para seus clientes no mercado livre de energia desde 2019. Essas certificações comprovam a utilização de energia limpa, renovável e rastreável que segue em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionados à produção de energia e à preservação do meio ambiente.

Mercado de Hidrogênio (H2) Verde em Minas Gerais

Trata-se de uma metodologia para planejamento estratégico do H2 Verde no contexto das empresas do setor elétrico e desenvolvimento de *Roadmap* Tecnológico-Estratégico para o estado de Minas Gerais.

O Brasil é conhecido mundialmente como referência por sua matriz energética baseada em fontes renováveis. O H2 Verde é aquele produzido com eletricidade oriunda dessas fontes de energia limpas e renováveis, como as de matriz hidrelétrica, eólica, solar e provenientes de biomassa, biogás, entre outros. Ou seja, o H2 Verde é obtido sem emissão do gás carbônico (CO2). Alinhada a essa perspectiva sustentável, o objetivo desse projeto é traçar um panorama do mercado de H2 Verde em Minas Gerais, de maneira a criar e aplicar a metodologia de um *Roadmap* tecnológico e estratégico sobre o assunto.

Alguns trabalhos serão desenvolvidos ao longo das etapas do projeto. Os principais resultados serão um panorama do mercado de H2 Verde em âmbitos global, nacional e regional; a criação da metodologia para desenvolvimento do *Roadmap* regional; e a aplicação do *Roadmap* Tecnológico-Estratégico para o H2 Verde no ambiente de negócios em Minas Gerais.

O projeto se propõe a desenvolver uma metodologia para a construção de um *Roadmap* Tecnológico-Estratégico que irá nortear a difusão do H2 Verde nas cadeias produtivas das regiões de atuação das empresas de energia elétrica. A metodologia será aplicada ao ambiente de negócios do estado de Minas Gerais.

A metodologia e o *Roadmap* estratégico para Minas Gerais, principal área de atuação da Cemig, deverão contribuir para aumentar o sucesso e os ganhos em produtividade de empreendimentos em energia renovável para suprimento às plantas de produção de H2 Verde. Além disso, o projeto marcará o protagonismo da Companhia em um mercado em formação.

O projeto foi iniciado em março de 2024 com prazo de execução de 12 meses e tem uma previsão de investimento de R\$2,5 milhões.

Autorizações ambientais para expansão do sistema elétrico

A Cemig alcançou um marco importante no número de autorizações ambientais para intervenções em áreas destinadas à expansão e modernização do sistema elétrico em Minas Gerais. Em 2024, foram obtidas 97 autorizações para a construção de linhas e subestações de energia, um aumento de quase 100% em relação ao ano anterior, quando foram registradas 49 liberações.

O crescimento no número de autorizações reflete o compromisso da Cemig com a ampliação da infraestrutura energética do estado. Para viabilizar essas obras, a Cemig conduz estudos ambientais detalhados e obtém as devidas permissões, garantindo a conformidade com a legislação ambiental vigente.

Em alguns casos, a implantação das novas estruturas exige a supressão de vegetação nativa. Para mitigar os impactos ambientais dessas intervenções, a Cemig investe em projetos de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Entre 2019 e 2024, a Cemig executou um amplo programa de restauração florestal, com o plantio de mais de 1 milhão de mudas de espécies nativas, como ipê, pequi, cedro e jacarandá-da-bahia, contribuindo para a preservação da biodiversidade em Minas Gerais.

Gestão de resíduos

A Cemig gerencia seus resíduos em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, e para tal, suas unidades seguem o processo de identificar, segregar, acondicionar, e transportar seus resíduos até o armazenamento temporário dos resíduos da Cemig no Centro de Distribuição Avançado Igarapé (CDA-IG), a partir desse ponto a Superintendência de Logística é responsável pelo processo de destinação final do resíduo.

Em 2024 foram encaminhadas para destinação final 51,2 mil toneladas de resíduos e sucatas, tendo sido praticamente toda a sua totalidade reciclada ou alienada, o que gerou para a Companhia uma receita bruta de aproximadamente R\$48 milhões, superior ao ano de 2023 (R\$38 milhões), além disso, 63,7 toneladas de resíduos industriais foram coprocessados.

Vale destacar que em 2024, o nosso modelo de operação de Logística Reversa se mostrou robusto e eficiente, constatamos uma maior agilidade na retirada de sucatas e materiais inservíveis, além da otimização e melhora nos controles internos de gestão. A nova forma de operação e gestão logística foi implementada no segundo semestre de 2022 com o objetivo de modernizar os processos e torná-los mais eficientes. Desde então, a operação logística de entrega de novos materiais e de retorno de materiais inservíveis da Companhia tem oferecido aos empregados e clientes internos mais agilidade, eficiência e tecnologia. Com isso, o modelo de operação de logística reversa foi testado e aprovado. Dessa forma, para 2025 a Cemig já firmou um novo contrato para os próximos 4 anos, com os mesmos moldes da atual contratação. O novo contrato possuiu mais funcionalidades e robustez operacional, com o objetivo de elevar ainda mais nosso nível de serviço para nossos clientes internos.

Todo o processo de logística reversa e destinação de resíduos é feita de forma ambientalmente correta e responsável, seguindo normas internas e a legislação ambiental vigente. Com isso, a Cemig garante que toda a sucata e resíduos industriais gerados sejam destinados corretamente.

Mudanças Climáticas

Diante dos esforços mundiais para limitar o aquecimento global, desde 2022, a Cemig D aderiu à iniciativa global, Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando o compromisso firme da Companhia com a sustentabilidade e com as melhores práticas de ESG.

A relevância global das discussões sobre os efeitos das mudanças climáticas reforça a atenção especial que a Companhia dedica à identificação dos riscos e oportunidades de negócios, além de intensificar a busca por soluções para adaptação e mitigação de riscos e impactos aos negócios da Companhia.

A liderança da Cemig D é engajada e envolvida nas discussões relacionadas às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), focando em uma atuação efetiva, como é possível evidenciar a partir do estabelecimento de metas voluntárias de redução: (i) das emissões; (ii) do consumo de eletricidade; e (iii) das perdas de energia.

Em 2024, a Companhia foi a primeira empresa brasileira do setor elétrico a integrar a *Utilities for Net Zero Alliance* (Uneza), iniciativa global pelo Net Zero e o anúncio foi feito pelo presidente Reynaldo Passanezi durante a COP 29, no Azerbaijão. A Uneza é uma iniciativa que reúne as principais concessionárias e empresas de serviços públicos do setor elétrico com o objetivo de promover soluções de energia limpa e avançar no processo da transição energética global e da descarbonização da economia.

Desempenho Social

Gestão de pessoas

A Cemig D considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Programa de Aprendizagem Industrial

A Cemig deu início ao Programa de Aprendizagem Industrial em 2024, focado no curso de Eletricista de Linhas de Redes Aéreas de Distribuição de Energia Elétrica. Com um total de 125 aprendizes, esta iniciativa representa um compromisso sólido da Cemig com o desenvolvimento profissional e social.

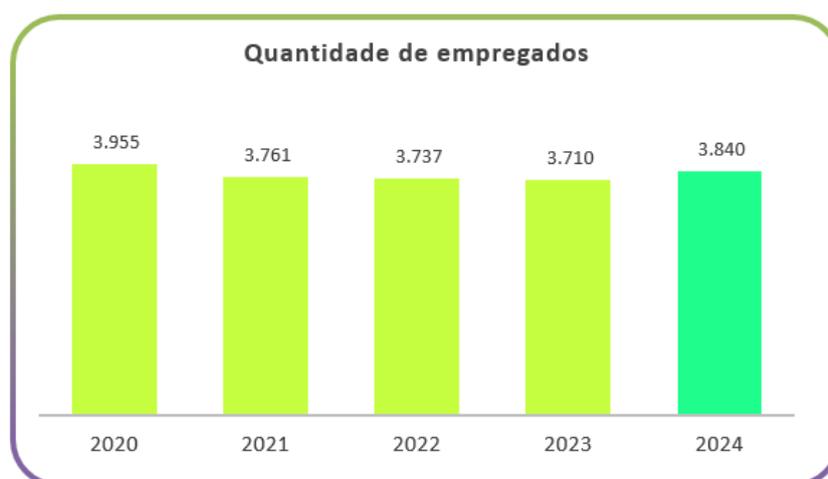
Responsabilidade social

A Cemig tem direcionado esforços para atender diversos grupos vulneráveis, incluindo aprendizes oriundos do exército, familiares diretos de pessoas em situação de rua, adolescentes de abrigos e refugiados do Marrocos, Venezuela e Colômbia. Um total de 66 pessoas em situação de vulnerabilidade tiveram a oportunidade de participar do curso em 2024.

A Cemig reafirma seu compromisso com a responsabilidade social, diversidade e sustentabilidade, por meio do Programa de Aprendizagem Industrial, demonstrando seu papel ativo na sociedade e transformando vidas com a nossa energia.

Quadro de colaboradores

Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig D segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Com o objetivo de incorporar novos talentos, promover o rodízio natural do quadro, aproveitando também das oportunidades para revisão de processos e maior eficiência, a Companhia implementou programas de desligamento voluntário nos últimos anos, o que teve como consequência uma redução no quadro de empregados, passando de 3.955 em 2020 para 3.840 empregados em 2024, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Em 2024 a Companhia viabilizou a admissão de 463 novos empregados. As admissões objetivaram o preenchimento de vagas do plano técnico-operacional-administrativo e universitário, recompondo o quadro da Companhia.

Além das admissões por meio dos concursos públicos, foram realizadas também admissões para o preenchimento de posições gerenciais nos casos em que o recrutamento externo se apresentou mais adequado, em conformidade com a nova política de pessoal, que passou a permitir a contratação de profissionais de mercado para posições gerenciais da Companhia, no limite de 40% dos cargos gerenciais.

Capacitação e desenvolvimento

A Cemig considera seus empregados como parceiros estratégicos no cumprimento de sua missão, responsáveis pela sustentabilidade econômica, técnica, social e ambiental. Dessa forma, promove a capacitação e o desenvolvimento contínuo, com o objetivo de aprimorar suas competências e promover seu crescimento profissional e pessoal.

Após a contratação dos profissionais, a Companhia disponibiliza um portfólio de treinamentos de cunho técnico, comportamental e de gestão, com o objetivo de que cada colaborador possa desenvolver seus conhecimentos para o exercício de sua função e progressão de carreira. Um dos destaques desse portfólio do aprendizado organizacional da Companhia é o treinamento de “Aperfeiçoamento em Unidades Consumidoras”. O treinamento de “Gestão de Riscos e

Controles Internos” é outro exemplo, proporcionando aos empregados uma visão crítica de como a Cemig, considerando as melhores práticas do mercado e uma abordagem estratégica, interage com a governança, gestão de riscos e controles internos na Companhia e procedimentos que visam a prevenção e mitigação de riscos.

A Cemig também tem investido no fortalecimento de suas lideranças por meio do Programa de Desenvolvimento da Liderança Cemig. Implementado em 2021, o programa busca desenvolver competências e habilidades consideradas críticas, alinhadas às transformações culturais e estratégicas da Companhia. A iniciativa estimula a capacidade de influência dos líderes em seus contextos de atuação, promovendo resultados consistentes.

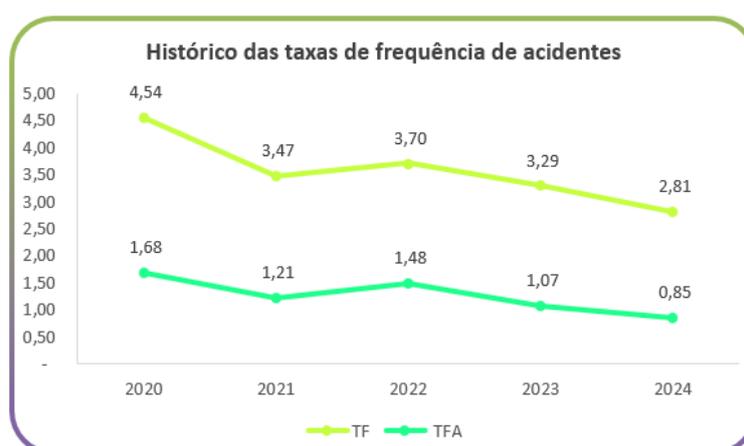
Saúde, higiene e segurança do trabalho

A proteção de toda sua força de trabalho é ponto central da atuação da Cemig, reafirmado pelo valor de “Respeito à vida” do seu Código de Conduta, alinhada à Política de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Bem-estar.

A Cemig adota uma abordagem abrangente para prevenir e mitigar impactos significativos na saúde e segurança do trabalho, que estão diretamente ligados às suas operações, produtos e serviços, assim como às suas relações de negócios.

Durante todo o ano de 2024 continuaram a ser adotadas pela força de trabalho da Cemig ações preventivas visando a preservação da saúde e segurança das equipes.

Em relação aos indicadores corporativos acompanhados pela Companhia - Taxa de frequência de acidentes (TF) e Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA) - seguem abaixo os dados de 2024 da Cemig, bem como os dados dos últimos 5 anos.



Comparando com o ano de 2023, tivemos uma redução tanto na TF quanto na TFA, evidenciando uma tendência de declínio, comparando também com os últimos 5 anos. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a manter a tendência de redução da TF e TFA nos próximos anos, incluindo campanhas educativas visando à conscientização dos profissionais que compõem a força de trabalho.

Cultura Organizacional

A Cemig vem passando por uma evolução da sua cultura, em especial, a cultura de cliente, um dos direcionadores do seu planejamento estratégico. A empresa ajustou suas lentes para trabalhar, em 2025, com o desenvolvimento desse direcionador de forma mais específica, frente aos desafios que já surgem em um horizonte próximo, no qual deixa de ter consumidores cativos para receber clientes que vão poder escolher de qual empresa consumir a energia.

A Cemig conta com 5 mil empregados próprios e quase 15 mil terceirizados, sendo que, desse total, 60% têm interface com clientes nas áreas de Distribuição e Comercialização. O atendimento ao cliente da Cemig possui canais digitais e 777 Postos de Atendimento espalhados pelos 774 municípios de sua área de concessão.

A gestão do cliente é de responsabilidade da Cemig e a operação de todos esses Postos de Atendimento é realizada pelo parceiro estratégico, fruto do Projeto Cliente+ (Acordo de Parceria Estratégica, Tecnológica e Operacional), desde 2021.

O cenário de abertura de mercado de energia elétrica desde janeiro de 2024 imprime um novo contexto para o setor energético, permitindo que todos os clientes atendidos em alta tensão (AT) possam escolher seus fornecedores de energia elétrica. Em 2026, está prevista a abertura de mercado para os clientes atendidos em baixa tensão (exceto Classe Residencial e Rural), sendo possível a abertura total desse mercado livre até 2030.

Essa transformação do setor energético, de um serviço básico para uma experiência focada no cliente, é tanto um desafio quanto uma oportunidade para as empresas se adaptarem ao novo dinamismo de mercado. Iniciativas importantes, como investimentos em infraestrutura, melhorias de processos e desenvolvimento de tecnologias têm avançado na Cemig. No entanto, não são percebidas pelos clientes a ponto de contribuírem para a melhoria da satisfação com os serviços e reputação da empresa.

É diante desse cenário que foi iniciado, em outubro de 2024, o Projeto Cultura de Cliente, com previsão de término/reavaliação para outubro 2025. O trabalho de desenvolvimento envolve diretamente mais de 400 líderes, desde a construção da Cultura desejada com foco no Cliente até o desenvolvimento de competências para o processo de internalização e sustentação da cultura desejada. Os objetivos do projeto são:

- Definir a Cultura com foco no Cliente, que sustentará as estratégias para o novo cenário e a geração de resultados excepcionais;
- Desenvolver e robustecer a liderança para modelar as pessoas e equipes para a prática da Cultura com foco no Cliente;
- Envolver e mobilizar todos os empregados, próprios e terceirizados, para a prática da Cultura com foco no Cliente.

Diversidade

A Cemig tem se empenhado em promover a valorização da diversidade e a inclusão em sua cultura organizacional, por meio de sua Política de Valorização da Diversidade e Inclusão, que tem como diretriz o respeito às pessoas e a valorização das diferenças e da individualidade de cada um. A Companhia busca criar um ambiente de trabalho livre de preconceitos, alinhado ao seu Código de Conduta e ao Compromisso com os Direitos Humanos. Desde 2019, a Cemig conta com o Grupo de Valorização da Diversidade, subordinado ao Comitê de Sustentabilidade Empresarial, composto por representantes de diversas áreas. Esse grupo tem a responsabilidade de identificar e implementar ações que promovam a equidade de gênero e a valorização da diversidade no quadro funcional.

O Programa de Diversidade foi lançado em 2023 e estabeleceu metas de médio e longo prazos, aprovadas pela Alta Liderança. Essas metas refletem o compromisso da Companhia em buscar uma representatividade que seja mais condizente com a sociedade brasileira em todas as suas hierarquias.

De acordo com a Política de Valorização da Diversidade e Inclusão da Cemig, a Companhia conta com a diretriz de “Respeitar as pessoas, valorizando as diferenças e a individualidade de cada um, criando um ambiente livre de preconceitos”.

Uma das iniciativas importantes da Cemig, no que diz respeito à diversidade, foi a nomeação de três mulheres para cargos de livre nomeação e exoneração na Diretoria Executiva, o que representa uma ação significativa para aumentar a representatividade feminina na liderança. A Companhia também busca alternativas para aumentar a participação de outros grupos minoritários em seu quadro de empregados, ampliando sua abordagem sobre diversidade e inclusão.

Outro exemplo é o programa de aprendizagem industrial - em 2023, a Cemig recebeu o 1º lugar do prêmio Ser Humano pela ABRH, por ter destinado vagas a pessoas em situação de rua e 50%

das vagas de ampla concorrência para pessoas do gênero feminino no curso de eletricista de

Metas assumidas



- Ter 25% de mulheres em cargos de gerentes/superintendentes em todas as diretorias até 2026.
- Ter 15% de mulheres em cargos de Supervisora até 2026.
- Ter 6% de pessoas com deficiência até 2030.
- Aumentar o percentual de Gerentes/Superintendentes da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar o percentual de Supervisores da Geração Y para 50% até 2026.
- Aumentar para 55% a representatividade de pessoas negras até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Gerentes/Superintendência até 2030.
- Ter 20% de pessoas negras em cargos de Supervisor até 2030.
- Aumentar a percepção/favorabilidade no recorte LGBTI+ para 70% até 2026⁴⁵.
- Aumentar o percentual de aliados à causa LGBTQIA+.
- 30% dos candidatos à posição de liderança devem pertencer aos grupos minorizados até 2026.

linhas e redes aéreas. O objetivo do programa é conciliar o resgate de jovens em condição de vulnerabilidade social com a oportunidade de formação especializada, além de promover maior participação de mulheres nesse segmento de mercado.

Cemig nas comunidades

A Cemig se dedica a promover o uso seguro da energia elétrica, fornecendo informações e esclarecimentos contínuos à população. A empresa realiza campanhas informativas, oferece instruções técnicas e disponibiliza equipes para orientar sobre situações de risco. Além disso, a Cemig promove ações de prevenção de acidentes em sua área de concessão, utilizando diversos meios de comunicação, como rádio, jornal, mídias digitais, TV e redes sociais, além de materiais educativos como cartilhas e folders.

A Cemig, anualmente, atualiza o Plano Estratégico de Comunicação Integrada para Segurança com a População, reescrevendo ações e estratégias para garantir a efetividade junto aos seus públicos de interesse em relação ao uso seguro da energia elétrica. Entre os objetivos desse Plano estão a conscientização da população, a mobilização das diversas partes interessadas da Companhia para a inclusão de pautas sobre segurança no uso da energia, e a conscientização dos empregados para atitudes de prevenção dentro e fora da Companhia.

O Plano visa, também: i) disseminar campanhas de comunicação em massa, prestando informações de utilidade pública para ampla audiência, e ii) lançar campanhas de comunicação dirigidas, prestando informações do interesse de públicos específicos.

Atuando no pilar da educação, a Cemig possui o treinamento “Segurança com a Energia Elétrica”, na modalidade à distância, gratuito e direcionado à população, a partir dos 10 anos de idade. O curso também está disponível para pessoas com deficiências auditivas e visuais. O treinamento visa potencializar a disseminação de informações sobre segurança com o uso da energia elétrica e ampliar o conhecimento público sobre o tema.

A Cemig também realiza visitas de eficiência energética nas residências de milhares de famílias de comunidades, aglomerados e conjuntos habitacionais de Minas Gerais. Durante as visitas, atendentes comunitários realizam a troca de lâmpadas antigas por outras de modelo LED. Caso a residência já tenha todas as lâmpadas desse modelo, os atendentes poderão dar dicas importantes sobre como economizar energia. Esse serviço é totalmente gratuito e faz parte do Programa de Eficiência Energética da Companhia, regulado pela Aneel.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

A Cemig aporta recursos em cultura, esporte, saúde, educação e cidadania, considerando interesses usualmente comuns a seus milhões de clientes, de 774 municípios atendidos em Minas Gerais. A prioridade das iniciativas de incentivo a projetos sociais, quer seja por alocação de investimento social, quer seja por patrocínio de projetos, é contribuir para transformação social em múltiplos municípios.

A Cemig conta com uma política de patrocínio que visa evidenciar o seu comprometimento com a realidade e com as demandas do ambiente nas localidades onde atua, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento dos setores cultural, esportivo, educacional e social, em alinhamento com políticas públicas das comunidades onde está inserida.

Cultura

A Cemig é a maior incentivadora de cultura em Minas Gerais e uma das maiores do País. Em 2024, foram investidos R\$126 milhões em 289 projetos culturais. Além de incentivar produtores e artistas, o apoio da Cemig traz benefícios diretos à população, que passa a ter acesso aos bens culturais de maneira mais segura e democrática.

Esse investimento em cultura contribui para a construção do patrimônio de Minas Gerais e posiciona a Cemig como uma grande fomentadora do desenvolvimento da economia criativa, da manutenção de grupos tradicionais, de equipamentos históricos. Além disso, os projetos apoiados visam a ocupação do espaço urbano, transformação nas comunidades e fomento a arte inovadora.



COMO A CEMIG FORTALECE A CULTURA EM MINAS E CONTRIBUI PARA SUA LIDERANÇA NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE

Música e dança: Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, Orquestra Filarmônica de Varginha, e Grupo Corpo.

Tradição e cultura popular: Coral dos Profetas, Congados e Reinados, Folia de Reis.

Teatro e artes visuais: Grupo Galpão, Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, Campanha de Popularização do Teatro, Inhotim, Pinacoteca Cemig, Museu Inimá de Paula.

Projetos de arte negra: Mostra Imune, projeto AfroMineirades e Mãos de Raça.

Memória e literatura: Academia Mineira de Letras, Arquivo Público e Centro do Patrimônio, Museu Inimá de Paula.

Publicações e registros: Livro Quilombolas – Cemig no Campo, Projeto Quilombos do Vale do Jequitinhonha e Jornal Afrodescendente.

25 ANOS NO ÍNDICE DOW JONES DE SUSTENTABILIDADE

Saúde

Em 2024, através do Programa de Eficiência Energética da Cemig (regulado pela Aneel), a Companhia investiu mais de R\$14,8 milhões em diferentes regiões de Minas Gerais, atendendo a 55 unidades hospitalares públicas e filantrópicas, em 43 municípios da área de concessão. As ações da iniciativa “Cemig nos Hospitais” promoveram a substituição de autoclaves, secadoras, calandras, focos cirúrgicos e sistemas de iluminação em geral, além da instalação de usinas fotovoltaicas, garantindo economias para os hospitais e melhoria do atendimento para os mineiros.

Esportes

Para a comunidade, projetos de esporte geram benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig, projetos de esporte fortalecem sua imagem como empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

A Cemig lança chamada pública anualmente para selecionar projetos que promovam a prática de esportes e ofereçam benefícios sociais e de cidadania, especialmente para crianças e adolescentes. Além disso, esses projetos reforçam a imagem da empresa como comprometida com o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. Para projetos esportivos, a Cemig destinou mais de R\$40 milhões desde 2019, sendo que 12% dos recursos destinados ao esporte são direcionados para projetos que trabalham exclusivamente com pessoas com deficiência em diversas modalidades esportivas e regiões do estado. Para a Cemig, a diversidade é um valor e deve estar presente também no esporte.

Um exemplo disso é o fato de a Cemig ter ampliado o apoio ao esporte olímpico e paralímpico em Minas Gerais com a destinação de mais R\$1 milhão em patrocínio ao Praia Clube, de Uberlândia. Desde 2019, a Cemig já apoia a natação paralímpica da instituição, que foi um dos destaques da delegação brasileira nas Paraolimpíadas de Paris 2024, com 10 medalhas conquistadas na modalidade. Agora, a Cemig patrocinará também as equipes do atletismo, consolidando-se como uma das maiores incentivadoras do esporte olímpico no Brasil.

Fundo do Idoso

Fundo do Idoso: A população acima dos 60 anos tem aumentado e a expectativa de vida também. Nesse contexto, a Cemig busca, por meio da destinação de recursos incentivados, viabilizar projetos de proteção e atendimento à pessoa idosa no estado de Minas Gerais, visando ampliação e melhoria das ações voltadas a essa população. Além disso, são prioridades para a Companhia, também, o apoio a propostas que viabilizem a estruturação dos Fundos Municipais e Estadual do Idoso, aprimorando as ações destinadas a este público.

Desde 2020 são lançados editais anuais de chamada pública visando selecionar os projetos de apoio ao idoso mais alinhados às diretrizes organizacionais. Uma das instituições apoiadas pela Cemig nesse contexto é a Hospital Mário Penna, que, nos últimos cinco anos, recebeu mais de R\$700 mil incentivados da Companhia. O número de beneficiados das iniciativas destinadas aos idosos cresce a cada ano, tendo sido investido nesses projetos, em 2024, mais de R\$3 milhões.

Fornecedores

A Cemig entende que o sucesso do seu negócio está diretamente relacionado à sua estratégia de fornecedores e adota os mesmos princípios e valores em relação à sua cadeia de suprimentos. Portanto, a Cemig estabelece um relacionamento com sua cadeia de suprimentos orientado pelo documento “Requisitos ESG para a Cadeia de Suprimentos”, pela Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional e pela legislação federal e estadual.

O processo de gestão de fornecedores, incluindo as práticas de compras, é revisado continuamente para garantir o alinhamento às melhores práticas e requisitos ESG. Para garantir o cumprimento da estratégia e os objetivos ESG, a equipe é devidamente treinada no papel que desempenha.

Desde 2015, a Cemig incluiu em todos os contratos o pré-requisito relativo ao cumprimento da Lei Anticorrupção por parte dos fornecedores. Dessa forma, a cadeia de valor da Companhia assume o compromisso de não cometer atos capazes de lesar a Administração Pública, como também de denunciar a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio dos canais de denúncia disponíveis na contratante.

As exigências para cadastro e contratação de fornecedores são mais rigorosas à medida que o objeto fornecido envolve maior risco em aspectos de meio ambiente, responsabilidade social e saúde e segurança.

Prêmio Melhores Fornecedores Cemig

O Prêmio Melhores Fornecedores Cemig visa externalizar os valores para além da organização, reconhecendo, prestigiando e homenageando as empresas que, fortemente, contribuem para que a Cemig possa cumprir o seu objetivo social de gerar, transmitir e distribuir energia elétrica, atendendo às expectativas de seus consumidores, acionistas e sociedade em geral. A iniciativa busca a melhoria contínua dos resultados e o fomento de iniciativas e práticas sustentáveis.

Em 2024, a empresa Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil foi a ganhadora do prêmio “Destaque em Inovação”, inédita na premiação, com o projeto do “*cabo green*”. O produto utiliza um revestimento feito com 20% de polietileno de origem vegetal, obtido por meio da cana-de-açúcar, ao contrário dos tradicionais que são revestidos de material 100% polietileno originado do petróleo, um combustível fóssil. A Cemig é a primeira distribuidora brasileira a usar essa tecnologia mais sustentável. Os cabos foram instalados como teste no exercício de 2023 em uma rede da Região Metropolitana de Belo Horizonte e obtiveram desempenho bastante satisfatório, credenciando-os para a utilização na rede da Cemig.

Cidadania corporativa e investimentos sociais

As estratégias filantrópicas e de cidadania corporativa da Cemig estão alinhadas à sua missão, visão e valores e objetivam o desenvolvimento econômico e social nos locais em que atua, por meio do apoio às comunidades, proporcionando transformação e impacto social duradouros para alcance do desenvolvimento integral dos indivíduos.

Acesso à energia

A Cemig também atua com a tarifa social, um desconto na conta de energia elétrica para famílias de baixa renda. Em 2024, cerca de 1,3 milhão de clientes da Cemig receberam benefícios tarifários, mensalmente, relativos à tarifa da conta de energia, no valor total de R\$461,4 milhões.

O benefício permite que mais pessoas tenham acesso à energia de qualidade, possibilitando uma melhoria da qualidade de vida e dignidade. Além disso, é um importante instrumento na redução de desigualdades socioeconômicas, inclusive entre as diferentes regiões e estados brasileiros, que sofreram efeitos diferenciados com a elevação dos custos no fornecimento de energia elétrica nos últimos anos.

Programa Energia Legal

A Cemig tem o compromisso de melhorar a cada dia o fornecimento de energia para as comunidades onde atua, priorizando a segurança da população quanto a riscos de acidentes elétricos e a promoção do desenvolvimento local de toda a sua área de concessão.

Para viabilizar esse compromisso, a Cemig lançou o Programa Energia Legal, que visa regularizar o acesso à energia elétrica de aproximadamente 240 mil famílias, localizadas em comunidades e ocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em algumas regiões do estado.

São vantagens do Programa Energia Legal:

- mais segurança contra choques elétricos;
- mais cuidados para não queimar eletrodomésticos;
- regularização da energia;
- geração de comprovante de endereço, por meio da conta de luz;
- direito a benefícios sociais;
- facilidade para realizar novas ligações de energia;
- assistência 24h por dia.

Programa de Eficiência Energética – PEE

Historicamente, a Cemig investe em eficiência energética, promovendo a redução do consumo de energia e da demanda no horário de ponta, e disseminando o conhecimento sobre uso seguro, racional e eficiente da eletricidade, visando o combate ao desperdício de energia elétrica e à preservação de recursos naturais.

O Programa de Eficiência Energética - PEE da Cemig, regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, desde o ano 2000, se traduz em diversas ações que incentivam a mudança dos hábitos de consumo e a otimização do consumo energético em diferentes setores da sociedade. Desde a implantação do Programa, a Companhia mantém esforços para demonstrar à sociedade que é possível reduzir o desperdício da energia de forma simples, com a adequação de atitudes no dia a dia.

Atualmente, o PEE atua por meio de cinco subprogramas: Cemig nas Cidades, Cemig nos Hospitais, Cemig no Campo, Cemig nas Escolas e o Cemig nas Comunidades, nos quais todos os projetos são executados diretamente pela Cemig e contemplam a substituição de equipamentos ineficientes e obsoletos por modelos mais modernos e eficientes e a instalação de usinas fotovoltaicas.

Além disso, a Companhia publica anualmente a Chamada Pública de Projetos, determinada pela Aneel, que tem como objetivo democratizar o acesso dos clientes a projetos de eficiência, já que permite que os próprios clientes proponham ações que confirmam maior eficiência a suas unidades consumidoras. Nesse modelo, a Cemig seleciona e financia os projetos viáveis, que são executados por empresas especializadas em serviços de conservação de energia, as chamadas ESCO.

Somente em 2024, o programa investiu mais de R\$65 milhões em projetos próprios de eficiência energética e disponibilizou outros R\$50 milhões para Chamada Pública, dos quais cerca de R\$19 milhões foram capitados pela sociedade para projetos que serão executados a partir de 2025. Em 2024, o PEE da Cemig atendeu a 320 municípios da área de concessão, beneficiando mais de 95 mil clientes (dentre eles, residenciais, comerciais, serviços públicos, etc.) e mais de 2 milhões de pessoas. Entre os beneficiários se destacam: estabelecimentos de saúde públicos e filantrópicos, entidades beneficentes de assistência social, escolas públicas, famílias de baixa renda em comunidades urbanas e rurais, prestadores de serviços públicos e órgãos da administração pública estadual e municipal.

Até 2027, a Cemig planeja investir mais de R\$500 milhões no portfólio do PEE, ampliando os subprogramas existentes e inaugurando novas frentes, com foco em inovação e responsabilidade social aliadas à eficiência energética. Essa meta representa o compromisso público da Companhia com os esforços globais para o desenvolvimento sustentável e a transição energética, à medida que pretende investir nos próximos 4 anos, 50% do valor investido ao longo dos últimos 25 anos.

Alguns projetos de destaque em 2024 são:

Programa AI6% - O programa incentiva os empregados a repassarem até 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2024 do AI6% envolveu a participação de 1.445 empregados que, voluntariamente, destinaram mais de R\$1,4 milhão, com o intuito de beneficiar 146 instituições que atendem mais de 20.000 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Cemig também destinou parte do imposto de renda devido para os mesmos FIAs.

O valor investido pela Companhia foi de aproximadamente R\$1,3 milhão. No total, foram destinados R\$3 milhões para entidades, distribuídas em 75 municípios da área de influência da Companhia. A ação conta com a participação voluntária de 146 padrinhos e madrinhas que atuam como captadores de recursos.

Com o propósito de ser, cada vez mais, uma empresa socialmente responsável, a Cemig busca fomentar projetos e ações voluntárias que tenham um papel transformador na sociedade.

Programa Você – Voluntariado Empresarial - engloba diversas ações para incentivar e apoiar o envolvimento dos empregados em atividades voluntárias. Estruturado para potencializar as ações dos voluntariados em curso, cuja trajetória migra gradativamente do assistencialismo à cidadania participativa e de transformação social, esse programa foi criado em três pilares, sendo: (i) o de incentivo ao voluntariado, para disseminar a cultura na Companhia e oferecer o primeiro contato com o tema; (ii) a realização de ações transformadoras, nas quais o foco é trabalhar com o empreendedorismo, educação e o empoderamento feminino e (iii) as ações propostas por empregados na plataforma de voluntariado, às quais os colegas podem aderir.

Com o objetivo de implantar melhorias no processo e atender às necessidades de todos os envolvidos no Voluntariado, beneficiados e voluntários, foi realizado um planejamento estratégico para o Voluntariado junto com uma empresa especializada no tema.

Em 2024, o Programa Você destacou-se pela importância de suas ações voluntárias na comunidade. Com a participação de 214 empregados voluntários, o programa acumulou 898 horas de atuação, beneficiando diretamente 553 pessoas. Essas iniciativas não apenas promovem o desenvolvimento humano e o bem-estar das comunidades, mas também reforçam a cultura de solidariedade e cidadania participativa dentro da Companhia. A atuação voluntária dos empregados é fundamental para a transformação social, demonstrando o compromisso da Cemig em ser uma empresa socialmente responsável e engajada com as causas comunitárias.

Energia Jovem - visa formar jovens, estudantes de escolas públicas, para o mercado de trabalho, auxiliando-os no entendimento de como iniciar a vida profissional e ingressar em uma organização. A formação é composta por módulos que abordam temas relevantes para a entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, o autoconhecimento, networking, competências a serem desenvolvidas, como se preparar para uma entrevista e elaborar o currículo, entre outros. Em 2024, foram capacitados 92 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 7 voluntários da Cemig.

Gestão de Projetos na Carreira - a gestão de projetos é uma das profissões do futuro, que vem crescendo e se tornando essencial e requisitada em várias empresas. A iniciativa visa possibilitar aos alunos uma aprendizagem experiencial de como fazer a gestão de projetos, auxiliando-os na compreensão, planejamento, realização, monitoramento e avaliação do projeto, como a gestão da própria carreira. O conteúdo programático aborda o que é um projeto e sua aplicação no dia a dia. Com abordagem simples e prática, o programa pretende levar o jovem a entender qual o seu papel como gestor desse projeto, como fazer um bom gerenciamento, como definir metas, escopo e prazos. Em 2024, foram capacitados 89 jovens na cidade de Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 9 voluntários da Cemig.

Start+Up - curso gratuito promovido pela Cemig com o objetivo de orientar jovens sobre empreendedorismo e criação de startups, a partir do método “aprender fazendo”. A formação “Start + UP”, é composta por módulos que abordam temas relevantes relacionados ao empreendedorismo, como: o que é e como desenvolver uma startup, construção de marca, desenvolvimento de produto, fontes de financiamento, entre outros. Ao término do programa os participantes apresentam a empresa ou projeto desenvolvido a uma banca de jurados a partir do método *Pitch*, que é uma apresentação curta e direta voltada a despertar o interesse de um investidor, parceiro ou cliente. Em 2024, foram capacitados 22 jovens nas cidades de Uberlândia e Belo Horizonte, que contaram com a orientação de 11 voluntários da Cemig.

Conectando Energias - é uma iniciativa criada em 2024, que reúne Eficiência Energética e o Programa Você (Voluntariado Cemig), e mobilizou 210 voluntários, distribuídos em 44 equipes inscritas para atuarem em 28 municípios mineiros ao longo de 2025, a fim de atenderem mais de 40 instituições beneficentes, com o intuito de promover mais economia de energia e redução dos desperdícios.

Além dessas ações, tivemos a campanha Páscoa Solidária, em que voluntários se dedicaram a fabricar 3.000 ovos de chocolate, para 350 crianças da Associação das Obras Pavonianas de Belo Horizonte; SOS Rio Grande do Sul com a arrecadação de itens de necessidade e disponibilização de voluntários dentro do horário de trabalho para a triagem de doações para os atingidos pelas intensas chuvas que atingiram o estado; Cartinhas de Natal com a adoção pelos voluntários de 104 cartas de atendidos por instituições sociais e o Natal Solidário em Rede realizado em conjunto com as empresas participantes da Rede Desafio 2030 na Cidade dos Meninos, em Ribeirão das Neves que atende mais de 2.700 crianças e jovens, em que a Companhia enviou o caminhão de atividades interativas do Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel.

Direitos humanos

Alinhada à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e seus Princípios Orientadores, às normas fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e ao Pacto Global da ONU, a Cemig declara que respeita e apoia a proteção aos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em sua área de influência.

A Cemig busca prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre os direitos humanos em suas operações e serviços por suas relações comerciais, inclusive quando não tenha contribuído para gerá-los, em alinhamento com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Anualmente, a Cemig presta contas de suas ações em direitos humanos, por meio do Relatório do Pacto Global das Nações Unidas, do Relatório de Sustentabilidade (RAS), do ISE B3 e do *Dow Jones Sustainability Index (S&P Global)*.

Mitigação

Como exemplos de ações de mitigação, a Cemig realiza:

- inspeções e treinamentos de segurança para toda força de trabalho;
- campanhas de sensibilização quanto ao tema de valorização da diversidade para os empregados e nas redes sociais;
- cartilhas educativas e cláusulas contratuais para os fornecedores;
- palestras e trabalho educativo nas escolas quanto ao uso de energia.

Monitoramento

Como exemplos de ações de monitoramento, a Cemig realiza:

- auditorias de segurança em campo;
- auditoria de direitos humanos de fornecedores;
- monitoramento e investigação de casos de assédio e discriminação.

Gestão tecnológica e inovação

A Cemig tem a gestão tecnológica e a inovação como pilares estratégicos para garantir a eficiência operacional, a segurança da informação e a conformidade regulatória. A Companhia investe continuamente no aprimoramento da governança e gestão de seus serviços de Tecnologia da Informação (TI), bem como na modernização de sua infraestrutura tecnológica, alinhando-se às melhores práticas internacionais e às exigências regulatórias, incluindo a *Lei Sarbanes-Oxley (Sox)*.

O sistema de governança de TI da Cemig é baseado no COBIT 2019, modelo de referência para controle e gerenciamento de processos de TI, e é avaliado anualmente por auditorias internas e externas. Além disso, a Companhia estrutura sua gestão de segurança da informação com base na Norma Brasileira (ABNT) NBR ISO/IEC 27001:2013, garantindo a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI) robusto, que abrange políticas, processos e controles para proteção de ativos críticos. Esse sistema inclui processos de gerenciamento de riscos, classificação e proteção da informação, resposta a incidentes e auditoria contínua.

Além dos investimentos em governança e segurança, a Cemig adota uma abordagem estruturada para inovação e transformação digital, priorizando tecnologias emergentes para modernizar seus processos e serviços, com aperfeiçoamento de arquitetura e governança.

O setor de energia elétrica está passando por um conjunto de mudanças transformadoras, impulsionadas pela interseção de vários fatores como: i) crescente descentralização dos sistemas de geração de energia; ii) avanço das tecnologias de armazenamento de energia; iii) proliferação das tecnologias digitais, que permitem que a energia seja produzida, transmitida e consumida de forma mais inteligente e eficiente; iv) crescimento de fontes de energia renováveis variáveis, como eólica e solar e v) a tendência de descarbonização do sistema energético, como parte dos esforços globais de mitigação das mudanças climáticas.

Com vistas neste conjunto de mudanças, a Cemig implementou, desde 2018, o Plano Estratégico de Tecnologia Digital, que contempla a capacitação, diagnóstico, prospecção e roteiros tecnológicos, para:

- capacitação para as novas modalidades de negócios que vem surgindo no país e no mundo;
- captação de propostas de P&D na área de tecnologias digitais com vistas a colocar a empresa em sintonia com a evolução tecnológica e grandes transformações digitais;
- elaboração de projetos que possam impulsionar novos negócios que criem benefício econômico e social para a Companhia.

O desafio foi aberto para o público em geral, que foi convidado a apresentar ideias para a estruturação de projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, conforme regras da Aneel e alinhados com a estratégia da Companhia. As ideias mais promissoras dão origem a projetos que são avaliados sob as diretrizes da Estratégia de Inovação e, se aprovados, são formalizados com as novas minutas contratuais para desenvolvimento das ideias aprovadas.

O Desafio Cemig está estruturado em quatro macro temas alinhados à estratégia da Companhia para compor o seu portfólio de inovação:

- Produtos e serviços inteligentes;
- Sistemas elétricos do futuro;

- Eletrificação e eletro mobilidade; e
- Alternativas em geração sustentável.

Proteção de dados

A Cemig reconhece a sua responsabilidade com a proteção de dados pessoais de todos os titulares com os quais ela se relaciona e reforça o seu compromisso em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Para trazer robustez a esse processo e para garantir que a Companhia esteja aderente aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, a Cemig conta com uma estrutura dedicada ao atendimento de todo o regramento legal relacionado ao tema. Essa estrutura contempla:

- Encarregado de Proteção de Dados (Diretor (a) de *Compliance*);
- Equipe dedicada ao tema de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- Políticas e procedimentos que estabelecem diretrizes claras sobre como os dados devem ser coletados, armazenados, processados e compartilhados, assegurando que a organização respeite os direitos de privacidade dos titulares dos dados pessoais;
- Solução líder de mercado que suporta todo o programa de Privacidade da Companhia;
- Canais de atendimento exclusivos para que os titulares de dados possam exercer seus direitos e para receber relatos de possíveis incidentes envolvendo dados pessoais.

Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PDI

Organismos com relevância mundial no setor energético, como o Energy Center, a vertical de energia da MIT Technology Review Brasil, em parceria com o Energy Summit, reconhecem que já existem grandes direcionamentos globais em relação a um objetivo comum: a realização da transição energética seguindo os 4Ds, que são Descarbonização, Digitalização, Descentralização e Democratização. Esses princípios norteadores buscam transformar o setor energético em um sistema mais sustentável, eficiente e inclusivo, promovendo a adoção de novas tecnologias e práticas que reduzam a dependência de combustíveis fósseis e minimizem os impactos ambientais.

O PDI da Cemig divulga chamadas públicas com foco no estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da Cemig e do setor elétrico, visando o atendimento dos interesses da sociedade. As instituições são convidadas a apresentarem propostas de projetos de PDI que objetivem: (i) o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de soluções para os desafios da Cemig ou de empresas do setor elétrico, consumidores ou usuários dos serviços de distribuição de energia elétrica, e/ou (ii) a exploração industrial e/ou comercial das soluções desenvolvidas.

A Cemig busca, nestas chamadas, identificar e desenvolver projetos:

- inovadores e práticos - aptos a solucionar reais problemas do setor elétrico;
- estratégicos - que abordem assuntos relevantes para a Companhia;
- concretos e que gerem soluções com viabilidade econômico-financeira e de implementação.

Nesse sentido, a Cemig, alinhada com as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do Programa Estratégico de Qualidade e Inovação (PEQUI), desenvolveu direcionamentos estratégicos para promover a inovação contínua, buscando agregar cada vez mais valor ao Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). Em 2024, a Cemig investiu em 15 projetos de PDI em diversos temas, tendo sido investido aproximadamente R\$40,7 milhões. Em fevereiro de 2025, a Cemig concluiu mais um ciclo de desafios, recebendo importantes projetos inovadores nos macrotemas: Produtos e Serviços Inteligentes; Sistemas Elétricos do Futuro; Eletrificação e Eletromobilidade; e Alternativas em Geração Sustentável. Entre os projetos de destaque, incluem-se:

- Projeto BESS Móvel: Desenvolvimento de um dispositivo móvel para carga e descarga de energia em baterias, destinado a situações de emergência e para garantir a continuidade do fornecimento de energia em casos críticos.
- Projeto EnergyGPT: Implementação de uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especificamente projetada para atender às complexas demandas do setor elétrico brasileiro, proporcionando análises avançadas e preditivas para otimização do sistema.
- Projeto Biogás H2: Desenvolvimento de um protótipo de usina para produção de hidrogênio a partir do metano gerado em aterros sanitários, promovendo a utilização de resíduos como recurso energético.
- Projeto EPI Inteligente: Criação de um *wearable* de segurança individual para eletricitistas, capaz de alertar sobre a proximidade de sistemas energizados, detectar gases tóxicos, prevenir acidentes de trabalho e emitir alertas de queda ou incidentes durante a jornada de trabalho, garantindo maior segurança para os empregados.

A Cemig continua a impulsionar a inovação através de seus canais Inova Cemig Lab e Inova Cemig Tec, dedicados à busca de soluções inovadoras e tecnológicas. A empresa prioriza a inovação aliada à sustentabilidade, com o objetivo de gerar resultados mais sustentáveis e eficientes para o Sistema Elétrico Brasileiro. Esse compromisso reflete a visão da Cemig em ser uma empresa líder em inovação no setor energético, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para um futuro energético mais limpo e eficiente.

Em 2024, a iniciativa encerrou seu primeiro ciclo com contratos assinados com 13 *startups*, que receberão, cada uma delas, apoio financeiro de até R\$1,6 milhão para o desenvolvimento de soluções criativas e sustentáveis para os desafios propostos pela Cemig.

Lançado em março de 2024, o processo de seleção de *startups* para o primeiro ciclo ocorreu por meio de um edital internacional que atraiu mais de 250 propostas provenientes de 17 estados brasileiros e 10 países de todos os continentes. Minas Gerais destacou-se com 48 *startups* selecionadas. Foram propostos temas estratégicos que vão desde a digitalização do setor elétrico até o uso de hidrogênio como fonte de energia limpa e renovável.

O ciclo 2 já está em andamento e conta com 15 desafios voltados para comercialização, geração distribuída, *compliance*, distribuição, transmissão, gestão de fornecedores, recuperação de receitas e agro. A Cemig também já trabalha no ciclo 3, que contará com 15 novos desafios.

Inteligência artificial – EnergyGPT

Em 2023, a Cemig, em parceria com o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), iniciou o desenvolvimento do EnergyGPT. O projeto, pioneiro em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no âmbito do Programa de PDI da ANEEL, marca a entrada da Companhia no movimento global de inovação no setor elétrico.

O EnergyGPT surge como uma solução de inteligência artificial (IA) generativa, especialmente projetada para atender às demandas complexas do setor elétrico brasileiro. Uma de suas principais metas é facilitar o acesso a informações estruturadas deste mercado, tanto para empresas quanto para cidadãos.

A proposta do projeto é desenvolver uma plataforma avançada de IA adaptada às peculiaridades do setor elétrico nacional. O sistema de IA buscará otimizar processos e fornecer suporte estratégico em áreas críticas, incluindo jurídico e proteção de receita.

Processamento de Linguagem Natural (NLP)

Lançado em agosto de 2024, o curso integra o projeto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - EnergyGPT, e tem como objetivo capacitar os empregados da Cemig para enfrentar desafios tecnológicos no setor elétrico. Com duração de 12 meses, é pioneiro no Brasil e está dividido em três módulos, abordando fundamentos básicos e específicos sobre modelos de linguagem.

A primeira turma da pós-graduação *lato sensu* em NLP promovida pela Cemig, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA), concluiu seu primeiro semestre com resultados promissores. Ao longo do semestre, os 30 empregados selecionados tiveram contato com temas como aprendizado de máquina, *deep learning* e redes neurais. Além disso, a especialização foca na aplicação prática das tecnologias, com destaque para o desenvolvimento do EnergyGPT.

Sistemas de Gestão – Certificados

A Cemig conduz os seus processos visando o alcance dos objetivos estratégicos e, conseqüentemente, a satisfação dos seus clientes. Para isso, procura a melhoria contínua da sua gestão por diversas formas, entre elas a adoção de algumas das práticas e metodologias das Normas NBR ISO.

Para tanto, ela mantém certificações de seus processos nas normas NBR ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade, NBR 14001 – Sistema de Gestão Ambiental e NBR 45001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança e, recentemente, obteve a certificação em NBR 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno. Para além das certificações, visando aprimorar suas práticas de gestão de riscos, a Companhia implementou os princípios e recomendações da NBR ISO 31000 – Gestão de Riscos, obtendo a Declaração de Conformidade na referida norma por Organismo Certificador reconhecido.

Atualmente, há quatro escopos certificados na empresa: Núcleo Cemig Geração e Transmissão, Núcleo Cemig Distribuição, Gestão de Riscos Corporativos e Ouvidoria, e *Compliance*. Importante salientar que os processos de gestão e suporte fazem parte do escopo desses negócios.

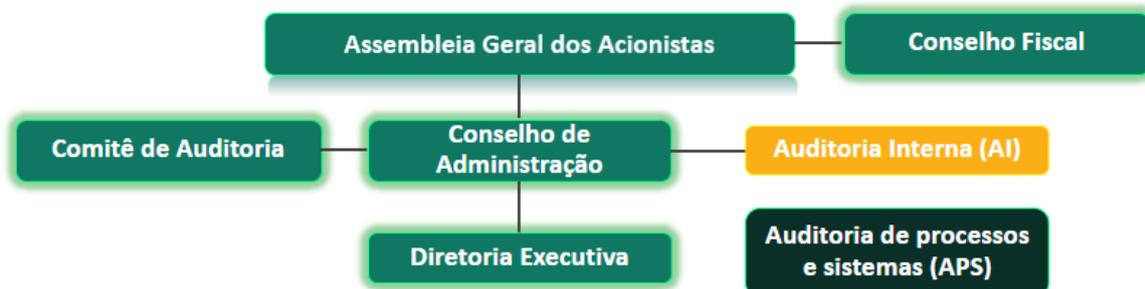
Para todos os núcleos foram recomendadas as manutenções dos certificados, o que confirma o comprometimento de todos os envolvidos em atender aos requisitos das normas, as quais possuem reconhecimento internacional de melhores práticas de gestão do mercado.

Desempenho em Governança corporativa

A governança corporativa da Cemig é baseada em transparência, equidade e prestação de contas. A principal característica do modelo de governança da Cemig é a clara definição dos papéis e das responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes que dizem respeito à condução dos negócios da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, que são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, elegem seu Presidente, Vice-Presidentes e nomeiam a Diretoria Executiva da Cemig.

O foco da governança da Companhia tem sido o equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais da Cemig, com o intuito de contínua contribuição ao desenvolvimento sustentável, e visando o aprimoramento do seu relacionamento com acionistas, clientes, empregados, sociedade e demais partes interessadas. Desde 2001, a Cemig segue as práticas de Governança Corporativa do Nível 1 da B3, bolsa de valores de São Paulo.

Estrutura de Governança Corporativa



Conselho de Administração

Anualmente, os membros do Conselho de Administração são submetidos a autoavaliações de desempenho, independentes, individuais e coletivas, visando aprimorar suas funções. São observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício;
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à estratégia de longo prazo e orçamento anual.

Compete ao Comitê de Auditoria verificar, em caráter independente, a conformidade do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

Composição, eleição e mandato

O Conselho de Administração é integrado por 9 membros efetivos, sendo 8 indicados e eleitos pelos acionistas e 1 eleito pelos empregados, dentre os quais um será o Presidente e outro, o Vice-Presidente. Os membros do Conselho de Administração serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, para mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas, observados os requisitos e vedações estabelecidos na legislação e regulamentação aplicáveis.

Dos 9 membros do seu Conselho de Administração, 8 membros têm as características de Conselheiro Independente, pelos critérios adotados pelo *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), e pelos critérios definidos no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), conforme atestado na Declaração de Independência do Conselho.

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2026.

A composição do Conselho de Administração será avaliada anualmente pelo próprio Conselho de Administração, com o objetivo de implementar uma mudança gradual, visando aumentar a diversidade, podendo ser estabelecidas metas.

As atribuições do Conselho de Administração encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Reuniões

O Conselho de Administração, até 31 de dezembro de 2024, reuniu-se 17 vezes para tratar de planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão independente de caráter consultivo e permanente, com o objetivo de assessoramento do Conselho de Administração, ao qual se reportará, cabendo-lhe, ainda, exercer as demais atividades que a legislação aplicável lhe atribuir.

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros, em sua maioria independentes, indicados e eleitos pelo Conselho de Administração, na primeira reunião que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária, para mandato de 3 anos, não coincidentes, sendo permitida 1 reeleição.

As atribuições do Comitê de Auditoria encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 27 reuniões do Comitê de Auditoria - COAUD.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por 7 membros, que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos, observados os requisitos da legislação e regulamentação aplicáveis, sendo permitida, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

Os Diretores estatutários serão avaliados, anualmente, pelo Conselho de Administração, com relação ao seu desempenho, individual e coletivo, observados os seguintes quesitos mínimos:

- exposição dos atos de gestão praticados, quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e,
- consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios Plurianual e atendimento à Estratégia de Longo Prazo e Orçamento Anual.

A composição da Diretoria Executiva, atribuições e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 50 reuniões da Diretoria Executiva.

Conselho Fiscal

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 anos.

Na composição do Conselho Fiscal observar-se-ão as seguintes regras de indicação:

- aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais fica assegurado o direito de elegerem, em votação em separado, 1 membro, respectivamente, de acordo com a legislação aplicável; e,
- a maioria dos membros deverá ser eleita pelo acionista controlador da Companhia, sendo pelo menos 1 servidor público, com vínculo permanente com a Administração Pública.

A composição do Conselho Fiscal e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>

Reuniões

No exercício de 2024, foram realizadas 12 reuniões do Conselho Fiscal.

Auditoria interna, gerenciamento de riscos e controles internos

Mantendo o ciclo de atualização, no mínimo anual, foram mapeados e aprovados em 2024, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, após apreciação pelo Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos do Conselho de Administração, a Matriz de *Top Risks*, vigente para o ciclo 2024/2025.

Esses riscos têm agenda de acompanhamento contínuo pela Administração. A Matriz compreende os riscos dos pilares Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização, Inovação, Tecnologia da Informação, Pessoas e Serviços Corporativos, ESG (*Environmental, Social and Governance*), Comunicação, Financeiro, Participações e Desinvestimento, Regulatório Institucional e Controle e Integridade.

A Companhia possui um Comitê de Riscos, criado em 2022, órgão vinculado e de assessoria do Conselho de Administração, com atribuições de análise do cumprimento das exigências dos agentes reguladores e fiscalizadores; definição dos principais riscos (*Top Risks*) e respectivo tratamento, identificação e mensuração de planos de ação e controle dos riscos identificados; e avaliação dos limites de tolerância aos riscos que a Companhia será exposta.

Em relação às respostas aos riscos relevantes e que possuem os limites de tolerância excedidos, o ambiente de Controles Internos possui um processo anual de revisão e testes de desenho da totalidade dos controles internos presente na Matriz de Riscos e Controles Internos, de modo a mantê-los aderentes, atualizados e avaliados em relação a suficiência de endereçamento aos riscos. No último ciclo, a Companhia estendeu a cobertura de revisão e testes para os controles internos relacionados aos *Top Risks*, seguindo os mesmos padrões metodológicos e requisitos do *framework* COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), ICIF (*Internal Control – Integrated Framework*) e Lei Norte Americana *Sarbanes Oxley – Sox*. As ações e investimentos no Ambiente de Controles Internos tem garantido, nos últimos anos, sua efetividade na avaliação da Administração e do auditor externo independente, demonstrando a confiança na gestão de riscos da Companhia.

Ademais, a Companhia mantém a atividade de auditoria interna, responsável pela elaboração e execução do Plano Anual de Auditoria Interna, validado pelo Comitê de Auditoria e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse Plano prevê a avaliação dos principais processos de negócios e corporativos e é orientado pela estratégia organizacional e pelos riscos relacionados, tendo como objetivo avaliar a adequação, a eficácia e a eficiência dos processos da Companhia. A Auditoria Interna avalia, de forma independente, a eficácia dos processos de governança e gerenciamento de riscos, bem como a efetividade do sistema de controles internos, reportando eventuais deficiências e oportunidades de melhoria, além de recomendar ações aplicáveis. A auditoria interna acompanha a implementação das ações corretivas e preventivas pelas áreas responsáveis, bem como sua manutenção e efetividade na mitigação dos riscos, visando à agregação de valor ao negócio e fortalecendo a governança corporativa.

Compliance e Antissuborno

A Companhia valoriza a prevenção e o combate à fraude, à corrupção e a quaisquer atos que possam desviar-se da conduta ética exigida, bem como das normas internas e externas estabelecidas. Para isso, conta com a dedicação e a diligência de toda a sua força de trabalho, a fim de garantir que atos ilícitos ou antiéticos não sejam perpetrados em seu nome.

Para prevenir a ocorrência desses atos, a Companhia mantém um robusto sistema de controles internos e de *Compliance*, que inclui, entre outros, uma Comissão de Ética, um Canal de Denúncias e políticas e procedimentos internos voltados à integridade, auditoria, incentivo à denúncia de irregularidades e prevenção à fraude e à corrupção. Todos os profissionais que se relacionam com a Cemig, incluindo acionistas, administradores, empregados e contratados, são plenamente informados sobre essas diretrizes. Em 2024, a Cemig obteve a certificação na norma internacional ISO 37001 de Gestão Antissuborno, reforçando seu compromisso em prevenir, detectar e tratar casos de suborno.

Ademais, não são permitidas doações de qualquer natureza, seja direta ou indireta, em dinheiro ou em bens e serviços, incluindo publicidade, que tenham fins políticos ou que favoreçam partidos políticos ou seus afiliados, independentemente de estarem em atividade. Essa proibição está em conformidade com as exigências da Lei Federal 9.504/1997, conhecida como “Lei das Eleições”, e suas alterações pela Lei 13.487, de 6 de outubro de 2017.

O Canal de Denúncias da Cemig está disponível para o público interno e externo, 24 horas por dia, para receber denúncias de fraude, corrupção, favorecimento, assédio moral e sexual, entre outras irregularidades que possam ser consideradas ações ou omissões contrárias à lei ou aos princípios do nosso Código de Conduta. O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade, o anonimato e a proteção contra retaliações ao denunciante. A Comissão de Ética é responsável por garantir a apuração e investigação adequadas de todas as denúncias recebidas, e as respostas são disponibilizadas aos denunciantes após a conclusão dos processos.

Movimento Transparência 100% do Pacto Global da ONU

Combater todas as formas de corrupção - este é o compromisso firmado publicamente pela Cemig ao ingressar no Movimento Transparência 100%. Trata-se de uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cujo intuito é fazer com que organizações alinhem suas estratégias e operações aos princípios e mecanismos anticorrupção. A adesão da Companhia ao Movimento foi tornada pública durante o evento "Workshop Melhores Práticas ESG e Agenda 2030", realizado pela Cemig em 2023.

O objetivo do movimento, primeira grande iniciativa de fomento à transparência corporativa do Brasil, é encorajar e capacitar empresas para irem além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade em companhias de destaque, para torná-las exemplos de sucesso para as demais organizações do país.

Com a adesão, a Cemig reforça seu alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. As metas assumidas pela Cemig no Movimento Transparência 100% são: avançar em direção às metas de 100% de transparência das interações com a Administração Pública; remuneração 100% íntegra da alta administração; 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 100% de transparência da estrutura de *Compliance* e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Distribuição é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano e da mesma forma aos nossos demais acionistas. Estende também os agradecimentos às comunidades servidas pela Companhia, às demais partes interessadas e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS, DO COMITÊ DE AUDITORIA E DA DIRETORIA

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Reynaldo Passanezi Filho	Presidente
Marney Tadeu Antunes	Vice-Presidente de Distribuição
Andrea Marques de Almeida	Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores
Marco da Camino Ancona Lopez Soligo	Vice-Presidente sem denominação
Luis Cláudio Correa Villani	Vice-Presidente de Tecnologia da Informação
Sergio Lopes Cabral	Vice-Presidente de Comercialização
Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva	Vice-Presidente Jurídico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Márcio Luiz Simões Utsch (majoritário)	Não há
José Reinaldo Magalhães (majoritário)	Não há
Aloísio Macário Ferreira de Souza (preferencialistas)	Não há
Afonso Henriques Moreira Santos (majoritário)	Não há
Marcus Leonardo Silberman (majoritário)	Não há
Roger Daniel Versieux (minoritários)	Não há
José João Abdalla Filho (minoritários)	Não há
Anderson Rodrigues (representante dos empregados)	Não há
Ricardo Menin Gaertner (majoritário)	Não há

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)	Carlos Alberto Arruda de Oliveira (majoritário)
Lucas de Vasconcelos Gonzalez (majoritário)	Luiz Fernando Medeiros Moreira (majoritário)
Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)	Rodrigo Rodrigues Tavares (majoritário)
Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)	Paulo Roberto Bellentani Brandão (ações preferenciais)
João Vicente Silva Machado (minoritários)	Ricardo José Martins Gimenez (minoritários)

COMITÊ DE AUDITORIA	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Roberto Cesar Guindalini (Coordenador)	Não há
Artemio Bertholini	Não há
Ricardo Lopes Cardoso	Não há
Giulia Carla Scalercio	Não há

CONSELHO DE CONSUMIDORES	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Ciro Mota - Presidente (Industrial)	Tânia Mara Aparecida Costa Santos
Erick Nilson Souto - Vice-Presidente (Poder Público)	Luiz Paulo Aparecido Gontijo Caetano
Luciano José de Oliveira - Secretário Executivo (Cemig D)	Alexandre Ribeiro de Almeida
Solange Medeiros de Abreu (Residencial)	Betânia Moura Magalhães Corrêa
Edilson Avelino da Mata (Comercial)	José Luis França dos Santos
Aline de Freitas Veloso (Rural)	Weber Bernardes de Andrade

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	951.779	447.967
Consumidores	8	3.740.165	3.511.306
Concessionárias e Permissionárias	8	548.170	408.120
Serviços em Curso		313.578	272.238
Tributos compensáveis	9	437.033	550.472
Investimentos Temporários	7	314.570	14.313
Ativos Financeiros Setoriais	12	859.597	493.934
Despesas Pagas Antecipadamente		4.421	4.918
Outros Ativos Circulantes		944.954	749.839
		8.114.267	6.453.107
Ativos de Operações Descontinuadas			
Bens Destinados à Alienação		6.437	6.437
Total do circulante		8.120.704	6.459.544
Não circulante			
Concessionárias e Permissionárias	8	38.881	38.817
Tributos compensáveis	9	802.989	698.446
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	190.579	113.122
Depósitos Judiciais e Cauções	11	680.175	662.233
Tributos Diferidos	10	545.424	1.075.277
Investimentos Temporários	7	44.576	-
Ativos Financeiros Setoriais	12	436.028	311.637
Bens e Direitos para Uso Futuro		94	94
Serviços em curso		45.340	10.568
Outros Ativos Não Circulantes		41.422	11.055
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		5.499	5.499
Imobilizado	13	30.529.858	27.674.869
Intangível	13	1.138.425	836.308
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	243.065	259.647
Total do não circulante		34.742.355	31.697.572
Ativo total		42.863.059	38.157.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	15	1.973.750	2.024.449
Debêntures	17	2.496.199	639.713
Obrigações Sociais e Trabalhistas		198.234	248.419
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores	19	1.251.298	704.653
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	23	1.117.129	1.499.524
Benefício Pós-Emprego	20	162.817	231.390
Impostos, taxas e contribuições	16	360.012	268.455
Imposto de renda e contribuição social	10	71.701	80.888
Encargos Setoriais	18	558.301	644.672
Passivos Financeiros Setoriais	12	16.470	-
Valores a restituir a consumidores	16	526.498	853.652
Contribuição de iluminação pública		475.037	424.713
Outros Passivos Circulantes		481.646	354.578
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	55.728	56.294
Total do circulante		9.744.820	8.031.400
Não circulante			
Debêntures	17	7.541.422	5.247.909
Benefício Pós-Emprego	20	2.714.679	3.379.693
Provisão para Litígios	21	1.064.553	1.480.183
Encargos Setoriais	18	203.107	91.715
Valores a restituir a consumidores	16	22.880	501.159
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	219.249	230.235
Outros Passivos Não Circulantes		19.293	19.248
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	22	8.735.292	8.722.197
Total do não circulante		20.520.475	19.672.339
Total do passivo		30.265.295	27.703.739
Patrimônio líquido			
Capital Social	23	6.964.105	6.284.312
Ajustes de Avaliação Patrimonial		971.879	685.883
Reservas de Lucros		4.661.780	3.483.182
Total do patrimônio líquido		12.597.764	10.453.377
Total do passivo e do patrimônio líquido		42.863.059	38.157.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA	24	32.758.155	29.355.882
Fornecimento de Energia Elétrica		14.384.773	12.099.982
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		512.852	1.908.658
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	2.124
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		-	(3.766)
Disponibilização do Sistema de Distribuição		15.012.349	13.726.077
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		423.293	(213.038)
Suprimento a outras concessionárias		366.044	172.198
Serviços Cobráveis		17.548	20.958
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		2.041.296	1.642.689
TRIBUTOS	24	(7.163.730)	(6.099.251)
ICMS		(4.638.372)	(3.836.953)
PIS-PASEP		(450.200)	(403.281)
COFINS		(2.073.645)	(1.857.539)
ISS		(1.513)	(1.478)
ENCARGOS – PARCELA "A"	24	(3.864.455)	(3.909.159)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(95.842)	(85.128)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(82.773)	(73.520)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(3.618.586)	(3.689.689)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(28.046)	(25.997)
CDE sobre P&D		(13.069)	(11.608)
CDE sobre PEE		(26.139)	(23.217)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO	24	21.729.970	19.347.472
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"	25	(14.771.987)	(12.649.514)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(11.415.901)	(9.582.567)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(3.356.086)	(3.066.947)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		6.957.983	6.697.958
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(4.494.773)	(4.915.509)
Pessoal e Administradores	26a	(1.394.352)	(1.376.190)
Materiais		(103.016)	(114.586)
Serviços de Terceiros	26b	(1.725.997)	(1.560.649)
Arrendamentos e Aluguéis		(35.032)	(35.228)
Seguros		(4.524)	(8.766)
Doações, Contribuições e Subvenções		(14.354)	(14.295)
Provisões	26c	(7.571)	(454.914)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		(308.786)	(286.969)
(-) Recuperação de Despesas		63.551	70.354
Tributos		(11.098)	(5.836)
Depreciação e Amortização		(1.112.404)	(1.062.211)
Gastos Diversos		(478.530)	(483.624)
Outras Receitas Operacionais		700.834	467.837
Outras Despesas Operacionais		(63.494)	(50.432)
RESULTADO DA ATIVIDADE		2.463.210	1.782.449
Resultado Financeiro	27	20.657	(259.848)
Receitas Financeiras		1.014.999	659.691
Despesas Financeiras		(994.342)	(919.539)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		2.483.867	1.522.601
Imposto de renda e contribuição social	10	(531.253)	(237.179)
Resultado Líquido do Exercício		1.952.614	1.285.422

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)**

	2024	2023
Resultado do Exercício	1.952.614	1.285.422
Outros Resultados Abrangentes		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	739.717	242.527
Efeito de Imposto de Renda	(251.504)	(82.459)
BRR - Ajuste da revisão tarifária	-	3.648.445
Efeito de Imposto de Renda	-	(1.240.471)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, líquido de impostos	488.213	2.568.042
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, líquido de impostos	2.440.827	3.853.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Recursos destinados a aumento de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva de reavaliação	Ganhos e perdas atuariais		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	5.371.998	-	2.858.756	(99.558)	(1.537.720)	-	6.593.476
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.285.422	1.285.422
Ajustes de avaliação patrimonial - base de remuneração regulatória (BRR)	-	-	-	2.407.974	-	-	2.407.974
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	-	160.068	-	160.068
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	2.407.974	160.068	1.285.422	3.853.464
Aumento de capital	644.000	(644.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital via JCP	268.314	-	-	-	-	-	268.314
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	644.000	-	-	-	-	644.000
Reserva legal	-	-	79.026	-	-	(79.026)	-
Juros s/ capital próprio e dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(905.877)	(905.877)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	30.933	-	-	(30.933)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	(244.881)	-	244.881	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	514.467	-	-	(514.467)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.284.312	-	3.483.182	2.063.535	(1.377.652)	-	10.453.377
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.952.614	1.952.614
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquidas de impostos	-	-	-	-	488.213	-	488.213
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	488.213	1.952.614	2.440.827
Aumento de capital	679.793	-	-	-	-	-	679.793
Retorno de dividendos para programa de investimentos	-	-	238.230	-	-	-	238.230
Reserva legal	-	-	107.753	-	-	(107.753)	-
Juros s/ capital próprio e dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.214.463)	(1.214.463)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	51.186	-	-	(51.186)	-
Realização de reserva de reavaliação regulatória	-	-	-	(202.217)	-	202.217	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	781.429	-	-	(781.429)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.964.105	-	4.661.780	1.861.318	(889.439)	-	12.597.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		1.952.614	1.285.422
AJUSTES:			
Benefício pós-emprego	20	325.124	414.550
Depreciação e amortização		1.153.666	1.098.225
Perdas de créditos esperadas	26c	212.937	169.463
Demais provisões (reversões)	26c	(205.366)	285.451
Baixas líquidas de intangível e imobilizado		111.525	162.345
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	16	(512.852)	(1.908.658)
Juros e Variações Monetárias		907.366	464.185
Amortização do custo de transação de debêntures	17	14.320	5.809
Reversão de valores a restituir a consumidores		(410.626)	-
Ativos e passivos setoriais, líquidos	12	(423.293)	213.038
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	531.253	237.179
		3.656.668	2.427.009
(Aumento) Redução de Ativos			
Consumidores		(393.549)	(965.945)
Concessionárias e permissionárias		(140.114)	(13.594)
Tributos Compensáveis		(49.259)	(164.808)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(95.973)	35.185
Depósitos judiciais e cauções		25.894	36.452
Outros		(333.850)	(192.495)
		(986.851)	(1.265.205)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores		(88.172)	88.003
Tributos		118.181	874.569
Obrigações sociais e trabalhistas		(13.748)	(9.376)
Encargos setoriais		25.021	12.076
Benefícios Pós-Emprego pagas	20	(318.994)	(385.937)
Outros		400.362	342.811
		122.650	922.146
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.792.467	2.083.950
Juros Pagos	17	(530.075)	(430.493)
Juros pagos de arrendamento	14	(2.276)	(2.581)
Juros recebidos		97.603	94.968
Imposto de renda e contribuição social pagos		(243.575)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.114.144	1.745.844
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no Intangível	13	(358.960)	(217.410)
Adições no Imobilizado		(4.096.236)	(3.320.482)
Aplicações em Investimentos temporários	7	(7.444.109)	(2.675.077)
Resgate de Investimentos temporários	7	7.288.387	2.953.120
Fundos Vinculados	7	(184.527)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(4.795.445)	(3.259.849)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures emitidas	17	4.382.727	1.987.943
Pagamento de arrendamentos	14	(54.198)	(53.830)
Pagamentos de debêntures	17	(575.916)	(835.103)
Juros sobre capital próprio e Dividendos pagos	23	(567.500)	(221.738)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	23	-	644.000
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.185.113	1.521.272
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	447.967	440.700
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	951.779	447.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.180/0001-16, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia está sediada no Brasil, na Avenida Barbacena, nº 1.200, bairro Santo Agostinho, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 9.404.351 consumidores em 31 de dezembro de 2024.

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.630.553 (negativo de R\$1.578.293 em 31 de dezembro de 2023).

Em 2024, a Cemig D captou recursos por meio da 10ª e 11ª emissão de debêntures, no montante total de R\$4.500.000, para realização do seu programa de investimentos, como o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), o Programa Minas Trifásico, o Programa Mais Energia, entre outros. Os investimentos nos ativos operacionais são capitalizados no ativo não circulante, impactando o cálculo do CCL, que considera apenas o curto prazo.

Como consequência dessas operações houve aumento do prazo médio da dívida, que passou de 2,7 anos em 31 de dezembro de 2023, para 5,1anos em 31 de dezembro de 2024.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses. Adicionalmente, possui linhas de créditos disponíveis nas instituições financeiras com as quais opera.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Companhia acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, incluindo as alterações trazidas pelas Resoluções Normativas n.º 814/2018 e n.º 933/2021.

Essas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A nota explicativa nº 32 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações contábeis regulatórias em 29 de abril de 2025.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 29.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações são realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (perdas de créditos esperadas);
- Nota 10 – Tributos diferidos (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre o lucro);
- Nota 20 – Benefícios pós-emprego (principais premissas atuariais na mensuração das obrigações pós-emprego);
- Nota 21 – Provisão para litígios (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 24 – Receita (fornecimento não faturado);
- Nota 29 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração do valor justo).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As principais práticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas no decorrer das notas explicativas das demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelecem as normas a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores da reavaliação regulatória compulsória, ocorrida em maio de 2023, em função da 5ª revisão tarifária periódica. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal e serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Nas demonstrações financeiras societárias, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente e com o IFRIC 12/ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível. A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, sendo a parcela remanescente registrada como um ativo financeiro e avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Nas demonstrações financeiras societárias as obrigações especiais são registradas como redutoras do ativo intangível e do ativo financeiro.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela Aneel.

4. DA CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia detém junto à Aneel a concessão para exploração da atividade de distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela Companhia são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao Poder Concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo requerido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas no contrato de concessão.

O contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a Aneel realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, caso eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas à fiscalização da Aneel na forma dos procedimentos de revisão tarifária definidos pela regulação previamente a cada ciclo revisional.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Quinto termo aditivo ao contrato de concessão

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia, o Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, sendo aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos: o indicador Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e o indicador Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição mínima de sustentabilidade econômica e financeira;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contraditório em caso de descumprimento, sendo que eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelo principal gestor da Companhia. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia.

	Indexador	Taxa média a.a.		2024	2023
		2024	2023		
Contas bancárias				227.011	183.361
Aplicações financeiras:					
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	CDI	80,0% a 111,0%	80,0% a 112,0%	672.042	263.957
Aplicações automáticas - Overnight (2)	Pré-fixada	11,91% a 12,15%	11,42% a 11,65%	52.726	649
				724.768	264.606
				951.779	447.967

- (1) Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada, tendo o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 28.

7. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a.		2024	2023
		2024	2023		
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	-	103% a 104,3%	-	136
Letras Financeiras (LF) - Bancos	CDI	104,2% a 112%	108,6% a 111,98%	137.125	878
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	T. Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	23.983	396
Fundos vinculados				196.059	11.532
Outros				1.979	1.371
				359.146	14.313
Ativo circulante				314.570	14.313
Ativo não circulante				44.576	-

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas e a classificação destes investimentos temporários estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 29 destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia classifica de forma consistente os juros recebidos desses investimentos temporários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com sua atividade.

Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$196.059 referente a fundos vinculados (R\$11.532 em 31 de dezembro de 2023). Esse crescimento está atrelado, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Companhia deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000.

As aplicações do depósito em garantia foram iniciadas em dezembro de 2024 e representam o valor de R\$185.106 em 31 de dezembro de 2024.

8. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores Correntes							Valores Renegociados					Total	
	Corrente a Vencer		Corrente Vencida				PCE	Renegociada a Vencer		Renegociada Vencida		PCE	2024	2023
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de energia	2.564.183	87.620	403.041	142.914	246.302	730.596	(674.817)	2.999	392	13.563	256.455	(33.083)	3.740.165	3.511.306
Residencial	1.106.837	71.147	286.269	91.447	158.803	327.372	(321.619)	2.303	338	7.762	76.897	(5.939)	1.801.617	1.599.924
Industrial	44.873	54	15.091	2.508	12.256	119.338	(91.513)	142	2	744	39.012	(15.319)	127.188	86.770
Comercial	282.458	8.787	64.654	28.948	53.032	201.518	(188.792)	338	17	2.504	118.103	(8.362)	563.205	547.066
Rural	146.171	6.521	31.426	13.751	18.684	44.443	(34.310)	197	34	1.631	14.050	(876)	241.722	256.934
Poder público	69.078	893	8.791	4.280	150	10.686	(18.990)	19	-	518	4.740	(490)	79.675	71.391
Iluminação pública	48.938	-	1.900	138	106	(49)	(623)	0	-	3	861	(281)	50.993	47.629
Serviço público	28.928	17	5.222	1.549	2.934	26.381	(18.994)	0	-	394	2.629	(1.792)	47.268	68.642
Serviço taxado	1.368	201	643	293	337	907	24	0	1	7	163	(24)	3.920	4.362
Fornecimento não faturado	835.532	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	835.532	835.499
Arrecadação processo de classificação	-	-	(10.955)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.955)	(6.911)
Suprimento energia - Moeda nacional	52.648	-	54.361	-	-	2.137	-	-	-	-	-	-	109.146	(5.505)
Encargos de uso da rede elétrica	58.697	-	34.543	845	8.045	73.989	(52.558)	-	-	1.669	16.413	-	141.643	148.118
Suprimento/ Encargos da rede - não faturado	336.262	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336.262	304.324
Total	3.011.790	87.620	491.945	143.759	254.347	806.722	(727.375)	2.999	392	15.232	272.868	(33.083)	4.327.216	3.958.243

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores, concessionárias e permissionárias está divulgada na nota explicativa nº 29 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 28 destas demonstrações contábeis regulatórias.

Composição e movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas

O processo de revisão das premissas de cálculo da PCE (perdas de créditos esperadas) é contínuo, a fim de alcançar a melhor estimativa da exposição ao risco de crédito dos clientes cativos da Cemig D.

Em análise realizada, foi identificada uma mudança no comportamento da curva de inadimplência, que demonstrou efeitos positivos da gestão de cobrança realizada pela Cemig D, decorrente, principalmente, da evolução das ferramentas de cobrança e novos canais de negociação e arrecadação.

Portanto, para refletir de forma mais adequada as estimativas de PCEs referentes aos saldos vencidos de clientes, a partir de agosto de 2024, o limite para reconhecimento integral foi alterado de 24 para 36 meses, para clientes de consumo regular e, de 12 para 18 meses, para os clientes de consumo irregular. Essa mudança resultou em uma reversão de R\$93.035, no terceiro trimestre de 2024.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, essa alteração representa uma mudança prospectiva nas demonstrações contábeis regulatórias.

As perdas de créditos esperadas são consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	2024	2023
Residencial	327.558	318.772
Industrial	106.832	117.450
Comércio, serviços e outras	197.154	219.451
Rural	35.186	38.304
Poder público	19.480	26.474
Iluminação pública	904	1.404
Serviço público	20.786	27.137
Concessionários - transporte de energia	52.558	39.264
Total	760.458	788.256

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas no exercício é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	758.857
Constituições	159.694
Baixas	(130.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	788.256
Constituições	257.725
Mudança de estimativa	(93.035)
Baixas	(192.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	760.458

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
Circulante		
ICMS a recuperar (a)	434.409	424.743
Cofins (b)	2.210	103.373
PIS/Pasep (b)	-	21.984
Outros	414	372
	437.033	550.472
Não circulante		
ICMS a recuperar (a)	778.994	666.452
Cofins (b)	19.715	26.287
PIS/Pasep (b)	4.280	5.707
	802.989	698.446
	1.240.022	1.248.918

a) ICMS a recuperar

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

A Companhia registrou, em maio de 2019, os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

No exercício de 2024, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$136.332 (R\$1.298.404 no exercício de 2023).

A compensação de créditos é uma operação que não envolve caixa, e, por conseguinte, não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação, foi finalizada a compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, com outros tributos federais no início de 2024. O saldo remanescente está aguardando deferimento da devolução pela Receita Federal.

Nesse contexto, a Companhia ainda possui registrado, em 31 de dezembro de 2024 o saldo de R\$23.995 no ativo não circulante.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no exercício corrente e antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal ou em períodos subsequentes.

Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos normativos.

	2024	2023
Não circulante		
Imposto de renda	140.272	66.297
Contribuição social	50.307	46.825
	190.579	113.122

Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)

A Companhia obteve êxito judicial, com trânsito em julgado, em processo no qual requereu o direito de deduzir do IRPJ as despesas e custos incorridos com o PAT, até o limite de 4% do imposto devido, sem sujeição às limitações estabelecidas pela regulamentação vigente. Nesse processo também foi pleiteado o reconhecimento do direito de restituição dos valores recolhidos a maior entre os anos de 2004 e 2008, corrigidos pela Selic.

Tendo em vista a decisão em favor da Companhia, foi reconhecido, com base na melhor estimativa, em junho de 2024, o montante de R\$53.466, como imposto de renda a recuperar no ativo não circulante, em contrapartida à despesa com imposto de renda e ao resultado financeiro. Após a apuração definitiva, esse montante representa R\$63.330, em 31 de dezembro de 2024.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos sobre o lucro real, que deve recolher mensalmente os tributos por estimativa ou balancete de redução.

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	46.717	54.130
Contribuição social	24.984	26.758
	71.701	80.888

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é como segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2024
Ativos fiscais diferidos				
Prejuízo Fiscal/Base negativa	219.698	(151.680)	-	68.018
Obrigações pós-emprego	1.205.936	248.958	(251.504)	1.203.390
Perdas de créditos esperadas	311.275	1.187	-	312.462
Provisão para redução a valor recuperável	19.685	3.563	-	23.248
Provisão relacionada à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/Pasep e Cofins	85.935	(85.935)	-	-
Provisões	435.679	(335.952)	-	99.727
Taxa de administração	4.125	(375)	-	3.750
Participação de colaboradores e administradores no resultado	32.345	(12.388)	-	19.957
Direito de uso	97.420	(3.928)	-	93.492
Outros	4.358	(76)	-	4.282
	2.416.456	(336.626)	(251.504)	1.828.326
Passivos fiscais diferidos				
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	(1.063.032)	104.172	-	(958.860)
Encargos financeiros capitalizados	(181.992)	(16.765)	-	(198.757)
Custo de captação	(7.549)	(35.004)	-	(42.553)
Passivo de arrendamento	(88.280)	5.638	-	(82.642)
Outros	(326)	236	-	(90)
	(1.341.179)	58.277	-	(1.282.902)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.075.277	(278.349)	(251.504)	545.424

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido. A forma de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada conforme segue:

Benefícios pós-emprego: são realizados na medida de seus pagamentos ou caso sejam revertidos em função de novas estimativas atuariais ou outros fatos novos.

Provisões para contingências: são realizados na medida em que ocorram decisões administrativas ou judiciais quanto aos temas em litígio, ou que haja a revisão da classificação do risco nas respectivas ações.

Provisões para participações nos lucros e resultados: são revertidos a medida do seu pagamento ou mudança das estimativas em função dos resultados auferidos pela Companhia e metas corporativas.

Perda por redução do valor recuperável de ativos: são revertidos quando da realização dos ativos correlatos, seja via amortização ou depreciação, seja via alienação.

Perda de créditos esperada: são realizados na medida em que os créditos se tornem dedutíveis de acordo com as regras de dedutibilidade da legislação fiscal ou haja reversão da referida provisão.

Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: são realizados pela compensação com lucros futuros tributáveis da Companhia, considerando os critérios definidos pela legislação.

Contratos de concessão e similares: são realizados no decorrer do prazo do contrato, à medida do recebimento das receitas esperadas.

BRR – Base de Remuneração Regulatória: são realizados de acordo com a depreciação, amortização e baixa dos ativos, e constituídos por meio das reavaliações a cada RTP – Revisão Tarifária Periódica.

Arrendamentos demais rubricas: são realizados na medida em que os valores se tornem dedutíveis ou tributáveis de acordo com a legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2024, conforme abaixo:

2025	328.445
2026	240.470
2027	240.470
2028	240.470
2029	240.470
2030	107.600
2031 a 2034	430.400
	1.828.325

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há diferenças temporárias não reconhecidas em se tratando de prejuízos fiscais e bases negativas, por haver razoável certeza de geração de lucros futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui valores relacionados a incertezas sobre tratamentos de tributos sobre lucro reconhecidos nas suas demonstrações contábeis regulatórias.

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada nas demonstrações de resultados, é como segue:

	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.483.867	1.522.601
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(844.515)	(517.684)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	252.360	227.000
Incentivos fiscais	60.779	36.568
Contribuições e doações indedutíveis	(4.880)	(4.860)
Multas indedutíveis	(41.261)	(92.887)
Selic sobre indêbitos tributários (1)	14.917	82.578
PAT	24.549	-
Outros	6.798	32.106
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(531.253)	(237.179)
Alíquota efetiva	21,39%	15,58%
Corrente	(252.904)	(252.278)
Diferido	(278.349)	15.099

(1) Corresponde à atualização monetária dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e ICMS Destacado x Recolhido.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

	2024	2023
Trabalhista	167.243	173.400
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	13.438	12.849
IR/INSS indenização do anuênio	237.761	228.737
JCP na base de cálculo de IR/CS	87.980	81.894
IRPJ/CSLL	36.441	34.231
Outros	64.499	59.175
	440.119	416.886
Outros		
Regulatório	35.001	33.339
Cível	5.952	8.546
Relações de consumo	5.960	4.725
Bloqueio judicial	19.932	20.259
Outros	5.968	5.078
	72.813	71.947
	680.175	662.233

12. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS DA CONCESSÃO

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se às diferenças entre os custos não gerenciáveis previstos pela Aneel e reconhecidos na tarifa no início do período tarifário e os custos não gerenciáveis efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essas diferenças constituem um direito quando os custos efetivamente incorridos são superiores aos custos previstos na tarifa, ou uma obrigação quando os custos incorridos são inferiores aos custos previstos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

O termo aditivo ao contrato de concessão garante a indenização dos saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência de extinção da concessão por qualquer motivo.

Os saldos e a movimentação desses ativos e passivos financeiros setoriais estão apresentados pelo valor líquido por ciclo tarifário, em conformidade com os reajustes tarifários homologados ou a serem homologados e são demonstrados a seguir:

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Amortização	Atualização	Transferências	Saldos em 31/12/2024	Valores em amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante
Ativos financeiros setoriais										
CVA ativa	(683.839)	1.581.315	(1.652.602)	168.883	727.181	140.938	-	140.938	76.474	64.464
Aquisição de energia (CVA energia)	(1.108.220)	1.271.066	(951.877)	112.598	997.024	320.591	-	320.591	182.767	137.824
Custo da energia de Itaipu	28.839	-	(151.110)	1.601	42.217	(78.453)	-	(78.453)	(46.418)	(32.035)
Proinfa	(19.738)	6.253	-	40	19.738	6.293	-	6.293	3.724	2.569
Transporte rede básica	412.968	305.129	(380.662)	37.849	(125.712)	249.572	-	249.572	147.663	101.909
Transporte de energia Itaipu	67.087	18.005	(57.941)	6.273	(37.425)	(4.001)	-	(4.001)	(2.367)	(1.634)
ESS	(62.009)	(42.042)	(96.671)	10.644	(31.433)	(221.511)	-	(221.511)	(131.060)	(90.451)
CDE	(2.766)	22.904	(14.341)	(122)	(137.228)	(131.553)	-	(131.553)	(77.835)	(53.718)
Demais ativos financeiros setoriais	1.489.410	1.090.262	(1.430.591)	128.358	(122.752)	1.154.687	-	1.154.687	783.123	371.564
Quota parte de energia nuclear	138.284	105.369	(121.327)	14.431	(47.300)	89.457	-	89.457	52.929	36.528
Neutralidade da parcela A	28.647	141.904	(101.093)	7.565	12.842	89.865	-	89.865	53.170	36.695
Neutralidade Estimada sobre créditos GD (1)	357.634	296.160	-	39.049	-	692.843	-	692.843	692.843	-
Sobrecontratação de energia (2)	921.900	527.081	(774.440)	36.678	(304.071)	407.148	-	407.148	240.896	166.252
Devoluções tarifárias	(87.736)	-	-	-	16.061	(71.675)	-	(71.675)	(48.110)	(23.565)
Outros	130.681	19.748	(433.731)	30.635	199.716	(52.951)	-	(52.951)	(208.605)	155.654
Total ativos financeiros setoriais	805.571	2.671.577	(3.083.193)	297.241	604.429	1.295.625	-	1.295.625	859.597	436.028
Passivos financeiros setoriais										
CVA passiva	-	(1.489.544)	2.286.716	(208.930)	(727.181)	(138.939)	(138.939)	-	(138.939)	-
Aquisição de energia (CVA energia)	-	(997.543)	1.860.968	(192.913)	(997.024)	(326.512)	(326.512)	-	(326.512)	-
Custo da energia de Itaipu	-	(112.511)	97.165	(15.460)	(42.217)	(73.023)	(73.023)	-	(73.023)	-
Proinfa	-	(18.211)	30.407	(1.889)	(19.738)	(9.431)	(9.431)	-	(9.431)	-
Transporte rede básica	-	-	29.576	-	125.712	155.288	155.288	-	155.288	-
Transporte de energia Itaipu	-	(4.687)	292	686	37.425	33.716	33.716	-	33.716	-
ESS	-	(224.156)	266.165	(2.115)	31.433	71.327	71.327	-	71.327	-
CDE	-	(132.436)	2.143	2.761	137.228	9.696	9.696	-	9.696	-
Demais passivos financeiros setoriais	-	(716.894)	754.631	(33.016)	117.748	122.469	122.469	-	122.469	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	1.712	-	47.300	49.012	49.012	-	49.012	-
Neutralidade da parcela A	-	(33.284)	82.038	(1.863)	(12.842)	34.049	34.049	-	34.049	-
Sobrecontratação de energia	-	-	-	-	304.071	304.071	304.071	-	304.071	-
Devoluções tarifárias	-	(99.919)	87.509	(2.752)	(16.061)	(31.223)	(31.223)	-	(31.223)	-
Outros	-	(583.691)	583.372	(28.401)	(204.720)	(233.440)	(233.440)	-	(233.440)	-
Total passivos financeiros setoriais	-	(2.206.438)	3.041.347	(241.946)	(609.433)	(16.470)	(16.470)	-	(16.470)	-
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais, líquido	805.571	465.139	(41.846)	55.295	(5.004)	1.279.155	(16.470)	1.295.625	843.127	436.028

(1) O aumento evidenciado decorre do aumento na quantidade de energia injetada no exercício, quando comparada ao exercício anterior;

(2) A redução no saldo relacionado a Sobrecontratação deve-se à menor quantidade de energia liquidada no exercício de 2024 e à homologação, em 2024, do ajuste relativo à Sobrecontratação de 2017.

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

IMOBILIZADO	Taxas anuais médias	2024			2023
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,86%	62.996.967	(37.531.798)	25.465.169	23.492.725
Custo histórico		30.675.365	(11.611.648)	19.063.717	16.410.438
Reavaliação		32.321.602	(25.920.150)	6.401.452	7.082.287
Administração	8,57%	840.137	(755.711)	84.426	71.985
Custo histórico		344.533	(276.586)	67.947	50.723
Reavaliação		495.604	(479.125)	16.479	21.262
TOTAL		63.837.104	(38.287.509)	25.549.595	23.564.710
Em curso					
Distribuição		4.823.506	-	4.823.506	3.978.432
Administração		156.757	-	156.757	131.727
TOTAL		4.980.263	-	4.980.263	4.110.159
TOTAL AIS + AIC		68.817.367	(38.287.509)	30.529.858	27.674.869

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023	Obrigações especiais brutas 31/12/2024	Amortização acumulada 31/12/2024	Obrigações especiais líquidas 31/12/2024
Distribuição	59.756.451	-	(499.206)	3.739.722	-	62.996.967	3.240.516	(37.531.798)	25.465.169	23.492.725	(15.706.246)	7.903.789	(7.802.457)
Terrenos	86.270	-	-	883	-	87.153	883	-	87.153	86.270	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.299.677	-	(852)	81.122	-	1.379.947	80.270	(802.109)	577.838	531.525	-	-	-
Máquinas e equipamentos	58.326.546	-	(498.200)	3.657.638	-	61.485.984	3.159.438	(36.687.377)	24.798.607	22.873.109	(15.706.246)	7.903.789	(7.802.457)
Veículos	36.327	-	(152)	(17)	-	36.158	(169)	(35.938)	220	284	-	-	-
Móveis e utensílios	7.631	-	(2)	96	-	7.725	94	(6.374)	1.351	1.537	-	-	-
Administração	840.308	-	(27.034)	26.863	-	840.137	(171)	(755.711)	84.426	71.985	(2.519)	2.519	-
Terrenos	5.041	-	-	-	-	5.041	-	-	5.041	5.041	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	130.564	-	-	592	-	131.156	592	(123.216)	7.940	8.476	-	-	-
Máquinas e equipamentos	589.799	-	(17.962)	26.120	-	597.957	8.158	(532.043)	65.914	49.860	(2.519)	2.519	-
Veículos	82.741	-	(3.426)	17	-	79.332	(3.409)	(79.286)	46	142	-	-	-
Móveis e utensílios	32.163	-	(5.646)	134	-	26.651	(5.512)	(21.166)	5.485	8.466	-	-	-
Subtotal	60.596.759	-	(526.240)	3.766.585	-	63.837.104	3.240.345	(38.287.509)	25.549.595	23.564.710	(15.708.765)	7.906.308	(7.802.457)

Ativo Imobilizado em Curso	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023	Obrigações especiais brutas 31/12/2024	Amortização acumulada 31/12/2024	Obrigações especiais líquidas 31/12/2024
Distribuição	3.978.432	4.592.580	(7.959)	(3.739.547)	4.823.506	845.074	-	4.823.506	3.978.432	(932.832)	-	(932.832)
Máquinas e equipamentos	3.124.495	4.569.689	(7.945)	(3.657.437)	4.028.802	904.307	-	4.028.802	3.124.495	(932.832)	-	(932.832)
Outros	853.937	22.891	(14)	(82.110)	794.704	(59.233)	-	794.704	853.937	-	-	-
Administração	131.727	54.532	(2.464)	(27.038)	156.757	25.030	-	156.757	131.727	(3)	-	(3)
Máquinas e equipamentos	47.948	30.023	-	(26.321)	51.650	3.702	-	51.650	47.948	(3)	-	(3)
Outros	83.779	24.509	(2.464)	(717)	105.107	21.328	-	105.107	83.779	-	-	-
Subtotal	4.110.159	4.647.112	(10.423)	(3.766.585)	4.980.263	870.104	-	4.980.263	4.110.159	(932.835)	-	(932.835)
Total do Ativo Imobilizado	64.706.918	4.647.112	(536.663)	-	68.817.367	4.110.449	(38.287.509)	30.529.858	27.674.869	(16.641.600)	7.906.308	(8.735.292)

As adições ao imobilizado são como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	417	3.368	148	-	10	3.943
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	69.254	59.976	1.995	3.102	-	134.327
Máquinas e Equipamentos	2.423.291	1.732.693	165.510	69.717	23.467	4.414.678
Veículos	582	-	-	-	-	582
Móveis e Utensílios	138	20.818	-	-	-	20.956
A ratear	1.181	6.723	3.291	52	(526)	10.721
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	618	1.196	3	-	-	1.817
Depósitos Judiciais	-	1.655	436	-	57.997	60.088
Total das Adições	2.495.481	1.826.429	171.383	72.871	80.948	4.647.112

A composição do intangível é como segue:

INTANGÍVEL	Taxas anuais médias de amortização %	2024			2023
		Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	20%	353.712	(15.068)	338.644	333.823
Custo histórico		284.848	(12.686)	272.162	267.312
Reavaliação		68.864	(2.382)	66.482	66.511
Administração	19,88%	1.454.445	(1.323.495)	130.950	119.266
Custo histórico		868.581	(738.904)	129.677	117.211
Reavaliação		585.864	(584.591)	1.273	2.055
TOTAL		1.808.157	(1.338.563)	469.594	453.089
Em curso					-
Distribuição		387.965		387.965	217.233
Administração		280.866		280.866	165.986
TOTAL		668.831	-	668.831	383.219
TOTAL AIS + AIC		2.476.988	(1.338.563)	1.138.425	836.308

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo intangível em serviço										
Distribuição	344.057	-	-	9.655	-	353.712	9.655	(15.068)	338.644	333.823
Servidões	320.944	-	-	3.981	-	324.925	3.981	(272)	324.653	320.672
Softwares	23.113	-	-	5.674	-	28.787	5.674	(14.796)	13.991	13.151
Administração	1.394.650	-	-	59.795	-	1.454.445	59.795	(1.323.495)	130.950	119.266
Softwares	1.360.703	-	-	43.964	-	1.404.667	43.964	(1.312.630)	92.037	89.599
Outros	33.947	-	-	15.831	-	49.778	15.831	(10.865)	38.913	29.667
Subtotal	1.738.707	-	-	69.450	-	1.808.157	69.450	(1.338.563)	469.594	453.089
Ativo intangível em curso										
Distribuição	217.234	180.392	(5)	(9.655)	-	387.966	170.732	-	387.966	217.234
Servidões	40.364	117.202	(5)	(3.981)	-	153.580	113.216	-	153.580	40.364
Softwares	6.814	13.009	-	(5.674)	-	14.149	7.335	-	14.149	6.814
Outros	170.056	50.181	-	-	-	220.237	50.181	-	220.237	170.056
Administração	165.985	174.675	-	(59.795)	-	280.865	114.880	-	280.865	165.985
Softwares	160.925	143.889	-	(43.654)	-	261.160	100.235	-	261.160	160.925
Outros	5.060	30.786	-	(16.141)	-	19.705	14.645	-	19.705	5.060
Subtotal	383.219	355.067	(5)	(69.450)	-	668.831	285.612	-	668.831	383.219
Total do ativo intangível	2.121.926	355.067	(5)	-	-	2.476.988	355.062	(1.338.563)	1.138.425	836.308

As principais taxas anuais de amortização e depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, refletem o padrão de consumo esperado dos mesmos e são revisadas anualmente pela Administração, conforme apresentado a seguir:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave sistema – classe tensão inferior a 69kV	6,67	Software	20,00
Condutor do sistema – classe tensão inferior a 69kV	3,57	Veículos	14,29
Estrutura – poste do sistema	3,57	Equipamento geral	6,25
Transformador de distribuição aéreo	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor – classe tensão inferior a 69kV	3,03		
Banco de capacitores – classe tensão inferior a 69kV	6,67		
Regulador de tensão - classe tensão inferior a 69kV	4,35		
Medidor eletrônico	7,69		

A taxa de amortização média anual dos ativos vinculados à concessão de distribuição é de 3,99%, que representa, por atividade:

Atividade	Taxa média (%)
Imobilizado	
Distribuição	3,84
Redes de Distribuição	4,04
Sistema de Transmissão Associado	3,21
Administração	8,34
Intangível	
Distribuição	20,00
Redes de Distribuição	20,00
Sistema de Transmissão Associado	20,00
Administração	19,12

De acordo com a regulamentação do setor elétrico, os bens e instalações utilizados na distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica implica na utilização dos recursos obtidos na alienação na concessão.

14. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contêm arrendamentos:

- Arrendamentos de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa; e
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Contratos celebrados em 2023(1)		
Até 7 anos	6,82	0,55
De 8 a 9 anos	6,90	0,56
De 10 a 12 anos	6,99	0,57
De 13 a 22 anos	7,19	0,58
Contratos celebrados em 2024(1)		
Até 5 anos	6,78	0,55
De 6 a 11 anos	6,68	0,54
De 12 a 21 anos	6,73	0,54

(1) A Companhia calcula mensalmente a taxa incremental a ser aplicada para os contratos novos. Para fins de divulgação, estão apresentadas as médias das taxas utilizadas.

a) Direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	149.795	90.383	240.178
Baixa (contratos encerrados)	(4.310)	-	(4.310)
Adição	4.231	-	4.231
Amortização	(8.546)	(28.053)	(36.599)
Remensuração (2)	7.197	48.950	56.147
Saldos em 31 de dezembro de 2023	148.367	111.280	259.647
Baixa (contratos encerrados)	(4.496)	-	(4.496)
Adição	14.073	-	14.073
Amortização (1)	(9.499)	(32.398)	(41.897)
Remensuração (2)	3.340	12.398	15.738
Saldo em 31 de dezembro de 2024	151.785	91.280	243.065

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, no montante de R\$636 no exercício de 2024 (R\$565 no exercício de 2023); a taxa anual média ponderada de amortização é 7,17% para Imóveis e 36,42% para Veículos.
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

b) Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	259.873
Adição	4.231
Baixas (contratos encerrados)	(5.092)
Juros incorridos	27.781
Arrendamentos pagos	(53.830)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.581)
Remensuração	56.147
Saldo em 31 de dezembro de 2023	286.529
Adição	14.073
Baixas (contratos encerrados)	(5.214)
Juros incorridos (1)	20.327
Arrendamentos pagos	(54.198)
Juros sobre arrendamentos pagos	(2.276)
Remensuração (2)	15.736
Saldo em 31 de dezembro de 2024	274.977
Passivo circulante	55.728
Passivo não circulante	219.249

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$993 no exercício de 2024 (R\$1.483 no exercício de 2023).
- (2) A Companhia identificou eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

As adições, baixas e remensurações nos arrendamentos são operações que não envolvem caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa. As transações envolvendo partes relacionadas estão apresentadas na nota explicativa nº 28.

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamentos, de acordo com os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	412.763	274.977
PIS/Pasep e Cofins potencial	27.284	15.520

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2025	57.644
2026	57.426
2027	47.274
2028	17.750
2029	16.010
2030 a 2050	216.659
Valores não descontados	412.763
Juros embutidos	(137.786)
Passivo de arrendamentos	274.977

15. FORNECEDORES

	2024	2023
Energia de curto prazo - CCEE (1)	168.160	128.122
Encargos de uso da rede elétrica	244.095	242.661
Energia elétrica comprada para revenda	701.411	746.018
Itaipu binacional	210.488	239.780
Materiais e serviços	649.596	667.868
	1.973.750	2.024.449

(1) Houve aumento da despesa com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, o que afetou os contratos de disponibilidade, em um cenário de PLD maior e GSF menor.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de câmbio e de liquidez relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 29 dessas demonstrações contábeis regulatórias.

16. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	2024	2023
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	96.208	63.813
Cofins	125.229	92.459
PIS/Pasep	27.078	19.989
INSS	38.527	35.021
ISSQN	25.349	18.112
Outros (1)	47.621	39.061
	360.012	268.455
Valores a restituir a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	185.698	512.852
ICMS	340.800	340.800
	526.498	853.652
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	22.880	501.159
	549.378	1.354.811
	909.390	1.623.266

(1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio declarados, cujo recolhimento ocorreu no mês subsequente, em conformidade à legislação tributária.

Valores a restituir a consumidores

A movimentação dos valores a restituir a consumidores é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.127.798
Restituição aos consumidores	(1.908.658)
Fiscalização Receita Federal	(66.681)
Atualização financeira - Selic	202.352
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.354.811
Restituição aos consumidores	(512.852)
Reversão valores a restituir a consumidores	(410.626)
Atualização financeira - Selic	65.767
Outros indêbitos a restituir	52.278
Saldo em 31 de dezembro de 2024	549.378

Em maio de 2024, foi registrada uma baixa de R\$410.626 do saldo remanescente do crédito referente à ação judicial, que vinha sendo devolvido por meio das revisões tarifárias, no passivo de “Valores a restituir a consumidores” em contrapartida ao resultado financeiro. Essa baixa decorre da diferença entre a atualização estimada pela Companhia para o passivo em relação aos critérios efetivamente utilizados pela Aneel, que foram conhecidos de forma conclusiva no término da devolução dos valores no último reajuste tarifário, em 28 de maio de 2024. O critério adotado pela Aneel para atualização do passivo considerou procedimento semelhante ao adotado para atualização dos “Demais componentes financeiros”.

17. DEBÊNTURES

Financiadores	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	159.948	2.336.251	7.541.422	10.037.621	Sim				
Debêntures 3ª Série 3ª Emissão (1)	14.328	319.860	-	334.188		março/2013	Aval e Fiança	IPCA	5,10%
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão (1)	3.264	1.022.595	1.022.595	2.048.454		julho/2019	Aval e Recebíveis	CDI	0,454%
Debêntures 1ª Série 8ª Emissão (1)	2.548	-	500.000	502.548		junho/2022	Aval/Fiança	CDI	1,35%
Debêntures 2ª Série 8ª Emissão (1)	1.432	-	555.980	557.412		junho/2022	Aval/Fiança	IPCA	6,10%
Debêntures Série Única 9ª Emissão (1)	30.078	1.000.000	1.000.000	2.030.078		maio/2023	Aval/Fiança	CDI	2,05%
Debêntures 1ª Série 10ª Emissão (1)	17.151	-	400.000	417.151		março/2024	Aval/Fiança	CDI	0,80%
Debêntures 2ª Série 10ª Emissão (1)	37.735	-	1.659.174	1.696.909		março/2024	Aval/Fiança	IPCA	6,15%
Debêntures 1ª Série 11ª Emissão (1)	28.493	-	1.000.000	1.028.493		setembro/2024	Aval/Fiança	CDI	0,55%
Debêntures 2ª Série 11ª Emissão (1)	24.919	-	1.527.952	1.552.871		setembro/2024	Aval/Fiança	IPCA	6,58%
(-) Custos de Transação	-	(3.662)	(121.495)	(125.157)		-	-	-	-
(-) Deságio (2)	-	(2.542)	(2.784)	(5.326)		-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	162.817	2.714.679	2.877.496	Sim				
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida	-	124.914	1.760.223	1.885.137		março/2006	N.A.	N.A.	-
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	-	39.424	318.244	357.668		março/2018	Recebíveis	IPCA	6,00%
Forluz - Previdência Privada	-	(1.521)	636.212	634.691		março/2018	N.A.	N.A.	-

	Data Próximo Pqto Juros	Freq. Pqto Juros	Data Próxima Amortiz.	Vencido Final	Freq.de Amortiz	Sistem. Amortiz	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
							2026	2027	2028	2029	2030+	Total
Financ./Empréstimos Moeda Nacional							2.016.408	499.470	469.408	469.408	4.086.728	7.541.422
Debêntures 2ª Série 7ª Emissão(1)	15/06/2025	Semestral	15/07/2025	15/07/2026	Outro	SAC	1.022.595	-	-	-	-	1.022.595
Debêntures 1ª Série 8ª Emissão (1)	15/06/2025	Semestral	15/06/2027	15/07/2027	Outro	SAC	-	500.000	-	-	-	500.000
Debêntures 2ª Série 8ª Emissão (1)	15/06/2025	Semestral	15/06/2028	15/06/2029	Outro	SAC	-	-	277.990	277.990	-	555.980
Debêntures Série Única 9ª Emissão (1)	15/06/2025	Semestral	15/05/2025	15/05/2026	Outro	SAC	1.000.000	-	-	-	-	1.000.000
Debêntures 1ª Série 10ª Emissão (1)	15/02/2025	Semestral	15/02/2028	15/02/2029	Outro	SAC	-	-	200.000	200.000	-	400.000
Debêntures 2ª Série 10ª Emissão (1)	15/02/2025	Semestral	15/02/2032	15/02/2034	Outro	SAC	-	-	-	-	1.659.174	1.659.174
Debêntures 1ª Série 11ª Emissão (1)	15/03/2025	Semestral	15/09/2030	15/09/2031	Outro	SAC	-	-	-	-	1.000.000	1.000.000
Debêntures 2ª Série 11ª Emissão (1)	15/03/2025	Semestral	15/09/2035	15/09/2036	Outro	SAC	-	-	-	-	1.527.952	1.527.952
(-) Custos de Transação							(3.645)	(530)	(8.461)	(8.461)	(100.398)	(121.495)
(-) Deságio (2)							(2.542)	-	(121)	(121)	-	(2.784)
Dívidas com Fundo de Pensão							34.267	36.323	38.503	40.813	2.564.773	2.714.679
Plano de Saúde, Odontológico e Seg.Vida							-	-	-	-	1.760.223	1.760.223
Forluz - Equacionamento (déficit 2015, 2016 e 2017)	01/01/2025	Mensal	01/01/2025	01/02/2033	Mensal	Price	34.267	36.323	38.503	40.813	168.338	318.244
Forluz - Previdência Privada							-	-	-	-	636.212	636.212

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;

(2) Desconto na 7ª e 8ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Os custos nominais e reais da dívida da Cemig D em 31 de dezembro de 2023, de eram 11,50% a.a. e 6,55% a.a., respectivamente, enquanto em 31 de dezembro de 2024 eles são 12,01% a.a. e 6,79% a.a., respectivamente.

a) Emissões de debêntures

Emissão de debêntures - 10ª emissão

Em 13 de março de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 10ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 15 de março de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 10ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Companhia. Foram emitidas dois milhões de debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	400.000	R\$400.000	CDI + 0,80%	5 anos	48º e 60º meses
2ª	1.600.000	R\$1.600.000	IPCA + 6,1469%	10 anos	96º, 108º e 120º meses

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da Companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 10ª Emissão – 1ª Série	março de 2024	2029	CDI + 0,80%	400.000
Debêntures - 10ª Emissão – 2ª Série	março de 2024	2034	IPCA + 6,1469%	1.600.000
(-) Custos de transação				(53.698)
Total de captações				1.946.302

Emissão de debêntures - 11ª emissão

Em 24 de setembro de 2024, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões e quinhentas mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em até 2 séries, da 11ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões e quinhentos milhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 11ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões e quinhentas mil debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos sustentáveis”, perfazendo o valor total de dois bilhões e quinhentos milhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.000.000	R\$1.000.000	CDI + 0,55%	7 anos	72ª e 84ª meses
2ª	1.500.000	R\$1.500.000	IPCA + 6,5769%	12 anos	132ª e 144ª meses

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com essa emissão serão destinados à recomposição de caixa da Companhia, compreendendo, mas não se limitando, à sua operação e ao reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Financiadores	Data de Entrada	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 11ª Emissão – 1ª Série	setembro de 2024	2031	CDI + 0,55%	1.000.000
Debêntures - 11ª Emissão – 2ª Série	setembro de 2024	2036	IPCA + 6,5769%	1.500.000
(-) Custos de transação				(63.575)
Total de captações				2.436.425

A abertura dos ativos financeiros está apresentada a seguir:

	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Indexador ou Juros	Spread % a.a.
Ativos Financeiros							
Caixa e Aplicações Financeiras							
Saldo conta corrente	-	227.011	-	227.011			
Aplic. Finan. - CDB	19.198	652.843	-	672.041	Sim	CDI	80,0% a 111,0% CDI
Aplic. Finan. – Outros Fundos de Invest.	3.167	115.343	44.576	163.086	Sim	CDI e Selic	104,2% a 112,00% CDI 12,41% a.a. a 12,45% a.a TR + 1% a 122,90% CDI
Aplic. Finan. - Outros	2.778	246.009	-	248.787	Sim	CDI e Selic	100,0% a 100,5% do CDI 11,91% a.a. a 12,15% a.a.
TOTAL	25.143	1.241.206	44.576	1.310.925			

As instituições financeiras estão adimplentes com as operações contratadas pela Companhia. Mais detalhes nas notas explicativas nº 6 e 7 destas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Composição e movimentação

A composição do endividamento e dívida líquida está apresentada a seguir:

	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Total 2024	Total 2023
Dívida bruta					
Financ. / emprést. moeda nacional	159.948	2.336.251	7.541.422	10.037.621	5.887.622
Fundo de pensão	-	162.817	2.714.679	2.877.496	3.611.083
	159.948	2.499.068	10.256.101	12.915.117	9.498.705
Ativos financeiros					
Alta liquidez	(2.778)	(473.020)	-	(475.798)	(459.498)
Demais aplicações financeiras	(22.365)	(768.186)	(44.576)	(835.127)	(2.782)
	(25.143)	(1.241.206)	(44.576)	(1.310.925)	(462.280)
Dívida líquida	134.805	1.257.862	10.211.525	11.604.192	9.036.425

O endividamento da Companhia tem o prazo médio de amortização de 5,1 anos. A composição das debêntures por indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Indexadores						
IPCA (1)	1.424.133	1.022.595	-	277.990	3.465.116	6.189.834
CDI (2)	1.078.270	1.000.000	500.000	200.000	1.200.000	3.978.270
Total por Indexadores	2.502.403	2.022.595	500.000	477.990	4.665.116	10.168.104
(-) Custos de transação	(3.662)	(3.648)	(531)	(8.461)	(108.855)	(125.157)
(-) Desconto	(2.542)	-	(2.542)	(121)	(121)	(5.326)
Total geral	2.496.199	2.018.947	496.927	469.408	4.556.140	10.037.621

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

(2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

Os indexadores utilizados para atualização monetária das debêntures tiveram as seguintes variações nos exercícios apresentados:

Indexador	Variação acumulada de janeiro a dezembro de 2024 (%)	Variação acumulada de janeiro a dezembro de 2023 (%)
IPCA	4,83	4,62
CDI	10,83	13,04

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.575.998
Debêntures obtidas	2.000.000
Custos de transação	(12.057)
Captações líquidas	1.987.943
Variação monetária	134.791
Encargos financeiros provisionados	448.677
Amortização do custo de transação	5.809
Encargos financeiros pagos	(430.493)
Amortização de principal	(835.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.887.622
Debêntures obtidas	4.500.000
Custos de transação	(117.273)
Captações líquidas	4.382.727
Variação monetária	231.442
Encargos financeiros provisionados	627.501
Amortização do custo de transação	14.320
Encargos financeiros pagos	(530.075)
Amortização de principal	(575.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.037.621

c) Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados às debêntures.

A Companhia transferiu para o ativo intangível e imobilizado os encargos da captação das debêntures vinculados a obras, conforme abaixo:

	2024	2023
Encargos de captação de debêntures	627.501	448.677
Encargos financeiros capitalizados nos ativos intangível e imobilizado (1) (Nota 13)	(76.764)	(62.482)
Efeito líquido no resultado	550.737	386.195

(1) A taxa média de capitalização foi de 11,13% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (11,33% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures são garantidas da seguinte forma:

Aval e recebíveis	2.041.842
Aval e fianças	334.174
Fiança	7.661.605
TOTAL	10.037.621

e) Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) financeiras e não financeiras, sendo as financeiras apresentadas a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª, 8ª e 9ª emissões de Debêntures (1)	Dívida líquida / Lajida ajustado (2)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual
10ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 30 de junho de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	
11ª emissão de debêntures	Dívida líquida/Lajida	Igual ou inferior a 3,5 de 31 de dezembro de 2024 até 30 de junho de 2029	Igual ou inferior a 3,0 até 30 de junho de 2026	Semestral e anual
		Igual ou inferior a 4,0 em 30 de junho de 2029 em diante	Igual ou inferior a 3,5 de 1 de julho de 2026 até 30 de junho de 2029 Igual ou inferior a 4,0 de 30 de junho de 2029 em diante	

(1) O não cumprimento dos *covenants* financeiros implica em vencimento antecipado, acarretando a imediata exigibilidade do pagamento pela Companhia do Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido de remuneração, além dos demais encargos devidos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

(2) O Lajida ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, do qual é subtraído o resultado extraordinário, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados durante esse exercício, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Lajida em qualquer exercício anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

A Administração monitora esses índices de forma contínua.

Fundos vinculados atrelados à emissão de debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o saldo de R\$196.059 referente a fundos vinculados (R\$11.532 em 31 de dezembro de 2023). Esse crescimento está atrelado, essencialmente, à 7ª emissão de debêntures da Cemig D.

Conforme Contrato de Cessão Fiduciária da 7ª emissão de debêntures, a Companhia deverá reter em conta vinculada, mensalmente, nos seis meses anteriores ao vencimento da parcela, o valor equivalente a 1/6 do valor projetado da parcela, em média R\$181.000.

As aplicações do depósito em garantia foram iniciadas em dezembro de 2024 e representam o valor de R\$185.106 em 31 de dezembro de 2024.

18. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Passivo		
Programa de eficiência energética (1)	492.138	452.245
Pesquisa e desenvolvimento	194.609	154.288
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (2)	14.212	66.818
CDE sobre P&D (3)	2.391	2.166
CDE sobre PEE (3)	4.782	7.785
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	2.406	2.199
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	-	16
	761.408	736.387
Passivo circulante	558.301	644.672
Passivo não circulante	203.107	91.715

- (1) O Programa de Eficiência Energética (PEE) tem o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Para tanto, concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente um montante de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico;
- (2) Iniciou-se em maio de 2021 a cobrança da conta CDE - Conta Covid, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020;
- (3) Refere-se ao valor transferido da conta de P&D, que será pago a título de CDE sobre P&D, em conformidade ao Despacho Aneel nº 904, de 30 de março de 2021.

19. CONTAS A PAGAR RELACIONADO À ENERGIA GERADA POR CONSUMIDORES

As contas a pagar relacionadas à energia gerada por consumidores por meio de geração distribuída têm apresentado variações significativas, devido principalmente ao crescimento dessa modalidade no Brasil.

O Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) foi implementado em 2012 pela Resolução Normativa nº 482 da Aneel, tendo como objetivo incentivar a geração de energia renovável. O SCEE permite que a energia injetada por unidades consumidoras com microgeração ou minigeração distribuída seja cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local. Posteriormente, essa energia é compensada no consumo do próprio cliente.

O saldo da obrigação representa o volume de energia a ser compensada, mensurado com base na tarifa de energia vigente da distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no passivo circulante é de R\$1.251.298, em comparação a R\$704.653 em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento na quantidade de energia injetada, que foi de 6.108 GWh no exercício de 2024 (4.720 GWh no exercício de 2023), que é consequência do crescimento do número de instalações geradoras, passando de 249.241 em dezembro de 2023 para 301.804 em dezembro de 2024.

20. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Fundo de pensão Forluz (plano de pensão e suplementação de aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano misto de benefícios previdenciários (“Plano B”) - Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes. Os riscos atuariais relacionados ao Plano B ocorrem, somente, a partir da opção pelo benefício de forma vitalícia no momento da aposentadoria do participante. Neste caso específico, a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é paritária entre as patrocinadoras e os participantes.

Plano saldado de benefícios previdenciários (“Plano A”) - Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram por migrar do antigo plano de benefício definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria. Os benefícios saldados do Plano A têm a característica de pagamento vitalício e a responsabilidade pelo risco de insuficiência de reservas para cobertura dos benefícios (déficits) é, exclusivamente, das patrocinadoras.

A Companhia mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, contribuições para o Plano Prosaúde Integrado (PSI) e o Plano Odontológico (POD) para os colaboradores, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde, conforme apresentado a seguir:

Plano Prosaúde Integrado (PSI) - Plano de saúde destinado ao atendimento dos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, que presta serviços de assistência ambulatorial e hospitalar com atendimento obstétrico, em rede credenciada de abrangência nacional. As coberturas são realizadas, principalmente, pelo Programa de Referência de Assistência à Saúde (PRAS), além de haver os programas de reembolso de despesas médicas por meio do Programa de Garantias Especiais (PGE) e do Fundo Complementar de Assistência à Saúde (FCAS).

Programa Odontológico (POD) - Plano odontológico ofertado pela Companhia aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes, administrado pela Cemig Saúde, em parceria com a Odontoprev, em abrangência nacional.

Obrigações atuariais reconhecidas nas demonstrações contábeis regulatórias

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o passivo e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde, plano odontológico e seguro de vida de acordo com os termos do pronunciamento técnico CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados e laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2024.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência dos déficits é de R\$357.668 (R\$377.390 em 31 de dezembro de 2023, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017).

As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela *Price*) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$234.121, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$123.547.

Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Depósitos em consignação à Forluz

Em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de novos Instrumentos Particulares de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019, 2020 e 2021. Para o caso dos equacionamentos de déficit, na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realiza pagamentos em consignação em conta de depósito judicial, que ficam à disposição da Forluz para serem resgatados a qualquer momento, no banco oficial. Os depósitos são constituídos mensalmente pelo valor de 50% da parcela de cada um dos Equacionamentos do Déficit de 2019, 2020 e 2021, conforme segue:

	Equacionamento do déficit de 2019	Equacionamento do déficit de 2020	Equacionamento do déficit de 2021
Início da consignação	Maio de 2021	Abril de 2022	Junho de 2023
Montante total solicitado pela Forluz	R\$116.228	R\$182.316	R\$485.205
Montante considerando a paridade contributiva	R\$58.114	R\$91.158	R\$242.603
Número de parcelas	166	158	159
Juros remuneratórios	IPCA + 6%	IPCA + 5,7%	IPCA + 5,51%
Saldo depositado em 31 de dezembro de 2024	R\$27.310	R\$30.132	R\$40.713

A Forluz encaminhou para a Companhia novos planos de equacionamentos que estão em avaliação pela Administração, referentes aos déficits atuariais de 2022 e 2023 do Plano Saldado de Benefícios Previdenciários – Plano A, sendo que o valor mínimo dos déficits acumulados para equacionamento representa o montante de R\$874.226, dos quais a Companhia vem realizando pagamento em consignação para os déficits de 2019, 2020 e 2021.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado nos anos de 2019, 2020 e 2021, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou com ação judicial contra a patrocinadora Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor integral do déficit do Plano A. Apesar da decisão favorável à Forluz, em 1ª instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, referente ao processo do equacionamento do déficit de 2019, cabe continuidade dessa discussão em instâncias superiores. Por isso, a Companhia, amparada pela avaliação de seus especialistas, optou pela manutenção da contingência de perda como possível.

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

As prestações da dívida pactuada com a Forluz, referentes a déficits atuariais passados, foram quitadas em 30 de junho de 2024. As parcelas eram amortizadas mensalmente, calculadas pelo sistema de prestação constante (Tabela *Price*) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Essa dívida foi paga independentemente de haver superávit da Fundação, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	6.110.673	1.853.116	32.019	7.995.808
Valor justo dos ativos do plano	(5.203.497)	-	-	(5.203.497)
Passivo líquido inicial	907.176	1.853.116	32.019	2.792.311
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	85.185	-	-	85.185
Passivo líquido no balanço patrimonial	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Valor presente das obrigações	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Valor justo dos ativos do plano	(5.804.379)	-	-	(5.804.379)
Passivo líquido inicial	1.381.864	2.177.881	38.483	3.598.228
Ajuste ao teto de ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	12.855	-	-	12.855
Passivo líquido no balanço patrimonial	1.394.719	2.177.881	38.483	3.611.083

O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

O valor líquido do passivo dos planos de previdência é ajustado ao teto de ativo, que corresponde ao resultado superavitário do Plano B, o qual possui destinação específica conforme regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2022	6.766.866	2.392.168	43.413	9.202.447
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado (1)	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.847	1.029.573
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	21.348	402	21.750
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	443.432	170.240	3.120	616.792
Decorrentes de ajustes com base na experiência	(130.878)	(491.060)	(9.879)	(631.817)
	312.554	(299.472)	(6.357)	6.725
Benefícios pagos	(650.118)	(158.236)	(2.750)	(811.104)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2023	7.186.243	2.177.881	38.483	9.402.607
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	5.724
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Perdas (ganhos) atuariais:				
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	-	(1.121)	(23)	(1.144)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(1.098.038)	(409.512)	(7.077)	(1.514.627)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	60.304	33.966	(265)	94.005
	(1.037.734)	(376.667)	(7.365)	(1.421.766)
Benefícios pagos	(659.109)	(143.169)	(2.536)	(804.814)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024	6.110.673	1.853.116	32.020	7.995.809

(1) Referentes às adesões dos empregados ao novo plano de saúde ofertado pela Companhia, denominado Plano Premium.

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Plano de pensão e suplementação de aposentados
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2022	5.441.522
Retorno real dos investimentos	788.024
Contribuições do empregador	224.951
Benefícios pagos	(650.118)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2023	5.804.379
Retorno real dos investimentos	(115.062)
Contribuições do empregador	173.289
Benefícios pagos	(659.109)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2024	5.203.497

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2024 e 2023 são como segue:

2024	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	723	4.908	93	5.724
Juros sobre a obrigação atuarial	620.550	190.163	3.345	814.058
Rendimento sobre os ativos do plano	(494.658)	-	-	(494.658)
Despesa total em 2024 conforme cálculo atuarial	126.615	195.071	3.438	325.124

2023	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	161	8.598	197	8.956
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Juros sobre a obrigação atuarial	756.780	267.946	4.846	1.029.572
Rendimento sobre os ativos do plano	(589.988)	-	-	(589.988)
Despesa total em 2023 conforme cálculo atuarial	166.953	243.421	4.176	414.550

Movimentação do passivo líquido

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2022	1.389.416	2.392.168	43.413	3.824.997
Despesa reconhecida no resultado	166.953	276.544	5.043	448.540
Custo do serviço passado	-	(33.123)	(867)	(33.990)
Contribuições pagas	(224.951)	(158.236)	(2.750)	(385.937)
Perdas (ganhos) atuariais	63.302	(299.472)	(6.357)	(242.527)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2023	1.394.720	2.177.881	38.482	3.611.083
Despesa reconhecida no resultado	126.615	195.071	3.438	325.124
Contribuições pagas	(173.289)	(143.169)	(2.536)	(318.994)
Perdas (ganhos) atuariais (1)	(355.685)	(376.667)	(7.365)	(739.717)
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2024	992.361	1.853.116	32.019	2.877.496
			2024	2023
Passivo circulante			162.817	231.390
Passivo não circulante			2.714.679	3.379.693

(1) A redução do passivo deve-se, essencialmente, às variações observadas nas premissas atuariais utilizadas. Mais detalhes no decorrer dessa nota explicativa.

As perdas e ganhos atuariais, líquidas de imposto de renda e contribuição social, não envolvem caixa, e, por isso, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa, reconhecida no resultado de 2024, referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$322.834 (R\$400.163 em 31 de dezembro de 2023), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$2.290 (R\$14.388 em 31 de dezembro de 2023), reconhecidos no resultado financeiro do exercício de 2024.

Análise de sensibilidade e estimativas para o exercício seguinte

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2025 é como segue:

2025	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Custo do serviço corrente	531	3.398	76	4.005
Juros sobre a obrigação atuarial	711.063	217.684	3.755	932.502
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(589.046)	-	-	(589.046)
Estimativa de despesa total em 2025 conforme cálculo atuarial	122.548	221.082	3.831	347.461

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2025 é como segue:

2025	Planos de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	670.294	152.136	2.728	825.158

A Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão em 2025 no montante de R\$63.302 para amortização de déficit do Plano A e de R\$63.331 para o Plano de Contribuição Definida (registradas diretamente no resultado do exercício).

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas significativas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2024:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Total
Desagravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	149.596	31.852	550	181.998
Agravamento da Tábua de Mortalidade em 1 ano	(137.901)	(32.690)	(565)	(171.156)
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	481.515	175.134	3.024	659.673
Acréscimo de 1% na taxa de desconto	(419.228)	(160.546)	(2.774)	(582.548)

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do crédito unitário projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no balanço patrimonial.

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico
Plano A	Plano B		
8,68	10,71	10,60	10,60

As principais categorias de ativos do plano são as seguintes:

	2024	2023
Ações e títulos de renda variável	625.766	786.598
Títulos de renda fixa	3.815.224	4.390.326
Imóveis	278.738	258.308
Outros	483.768	369.147
Total	5.203.496	5.804.379

Os seguintes ativos, mensurados pelo valor justo, estão relacionados com a Companhia e são considerados como ativos do plano. De acordo com a exigência das normas, o montante é apresentado para efeitos de informação:

	2024	2023
Debêntures não conversíveis emitidas pela Companhia	50.465	95.536
Imóveis da Fundação ocupados pela Companhia	172.692	212.575
	223.157	308.111

Principais premissas atuariais

	2024		2023	
	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde e Odontológico
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial (1)	12,30%	12,23%	9,03%	9,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,30%	Não aplicável	9,03%	Não aplicável
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	4,50%	3,50%	3,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	4,50%	Não aplicável	3,50%	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%	AT-2000 M S10% por sexo	AT-2000 M&F S10% D20%
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-83 IAM Male	MI-85 Female	AT-83 IAM Male	MI-85-Female
Crescimento real das contribuições acima da inflação	-	1,00%	-	1,00%

(1) Taxas de desconto nominais baseadas na projeção NTN-b com vencimento próximo ao vencimento da obrigação (*duration*).

A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

21. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Nesse contexto, considerando a avaliação da Companhia e de seus assessores legais, foram constituídas provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme segue:

	Trabalhistas	Cíveis		Tributárias	Regulatórias	Outras	Total
		Relações de consumo	Outras				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	297.311	36.679	32.687	937.320	34.293	4.334	1.342.624
Adições	99.337	65.166	22.963	96.194	4.758	8.969	297.387
Reversões	(2.458)	(8.591)	-	-	(294)	(593)	(11.936)
Liquidações	(74.812)	(51.178)	(17.962)	(387)	(2.157)	(1.396)	(147.892)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	319.378	42.076	37.688	1.033.127	36.600	11.314	1.480.183
Adições	129.401	107.126	20.556	21.800	1.450	30.407	310.740
Reversões	-	(13)	(406)	(511.685)	(451)	(3.551)	(516.106)
Liquidações	(103.491)	(69.917)	(19.351)	(1.288)	(1.450)	(14.767)	(210.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	345.288	79.272	38.487	541.954	36.149	23.403	1.064.553

Há ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada possível, com base na avaliação da Administração da Companhia e sustentada pela opinião de seus assessores legais, não sendo constituída provisão, conforme segue:

Perda Possível	2024	2023
Trabalhistas	807.905	1.145.327
Cíveis		
Relações de consumo	709.457	306.055
Outras ações cíveis	515.352	486.699
	1.224.809	792.754
Tributárias	1.962.856	1.373.073
Regulatórias	767.282	684.929
Outras	1.093.604	1.116.568
Total	5.856.456	5.112.651

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis regulatórias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos. A expectativa é que a maior parte dos valores provisionados seja pago em períodos superiores a 12 meses.

A Companhia acredita que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

As principais provisões e passivos contingentes estão detalhados a seguir, incluindo a melhor expectativa dos desembolsos futuros para sua liquidação.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por terceirizados. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais, à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz.

O montante das contingências é de R\$1.153.193 (R\$1.464.705 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$345.288 foram provisionados (R\$319.378 em 31 de dezembro de 2023), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Cíveis

Prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica

Em maio de 2024, foi ajuizada Ação Civil Pública, proposta em conjunto pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público Federal contra a Companhia e a Aneel, requerendo, ao município de Uberlândia, a adequação do serviço de atendimento ao consumidor de energia elétrica aos padrões estabelecidos pelo sistema jurídico, a evitabilidade de apagões e oscilações no fornecimento de energia elétrica, a fiscalização presencial na transmissão e distribuição de energia elétrica e a indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$344.606, (R\$103.227 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Relações com consumidores

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$444.123 (R\$244.904 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$79.272 (R\$42.076 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Conseqüentemente, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

Em maio de 2024, foi publicada a decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, em que a 4ª Vara da Justiça Federal julgou procedente, com resolução de mérito, os embargos à execução fiscal de um dos processos judiciais referentes às contribuições previdenciárias sobre a PLR. Essa decisão determinou o cancelamento da cobrança e extinguiu a execução fiscal. Devido à materialidade do valor envolvido nesse caso, a Companhia considerou esse evento um direcionador para reavaliar a probabilidade de perda de provável para possível nos processos judiciais que tinham obtido decisões favoráveis em 1ª instância, levando a uma reversão de R\$513.331, no segundo trimestre 2024. Os demais processos relacionados à contribuição previdenciária sobre a PLR mantiveram o prognóstico de perda provável e, com isso, o respectivo provisionamento.

O montante das contingências é de R\$1.072.670 (R\$1.073.574 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$435.701 (R\$918.668 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, dada a controvérsia e para evitar o risco de multa futura, a Companhia ajuizou ações judiciais para o reconhecimento do direito de não tributar a indenização dos anuênios, segregando as discussões relativas ao Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária e efetuando o depósito judicial do valor envolvido em cada ação judicial, no valor total histórico de R\$87.268, o qual é considerado suficiente para pagamento da ação judicial.

Na ação judicial relativa à incidência da Contribuição Previdenciária sobre os anuênios, foi proferida decisão judicial que impediu a análise de recurso pelo STF, restando a apreciação pelo STJ. Adicionalmente, em outubro de 2022, foi publicada decisão não reconhecendo o Agravo em Recurso Especial interposto pela Companhia, reduzindo as chances de êxito na ação. Em decorrência disso, a classificação de perda desta demanda foi alterada para provável, com provisão do valor em depósito judicial.

A ação judicial relativa à incidência do Imposto de Renda sobre a indenização dos anuênios, diante sua atual fase processual, foi mantida com a probabilidade de perda possível. O montante das contingências é de R\$237.761 (R\$228.738 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$105.980 (R\$101.953 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de R\$134.240 (R\$124.361 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$157.381 (R\$65.558 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia entre os exercícios de 2008 a 2018 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas; iv) amortização de ágio; e v) despesas com inovação tecnológica. O montante desta contingência é de R\$316.094 (R\$409.275 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. Adicionalmente, foi realizada a constituição de depósito judicial no valor de R\$87.980 (R\$81.894 em 31 de dezembro de 2023). O montante das contingências é de R\$79.985 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia avaliou os tratamentos fiscais adotados, que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, e concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não.

Estorno de créditos na apuração de PIS/Pasep e Cofins

A Receita Federal do Brasil lavrou, em agosto de 2021, dois autos de infração referentes à apuração de PIS/Pasep e Cofins para os fatos geradores ocorridos entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, alegando a insuficiência de pagamento dessas contribuições em razão do crédito supostamente indevido dos dispêndios com o encargo do Proinfra e a ausência de estorno dos créditos relativos às perdas não técnicas. A Companhia está contestando a autuação. O montante da contingência é de R\$216.159 (R\$199.762 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia em razão da escassa jurisprudência judicial sobre o tema.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais em que são questionados, principalmente, os encargos cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de R\$592.787 (R\$539.640 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$36.149 (R\$36.600 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de saída de recursos para liquidar estas discussões.

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$54.479 (R\$50.044 em 31 de dezembro de 2023).

Penalidade administrativa

A Companhia ajuizou ação anulatória de ato administrativo, com pedido de providência cautelar, em desfavor da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o intuito de cancelamento das sanções e das advertências e multas, no valor histórico de R\$25.778, decorrentes do Auto de Infração nº 076/2013 – SEF/ANEEL. O desembolso é estimado em R\$156.164 (R\$131.846 em 31 de dezembro de 2023) e a contingência de perda é avaliada como possível. O processo aguarda por sentença judicial.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações de responsabilidade civil em que são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$553.839 (R\$524.387 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$38.487 (R\$37.688 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$572.795 (R\$366.571 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$23.403 (R\$11.159 em 31 de dezembro de 2023) foram provisionados, sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$344.060 (R\$515.381 em 31 de dezembro de 2023), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$200.153 (R\$245.929 em 31 de dezembro de 2023) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Amortização Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Reavaliação	Total 31/12/2024
Em serviço	3,95	(6.385.491)	(9.323.274)	(15.708.765)
Participação da União, Estados e Municípios		(656.416)	(960.370)	(1.616.786)
Participação Financeira do Consumidor		(5.191.852)	(7.360.375)	(12.552.227)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		(4.068)	(9.426)	(13.494)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(78.301)	(187.179)	(265.480)
Pesquisa e Desenvolvimento		(5.242)	(6.309)	(11.551)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		(306.080)	(738.322)	(1.044.402)
Outros		(143.532)	(61.293)	(204.825)
Ultrapassagem de demanda		(42.051)	-	(42.051)
Excedente de reativos		(97.243)	-	(97.243)
Outros		(4.238)	(61.293)	(65.531)
(-) Amortização Acumulada - AIS	3,95	2.250.414	5.655.894	7.906.308
Participação da União, Estados e Municípios		167.403	749.500	916.903
Participação Financeira do Consumidor		1.773.418	4.021.109	5.794.527
Doações e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido		2.647	8.252	10.899
Programa de Eficiência Energética - PEE		52.596	163.931	216.527
Pesquisa e Desenvolvimento		4.689	5.484	10.173
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica		207.425	722.310	929.735
Outros		42.236	(14.692)	27.544
Ultrapassagem de demanda		11.944	-	11.944
Excedente de reativos		27.621	(14.692)	12.929
Outros		2.671	-	2.671
Em curso		(932.835)	-	(932.835)
Participação da União, Estados e Municípios		(73.132)	-	(73.132)
Participação Financeira do Consumidor		(582.051)	-	(582.051)
Doações e Subvenções Destinadas a Investimento no Serviço Concedido		(3)	-	(3)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(17.251)	-	(17.251)
Pesquisa e Desenvolvimento		(7.048)	-	(7.048)
Outros		(253.350)	-	(253.350)
Total		(5.067.912)	(3.667.380)	(8.735.292)

	Saldo Inicial em 31/12/2023	Adição (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Saldo Final em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)
Em serviço	(15.128.064)	(2.430)	26.137	(604.408)	(15.708.765)	23.707
Participação da União, Estados e Municípios	(1.539.908)	(2.430)	-	(74.448)	(1.616.786)	(2.430)
Participação financeira do consumidor	(12.048.078)	-	25.811	(529.960)	(12.552.227)	25.811
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(13.494)	-	-	-	(13.494)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(265.480)	-	-	-	(265.480)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(11.551)	-	-	-	(11.551)	-
Universalização do serviço público de energia elétrica	(1.044.402)	-	-	-	(1.044.402)	-
Outros	(205.151)	-	326	-	(204.825)	-
Ultrapassagem de demanda	(42.051)	-	-	-	(42.051)	-
Excedente de reativos	(97.243)	-	-	-	(97.243)	-
Outros	(65.857)	-	326	-	(65.531)	326
(-) Amortização Acumulada - AIS	7.295.656	610.652	-	-	7.906.308	610.652
Participação da união, estados e municípios	854.758	62.145	-	-	916.903	62.145
Participação financeira do consumidor	5.307.499	487.028	-	-	5.794.527	487.028
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	10.394	505	-	-	10.899	505
Programa de eficiência energética - PEE	205.912	10.615	-	-	216.527	10.615
Pesquisa e desenvolvimento	9.568	605	-	-	10.173	605
universalização do serviço público de energia elétrica	888.252	41.483	-	-	929.735	41.483
Outros	19.273	8.271	-	-	27.544	8.271
Ultrapassagem de demanda	10.258	1.686	-	-	11.944	1.686
Excedente de reativos	6.503	6.426	-	-	12.929	6.426
Outros	2.512	159	-	-	2.671	159
Em curso	(889.789)	(661.355)	13.901	604.408	(932.835)	(647.454)
Participação da união, estados e municípios	(57.681)	(89.899)	-	74.448	(73.132)	(89.899)
Participação financeira do consumidor	(595.574)	(516.437)	-	529.960	(582.051)	(516.437)
Doações e subvenções destinadas a investimento no serviço concedido	(3)	-	-	-	(3)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(17.251)	-	-	-	(17.251)	-
Pesquisa e desenvolvimento	(6.914)	(134)	-	-	(7.048)	(134)
Outros	(212.366)	(54.885)	13.901	-	(253.350)	(40.984)
Total	(8.722.197)	(53.133)	40.038	-	(8.735.292)	(13.095)

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AO ACIONISTA

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$6.964.105 (R\$6.284.312 em 31 de dezembro de 2023), representado por 2.359.113.452 ações ordinárias (2.359.113.452 em 31 de dezembro de 2023), subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

Aumento de Capital Social

A Assembleia Geral Ordinária ("AGO") aprovou, em 18 de dezembro de 2024, a proposta de aumento do capital social, de R\$6.284.312 para R\$6.964.105, sem alterações nas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mediante integralização do aumento de capital social com os dividendos e JCP no montante de R\$679.793.

b) Resultado societário por ação

O resultado por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios mencionados, conforme segue:

	2024	2023
Quantidade de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido societário do período	2.206.255	1.611.460
Resultado básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,94	0,68

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico por ação.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes das obrigações de benefícios pós-emprego consistem dos ganhos ou perdas resultantes das remensurações do valor líquido do passivo de benefício definido, conforme laudo atuarial, líquidos dos efeitos tributários, e da base de remuneração obrigatória – BRR, cujos valores estão demonstrados na tabela abaixo.

	2024	2023
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(889.439)	(1.377.652)
Reserva de reavaliação	1.861.318	2.063.535
Outros resultados abrangentes	971.879	685.883

d) Remuneração do acionista

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido societário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Conforme previsão estatutária, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre capital próprio pagos aos acionistas, que no caso da Companhia foram calculados com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido.

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP no total de R\$742.234, conforme valores e datas abaixo, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2025 e a segunda até 30 de dezembro de 2025.

Declaração	Montante (R\$)	Retenção de imposto de renda (R\$) (1)
21/03/2024	161.609	24.241
21/06/2024	170.278	25.542
23/09/2024	194.604	29.191
23/12/2024	215.743	32.361
	742.234	111.335

(1) Retenção de 15% de imposto de renda na fonte nos termos da legislação em vigor.

Cabe à Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e imputar os JCP aos dividendos obrigatórios do exercício de 2024, em proposta a ser submetida à Assembleia Geral. O valor do imposto de renda retido na fonte, por obrigação da legislação tributária, não é considerado quando se imputam os JCP's ao dividendo obrigatório e é calculado à alíquota de 15%, nos termos da legislação em vigor.

	2024
Dividendos obrigatórios	
Lucro líquido societário	2.206.255
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	1.103.128
Imposto de renda na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	111.335
	1.214.463
Juros sobre capital próprio e dividendos registrados em conformidade com o estatuto	
Juros sobre capital próprio	742.234
Dividendos obrigatórios	472.229
	1.214.463
Juros sobre capital próprio por ação - R\$	0,3146
Dividendos por ação - R\$	0,2002

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.183.846
Dividendos obrigatórios	238.230
Declaração de juros sobre capital próprio	667.647
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(100.147)
Destinação para aumento de capital	(268.314)
Pagamentos	(221.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.499.524
Destinação para programa de investimentos (1)	(238.230)
Dividendos obrigatórios	472.229
Declaração de juros sobre capital próprio	742.234
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(111.335)
Destinação para aumento de capital	(679.793)
Pagamentos	(567.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.117.129

(1) Foi aprovado na AGO da Cemig D, realizada no dia 29 de abril de 2024, o aumento da Reserva de Retenção de Lucros com o retorno dos dividendos obrigatórios do lucro líquido de 2023, no montante de R\$238.230, para garantir os investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Por não envolver caixa, essa transação não está refletida nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

e) Proposta de destinação do lucro societário de 2024

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2025, a seguinte proposta de destinação do lucro líquido societário de 2024, no montante de R\$2.206.255:

- R\$107.753, relativos a 5% do lucro líquido societário ajustado pela reserva de incentivos fiscais, sejam alocados à conta de reserva legal;
- R\$51.186 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de incentivos fiscais, referente aos incentivos fiscais obtidos em 2024 em função dos investimentos realizados na região da Sudene;

- R\$742.234 sejam destinados para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”);
- R\$472.229 dos dividendos obrigatórios sejam retornados para o Patrimônio Líquido na conta de Reserva de retenção de lucros para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025;
- R\$832.853 sejam mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de retenção de lucros, para garantir os investimentos da Companhia previstos para o exercício de 2025.

f) Reservas de lucros

A composição da conta Reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	685.307	577.554
Reserva de Incentivos Fiscais – SUDENE	173.388	122.202
Retorno de dividendos para programa de investimentos	238.230	-
Reserva de retenção de lucros societária	4.109.662	3.276.809
Absorção de prejuízos regulatórios	(544.807)	(493.383)
Reserva de retenção de lucros regulatória	3.564.855	2.783.426
	4.661.780	3.483.182

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Sua constituição corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, sendo a reserva de incentivos fiscais subtraída da sua base de cálculo.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui o direito à redução de 75% do imposto de renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração da atividade de distribuição na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. Em 2023, foi obtida a renovação desse benefício, com validade por mais 10 anos.

O valor do incentivo reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$51.186 (R\$30.933 em 31 de dezembro de 2023), posteriormente transferido para a reserva de incentivos fiscais. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Referem-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, suportados pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos exercícios em referência.

24. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Nº Consumidores (1)		MWh (1)		R\$	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento - faturado						
Residencial	7.960.300	7.725.836	14.430.057	13.310.995	7.006.416	5.472.135
Industrial	23.807	28.437	1.356.598	1.552.419	673.872	654.732
Comercial	916.307	943.831	6.399.845	6.354.344	3.459.998	3.116.296
Rural	405.953	422.829	3.533.721	3.447.474	1.692.658	1.446.666
Poder público	72.681	69.670	1.040.795	973.118	547.651	432.441
Iluminação pública	7.209	6.659	972.909	1.056.276	279.867	235.670
Serviço público	13.688	13.703	936.690	1.055.300	611.307	602.307
	9.399.945	9.210.965	28.670.615	27.749.926	14.271.769	11.960.247
Componente financeiro referente à restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização					512.852	1.908.658
Suprimento-faturado					366.044	168.432
Energia elétrica de curto prazo					-	2.124
Uso da rede elétrica de distribuição - faturada						
Consumidores cativos					9.843.310	9.278.561
Consumidores livres					5.169.039	4.447.516
					15.012.349	13.726.077
Fornecimento/suprimento/rede elétrica – não faturada						
Fornecimento não faturado					113.004	139.735
Constituição e amortização – ativos financeiros setoriais (2)					423.293	(213.038)
					536.297	(73.303)
Serviços cobráveis					17.548	20.958
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					2.041.296	1.642.689
Total	9.399.945	9.210.965	28.670.615	27.749.926	32.758.155	29.355.882

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(2) Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos custos, no exercício de 2024, com energia adquirida em leilões no ambiente regulado e da menor realização dos componentes financeiros que são repassados na tarifa, conforme nota explicativa nº 12.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2024	2023
Impostos sobre a receita		
ICMS	4.638.372	3.836.953
PIS/Pasep	450.200	403.281
Cofins	2.073.645	1.857.539
ISSQN	1.513	1.478
	7.163.730	6.099.251
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	82.773	73.520
Conta de desenvolvimento energético - CDE	3.618.586	3.689.689
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	30.495	27.086
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	43.565	38.695
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	21.782	19.347
CDE sobre P&D	13.069	11.608
CDE sobre PEE	26.139	23.217
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	28.046	25.997
	3.864.455	3.909.159
	11.028.185	10.008.410

25. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de Itaipu binacional	1.241.693	1.200.368
Contratos por cotas de garantia física	880.883	944.175
Cotas das usinas de Angra I e II	373.652	363.571
Energia de curto prazo – CCEE (1)	875.220	373.487
Contratos bilaterais	498.866	510.114
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado (2)	4.622.112	4.044.859
PROINFA	467.607	510.606
Geração distribuída (3)	3.238.739	2.331.020
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(782.871)	(695.633)
	11.415.901	9.582.567
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	3.356.086	3.066.947
	14.771.987	12.649.514

- (1) A variação decorre do aumento no custo com risco hidrológico devido à baixa hidrologia, além de uma redução de 21% na sobra de energia liquidada, em comparação ao exercício de 2023, refletindo no aumento no custo com energia de curto prazo.
- (2) O aumento de 14,26% no custo com energia adquirida em leilão em ambiente regulado, sendo de R\$4.622 milhões no exercício de 2024 comparado a R\$4.045 milhões no exercício de 2023, é devido principalmente aos reajustes contratuais anuais, atrelados ao IPCA, e da entrada de novos contratos.
- (3) O crescimento de 38,95% decorre, principalmente, do aumento na quantidade de instalações geradoras (1.121.362 em 2024 em comparação a 935.593 em 2023) e da quantidade de energia injetada (6.116 GWh em 2024 em comparação a 4.720 GWh em 2023).

26. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

a) Pessoal e administradores

	2024	2023
Pessoal	1.373.046	1.361.239
Benefício Pós-Emprego - Previdência Privada - Déficit ou Superávit Atuarial	124.324	148.738
Despesas Rescisórias	2.821	596
Encargos	180.116	174.933
Outros	80.332	56.283
Outros Benefícios - Corrente	103.753	103.548
Outros Benefícios Pós-Emprego - Déficit ou Superávit Atuarial	198.509	251.425
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	99.915	101.356
Previdência Privada - Corrente	47.728	44.574
Programa de Demissão Voluntária - PDV	46.241	(405)
Remuneração	489.307	480.191
Administradores	21.306	14.951
Benefícios dos Administradores	1.801	1.487
Honorários e Encargos (Diretoria e Conselho)	19.505	13.464
Total	1.394.352	1.376.190

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP)

Em maio de 2024, a Companhia aprovou o PDVP 2024, sendo o período de adesão dos empregados de 27 de maio a 21 de junho de 2024, sendo depois reaberto no período de 26 de junho a 28 de junho de 2024, com adesão de 281 empregados. O programa previu o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “sem justa causa” e de um prêmio adicional, a título de indenização.

Os custos para o programa totalizaram R\$56.468 e foram reconhecidos no resultado como custos e despesas de pessoal.

b) Serviços de terceiros

	2024	2023
Leitura de medidores e entrega de contas	158.621	161.032
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	703.953	628.141
Comunicação	133.431	126.860
Conservação e limpeza de prédios	59.322	57.170
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	139.797	104.179
Corte e religação	72.379	87.008
Podas de árvores	85.777	57.728
Serviços advocatícios e custas processuais	34.909	28.282
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.345	4.789
Serviços de tecnologia da informação	143.282	135.189
Mão de obra contratada	35.487	28.652
Hospedagem e alimentação	19.454	15.582
Vigilância	13.133	12.015
Manutenção e conservação de veículos	3.161	3.792
Consultoria	5.559	7.995
Despesas com transporte - pessoa jurídica	12.574	1.809
Inspeção de unidades consumidoras	47.539	44.549
Serviços logísticos	1.864	1.609
Outros	51.410	54.268
	1.725.997	1.560.649

c) Provisões

	2024	2023
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	164.690	159.694
Perda estimada para outros créditos a receber	48.247	9.769
Provisão (reversão) para contingências		
Trabalhistas	129.401	96.879
Cíveis	127.263	79.538
Tributárias (1)	(489.885)	96.194
Regulatórias	999	4.464
Outras	26.856	8.376
	(205.366)	285.451
	7.571	454.914

- (1) Essa variação decorre, basicamente, da reversão de contingência tributária oriunda de decisão favorável à Companhia, em 1ª instância, que determinou o cancelamento da cobrança e a extinção da execução fiscal de processo relacionado às contribuições previdenciárias sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Mais detalhes na nota explicativa nº 21.

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	122.557	100.272
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(33.645)	(32.134)
Acréscimos moratórios de contas de energia	287.908	268.882
Variações monetárias	29.912	21.984
Variação monetária depósitos judiciais	43.836	47.406
Variação monetária - CVA (Nota 12)	46.657	127.880
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	370.758	-
Atualização crédito IRPJ sobre PAT (Nota 9a)	38.781	-
Outras	108.235	125.401
	1.014.999	659.691
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(550.737)	(386.195)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(14.320)	(5.809)
Encargos de variação monetária - Forluz	(2.290)	(14.387)
Variação monetária de empréstimos e debêntures (Nota 17)	(231.442)	(134.791)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	-	(129.457)
Variação monetária - CVA (Nota 12)	(30.412)	(51.811)
Variação monetária de P&D e PEE	(28.484)	(35.871)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(19.335)	(26.299)
Atualização estimada de créditos de GD, líquida (2)	(37.970)	-
Outras variações monetárias	(17.049)	(28.998)
Outras	(62.303)	(105.921)
	(994.342)	(919.539)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	20.657	(259.848)

- (1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido. Com a compensação dos créditos, o passivo a restituir aos consumidores superou o valor dos créditos a compensar, gerando uma despesa financeira líquida nos períodos comparativos. Com o ajuste do passivo, em maio de 2024, de R\$410.626, a Companhia passou a ter uma receita financeira líquida.
- (2) Atualização estimada dos créditos de geração distribuída a serem compensados pelos consumidores, pelo efeito do reajuste tarifário, líquida da parcela correspondente à receita financeira da neutralidade estimada sobre os créditos de geração distribuída, no montante de R\$39.049 (Nota 12).

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Cemig Geração e Transmissão	2.289	3.417	9.351	8.862	1.885	2.417	(59.787)	(67.731)
Aliança Geração	-	3.446	-	11.591	32.690	49.344	(75.158)	(128.084)
Norte Energia	-	-	32.901	30.975	-	-	(289.835)	(278.213)
Taesa	-	-	-	-	-	-	(539)	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Encargos de conexão								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	15.690	12.407	31.798	30.107	(125.317)	(106.063)
Sete Lagoas	-	-	305	295	-	-	(2.699)	(2.602)
Taesa	-	-	107	104	-	-	(5.021)	(6.215)
Cemig SIM	-	-	-	-	3.847	-	-	-
Encargos de transmissão								
Cemig Geração e Transmissão	3.403	-	31.941	22.021	-	-	(324.178)	(254.929)
Sete Lagoas	-	-	-	-	-	-	(5.220)	(4.988)
Taesa	-	-	9.779	11.005	-	-	(130.300)	(122.512)

Os encargos de conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os encargos de transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Consumidores e revendedores

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Governo do Estado de Minas Gerais	10.769	45.292	-	-	230.980	193.531	-	-

O saldo de consumidores e revendedores que a Companhia possui com o ente controlador, refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia.

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	7.119	19.741	22.833	-	-	(61.800)	(57.997)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	10.259	203	-	-	(12.113)	(134)

Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Mútuo

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	(10.925)	(15.194)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.416)	-

O mútuo com a Companhia Energética de Minas Gerais envolveu contratos firmados, em 10 de janeiro de 2024, 25 de janeiro de 2024 e 09 de fevereiro de 2024, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a sua controladora nos montantes de R\$150.000, R\$200.000 e R\$400.000, respectivamente. Os contratos de mútuo em questão foram liquidados em 15 de março de 2024 (o primeiro mútuo) e 18 de março de 2024 (os dois últimos), acrescidos de juros nos montantes de R\$3.195, R\$3.276 e R\$4.454, respectivamente, correspondentes à taxa de juros equivalente de 110% do CDI, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício de sua controladora.

O mútuo com a Cemig Geração e Transmissão envolveu contrato firmado em 13 de agosto de 2024, com anuência da Aneel, entre a Companhia e a Cemig Geração e Transmissão no montante de R\$100.000. O contrato de mútuo em questão foi liquidado em 30 de setembro de 2024, acrescidos de juros no montante de R\$1.416, correspondente à taxa de juros equivalente de CDI + 0,80%, tendo como garantia uma Nota Promissória emitida pela Companhia em benefício da Cemig Geração e Transmissão.

Processos judiciais

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	9.931	-	-	-	-	-	-	-

Refere-se a acordo firmado entre o Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e as empresas signatárias a seguir: a Alpargatas, a Guanhães e a Cemig Distribuição. Em 21 de dezembro de 2012 o Estado de Minas Gerais firmou o contrato nº 021/2012 para a execução de obras e de prestação de serviços em infraestrutura energética no estado de Minas Gerais e contratou a Companhia Energética de Minas Gerais para a execução das obras.

As obras foram executadas pela Cemig Distribuição em benefício da Alpargatas e da Guanhães sem o repasse dos recursos financeiros por parte do Estado de Minas Gerais para a Cemig no tempo adequado, o que culminou em desembolsos da Cemig Distribuição, executora das obras, e da Guanhães Energia. A Cemig Distribuição desembolsou recursos para a conclusão das obras em benefício da Alpargatas e a Guanhães desembolsou recursos para a conclusão das obras que tiveram a própria empresa como beneficiária.

Em 14 de junho de 2024 foi realizada conciliação pré-processual entre as empresas envolvidas em que o Estado se comprometeu a pagar R\$32 milhões à Cemig em 36 parcelas sucessivas, a partir de julho de 2024, no valor de R\$900 com data-base em maio de 2024. Como parte do acordo que foi feito, a Cemig ficou incumbida de repassar os valores de direito para a Guanhães Energia e para a Cemig Distribuição (mediante procuração emitida pela Alpargatas em benefício da Cemig Distribuição).

Os termos financeiros contratuais da conciliação estão detalhados a seguir:

- I. a 1ª parcela será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo que este valor permanecerá sem reajuste até a 12ª parcela.
- II. a partir da 13ª parcela até a 36ª parcela, o valor pago em junho de 2024 será reajustado mensalmente pelo IPCA.
- III. todas as parcelas têm vencimento até o último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho de 2024.

Juros sobre capital próprio e dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	1.117.129	1.497.494	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a declaração de Juros sobre o Capital Próprio - JCP e Dividendos no total de R\$1.214.463, possuindo o montante de R\$1.117.129 no saldo a pagar. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 23.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	52.726	649	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	118.188	1.424	-	-	5.732	46	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	44.576	-	-	-	-	-	-	-

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa” no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Arrendamentos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Circulante								
Arrendamento operacional	-	-	12.965	18.686	-	-	(18.519)	(24.864)
Não circulante								
Arrendamento operacional	131.708	134.742	143.754	131.252	-	-	-	-

Trata-se de contrato de aluguel da sede administrativa da Companhia com a Fundação Forluminas de Seguridade Social (Forluz), Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) dos funcionários do Grupo Cemig, proprietária do imóvel locado.

Em 27 de março de 2024 a Companhia firmou termo aditivo para devolução de 5 andares do Edifício Júlio Soares, alteração de valores de locação e retirada da Gasmig e Cemig Sim do contrato. A nova data-base do contrato teve início em 1 de abril de 2024, com vigência até março de 2029, sendo reajustado anualmente pelo IPCA e tendo seus preços revisados a cada 60 meses.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui obrigações contratuais com um grupo de ex-empregados aposentados em que é responsável por assegurar verbas para custeio de plano de previdência complementar, denominado Forluz, e para custeio de plano de saúde, denominado Cemig Saúde. As principais condições relacionadas aos benefícios pós-emprego estão indicadas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2024	2023	2024	2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023	Jan a Dez/2024	Jan a Dez/2023
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	37.904	91.198	-	-	(126.615)	(166.953)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (2)	-	-	-	-	-	-	(60.546)	(55.136)
Custeio administrativo (3)	-	-	-	-	-	-	(29.625)	(28.999)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (1)	-	-	954.457	1.303.522	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	145.705	160.985	-	-	(198.509)	(281.588)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (4)	-	-	1.739.430	2.055.379	-	-	-	-

- (1) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e foram amortizados até o exercício de 2024;
- (2) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;

- (3) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (4) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da Administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	15.770	13.551
Participação nos resultados	4.883	3.141
Previdência privada	1.607	1.284
Planos de saúde e odontológico	110	96
Seguro de vida	20	20
Total (1)	22.390	18.092

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da Administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros são apresentados abaixo:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo (1)	Valor contábil	Valor justo (1)
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Investimentos temporários - aplicações financeiras		44.900	44.900	1.357	1.357
Consumidores, concessionárias e permissionárias - transporte de energia (Nota 8)		4.327.216	4.327.216	3.958.243	3.958.243
Investimentos temporários - Fundos vinculados		196.059	196.059	11.532	11.532
Ativos financeiros setoriais da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros		1.295.625	1.295.625	805.571	805.571
Outros ativos - Reembolso de subsídios tarifários		130.023	130.023	117.175	117.175
Outros ativos - Subvenção baixa renda		82.762	82.762	69.891	69.891
		6.076.585	6.076.585	4.963.769	4.963.769
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	724.768	724.768	264.606	264.606
Investimentos temporários					
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	136	136
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	23.983	23.983	396	396
Letras financeiras - bancos	2	92.549	92.549	877	877
Debêntures	2	1.655	1.655	15	15
		118.187	118.187	1.424	1.424
		842.955	842.955	266.030	266.030
		6.919.540	6.919.540	5.229.799	5.229.799
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nota 17) (2)		(10.037.621)	(10.037.621)	(5.887.622)	(5.887.622)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)		-	-	(65.417)	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)		(357.668)	(357.668)	(377.390)	(377.390)
Passivos financeiros setoriais da concessão (Nota 12)		(16.470)	(16.470)	-	-
Fornecedores (nota 15)		(1.973.750)	(1.973.750)	(2.024.449)	(2.024.449)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)		(274.977)	(274.977)	(286.529)	(286.529)
		(12.660.486)	(12.660.486)	(8.641.407)	(8.641.407)

- (1) O valor contábil apresentado é uma aproximação razoável do valor justo exceto para Debêntures e Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz, em 31 de dezembro de 2024
- (2) O valor justo apresentado está líquido dos custos de transação e recursos antecipados apresentados na nota explicativa nº 17.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. O valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. As informações de nível 2 são observáveis, seja direta ou indiretamente. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, incluindo dados não observáveis, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR). Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado na data de mensuração. Os dados não observáveis são desenvolvidos utilizando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir dados próprios da entidade.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (*inputs*) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis de hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de suas debêntures utilizando a taxa de 111,6223% da variação do CDI, com base nas suas captações. Para as debêntures com taxas anuais variando entre (i) um mínimo de IPCA + 4,10% a.a. e um máximo de IPCA + 6,5769% a.a. e (ii) um mínimo de CDI + 0,55% a.a. e um máximo de CDI + 2,05% a.a., a Companhia apurou seu valor justo inferior ao seu valor contábil em 3,44%. O valor contábil é R\$10.168 milhões e o valor justo é de R\$9.819 milhões. Essa diferença se deve às condições de mercado à época do cálculo, sendo impactada principalmente pelas condições macroeconômicas (inflação e juros), além da dinâmica do mercado de crédito, com reflexo nas negociações do secundário do mercado de capitais.

Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

O risco de natureza econômico-financeira está associado à gestão e controle ineficazes dos meios financeiros da organização e às oscilações do mercado, como disponibilidade de crédito, taxas de câmbio e movimentos das taxas de juros.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer sua liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão em linha com a sua estratégia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa.

A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto de flutuações no câmbio, nas taxas de juros e inflação, no valor de seus ativos e passivos financeiros, evidenciando qual o efeito nos resultados e no patrimônio líquido.

Os cenários para essa análise foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, sendo considerados conforme segue:

- **Cenário base**: considera-se os saldos contábeis da data destas Demonstrações contábeis regulatórias.

- **Cenário provável:** o saldo do cenário base é atualizado considerando o câmbio e as taxas de juros prováveis para 31 de dezembro de 2025, utilizando informações disponibilizadas pelos consultores financeiros. O efeito estimado no resultado da Companhia é indicado pela diferença entre o cenário provável e o cenário base.
- **Cenário adverso:** um cenário é considerado adverso quando gera uma redução nos ganhos de ativos financeiros líquidos (redução da taxa do cenário adverso em relação à do provável) ou aumento de passivos financeiros líquidos (aumento da taxa do cenário adverso em relação à do provável), quando associados ao mesmo risco. Assim, a Companhia atualiza os saldos do cenário base considerando o câmbio e as taxas de juros estimadas para um cenário adverso, utilizando-se como base informações disponibilizadas por seus consultores financeiros. O efeito estimado no resultado é indicado pela diferença entre o cenário adverso e o cenário base.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de câmbio, com impacto na rubrica de fornecedores (energia elétrica comprada de Itaipu).

O efeito da variação cambial associado ao contrato de compra de energia de Itaipu é mitigado por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida da Companhia em relação às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	2024		2023	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(34.005)	(210.488)	(49.528)	(239.780)
Passivo líquido exposto		<u>(210.488)</u>		<u>(239.780)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 31 de dezembro de 2025 será uma desvalorização de 7,92% (R\$5,70).

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é como segue:

Risco - Exposições cambiais	2024	31 de dezembro de 2025	
	Cenário base	Cenário provável Dólar R\$5,70	Cenário adverso Dólar R\$6,48
Dólar Norte-Americano			
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(210.488)	(193.826)	(220.349)
Passivo líquido exposto	<u>(210.488)</u>	<u>(193.826)</u>	<u>(220.349)</u>
Efeito líquido da variação cambial no resultado		<u>16.662</u>	<u>(9.861)</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras da Companhia e aos ativos financeiros relativos à CVA e outros componentes financeiros e pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos em moeda nacional é obtida junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas.

A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	2024	2023
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 6)	724.768	264.606
Investimentos temporários (Nota 7)	163.087	2.781
Fundos vinculados	196.059	11.532
Ativos financeiros setoriais da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros (Nota 12)	1.295.625	805.571
	2.379.539	1.084.490
Passivos		
Debêntures - CDI (Nota 17)	(3.978.270)	(2.805.353)
Passivos financeiros setoriais da concessão (Nota 12)	(16.470)	-
	(3.994.740)	(2.805.353)
Passivo líquido exposto	(1.615.201)	(1.720.863)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 15,00% em 31 de dezembro de 2025.

A análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Aumento nas taxas de juros nacionais	2024	31 de dezembro de 2025	
	Cenário base	Cenário provável Selic 15,00%	Cenário adverso Selic 15,25%
Ativos			
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 6)	724.768	833.483	835.295
Investimentos temporários (Nota 7)	163.087	187.550	187.958
Fundos vinculados	196.059	225.468	225.958
Ativos financeiros setoriais da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros (Nota 12)	1.295.625	1.489.969	1.493.208
	2.379.539	2.736.470	2.742.419
Passivos			
Debêntures - CDI (Nota 17)	(3.978.270)	(4.575.011)	(4.584.956)
Passivos financeiros setoriais da concessão (Nota 12)	(16.470)	(18.941)	(18.982)
	(3.994.740)	(4.593.952)	(4.603.938)
Passivo líquido exposto	(1.615.201)	(1.857.482)	(1.861.519)
Efeito líquido da variação das taxas de juros no resultado		(242.281)	(246.318)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação, sendo parte de seus empréstimos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA.

O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	2024	2023
Passivos		
Debêntures - IPCA (Nota 17)	(6.189.834)	(3.113.166)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	-	(65.417)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(357.668)	(377.390)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(274.977)	(286.529)
Passivo líquido exposto	(6.822.479)	(3.842.502)

Análise de sensibilidade

Em função de seus passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação destes indicadores, representada no cenário adverso.

Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, o IPCA será de 4,50% em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados considerando um cenário adverso em relação ao cenário provável é conforme segue:

Risco - Elevação da inflação	2024	31 de dezembro de 2025	
	Cenário base	Cenário provável IPCA 4,50%	Cenário adverso IPCA 8,08%
Passivos			
Debêntures - IPCA (Nota 17)	(6.189.834)	(6.468.377)	(6.689.973)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 20)	(357.668)	(373.763)	(386.568)
Passivo de arrendamentos (ajustado por remensurações)	(274.977)	(287.351)	(297.195)
Passivo líquido exposto	(6.822.479)	(7.129.491)	(7.373.736)
Efeito líquido da variação do IPCA no resultado		(307.012)	(551.257)

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir as exigências de caixa de suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês		De 1 a 3 meses		De 3 meses a 1 ano		De 1 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
Instrumentos financeiros à taxa de juros:											
Pós-fixadas											
Debêntures	-	-	324.025	188.951	2.050.889	536.826	3.642.030	1.796.237	5.510.491	1.483.506	15.532.955
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	3.414	1.745	6.919	3.461	32.771	15.093	220.203	58.523	150.252	10.924	503.305
	3.414	1.745	330.944	192.412	2.083.660	551.919	3.862.233	1.854.760	5.660.743	1.494.430	16.036.260
Pré-fixadas											
Fornecedores	1.827.058	-	146.692	-	-	-	-	-	-	-	1.973.750
	1.830.472	1.745	477.636	192.412	2.083.660	551.919	3.862.233	1.854.760	5.660.743	1.494.430	18.010.010

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2024, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, é de R\$760.256 (R\$788.256 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que é constantemente atualizada.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, podendo ser de entidades públicas ou privadas, financeiras e não financeiras. A Companhia não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis regulatórias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Classificação mínima de *rating* Nacional de Longo Prazo de “BBB” (bra), “brBBB” ou “Baa2” por qualquer das agências: Fitch Ratings, Moody’s ou Standard & Poor’s
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$800 milhões
3. Índice de Basiléia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

A qualidade da carteira de crédito das instituições financeiras é outro indicador monitorado e poderá impactar o corte do limite da instituição.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio líquido	Limite por banco (% do PL) (1) (2)			
		AAA	AA	A	BBB
Risco federal (RF)	-	10%	10%	10%	10%
A1	Igual ou superior a R\$10 bilhões	9%	8%	7%	6%
A2	Entre R\$5 bilhões e R\$10 bilhões	8%	7%	6%	5%
A3	Entre R\$2 bilhões e R\$5 bilhões	7%	6%	5%	4%
A4	Entre R\$800 milhões e R\$2 bilhões	6%	5%	4%	-

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

(2) Quando a instituição possuir classificações distintas de *ratings* pelas agências de classificação de riscos, será considerada a avaliação mais favorável para a instituição.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal”, “A1” e “A2” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis, que compreende as aplicações mantidas nos Fundos de Investimentos e na carteira própria, excluídos os títulos públicos.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira. O termo aditivo incluiu metas anuais desses indicadores que deveriam ser cumpridas até 2020. O descumprimento em dois anos consecutivos ou no ano de 2020 incorreria na abertura do processo de caducidade da concessão.

A partir de 2021, o contrato estabeleceu que o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade. Essa regra foi regulamentada pela Resolução Normativa nº 948/2021, sintetizada conforme segue:

Indicador	Critérios	Medidas decorrentes do descumprimento
Gestão econômica e financeira	No ano base	Aporte de capital (1) Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
Gestão econômica e financeira	2 anos consecutivos	Caducidade da concessão
Qualidade do fornecimento	No ano base	Plano de resultados (2)
Qualidade do fornecimento	2 anos consecutivos ou 3 dos 5 anos civis anteriores	Limitação de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio (3)
Qualidade do fornecimento	3 anos consecutivos	Caducidade da concessão

(1) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

(2) O descumprimento de qualquer dos limites do DEC ou do FEC por um ano torna obrigatória a apresentação pela concessionária de um Plano de Resultados, que deverá ser submetido ao aceite prévio da Aneel e acompanhado em sua execução pelas áreas de fiscalização.

(3) Essa limitação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano civil subsequente ao ano do descumprimento do indicador.

O critério de qualidade do fornecimento é mensurado pelos indicadores de continuidade coletivos: DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). Consideram-se descumpridos quando, isoladamente ou em conjunto, o resultado de cada indicador ultrapassar os limites anuais globais estabelecidos pela Aneel.

Para o exercício de 2024, o DEC e o FEC obtiveram resultados abaixo do limite regulatório, sendo o DEC de 9,46 (horas) frente ao limite de 9,64 (horas) e o FEC de 5,06 (interrupções) frente ao limite regulatório de 5,97 (interrupções).

O critério de eficiência com relação à gestão econômica e financeira é mensurado pela seguinte inequação:

$$\frac{Dívida\ líquida^1}{Lajida^2 - QRR^3} \leq \frac{1}{(1,11 * Selic^4)}$$

- (1) A dívida líquida corresponde a dívida bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. A dívida corresponderá ao somatório de passivos formado por empréstimos, financiamento, debêntures, passivo atuarial (previdência privada e benefícios pós-emprego), parcelamentos de tributos, instrumentos financeiros derivativos, tributos em atraso, custos e encargos setoriais em atraso e renegociados, passivos financeiros setoriais que não estejam em discussão administrativa ou judicial, suprimento/compra de energia elétrica para revenda (curto prazo sem cobertura tarifária).
- (2) Lajida calculado conforme metodologia definida pela Aneel.
- (3) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória: será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
- (4) Selic: deverá ser limitada a 9,009% ao ano, caso supere esse percentual e a 6,006%, caso seja inferior a este último percentual.

Considera-se descumprido este critério quando houver a não conformidade da inequação ou quando o Lajida for menor que a QRR. A apuração do critério de eficiência relacionado à gestão econômica e financeira ainda não ocorreu, sendo realizada após divulgação das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE foi concebido para compartilhar entre seus integrantes os riscos financeiros associados à comercialização de energia pelas usinas hidráulicas despachados de modo centralizado pelo ONS.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de debêntures com cláusula restritiva (“covenant”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”. Mais informações na nota explicativa nº 17 destas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Administração de capital

A Companhia possui a política de manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e para viabilizar a implementação do seu programa de investimentos e a manutenção da sua qualidade de crédito, com acesso ao mercado de capitais, buscando investir em projetos que ofereçam taxas internas de retorno real mínimas iguais ou superiores àquelas previstas na Estratégia de Longo Prazo, tendo como referência o custo de capital para os seus negócios.

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do exercício é apresentado a seguir:

	2024	2023
Total do passivo	30.265.295	27.703.739
Caixa e equivalentes de caixa	(951.779)	(447.967)
Investimentos temporários	(359.146)	(14.313)
Passivo líquido	28.954.370	27.241.459
Total do patrimônio líquido	6.593.476	6.593.476
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	4,39	4,13

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações contábeis regulatórias, que incluem, principalmente, contratos de compra de energia elétrica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total (*)
Compra de energia elétrica de Itaipu	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	1.094.660	19.703.879	25.177.179
Transporte de energia elétrica de Itaipu	192.548	217.475	223.705	204.566	186.483	3.509.088	4.533.865
Compra de energia - leilão	320.227	100.601	19.985	-	-	-	440.813
Compra de energia elétrica - Contratos bilaterais	4.187.324	4.250.101	4.438.080	4.648.505	4.693.944	60.487.453	82.705.407
Cotas das usinas Angra 1 e Angra 2	383.224	383.224	385.149	386.274	385.324	6.839.202	8.762.397
Cotas de garantias físicas	738.812	660.391	581.971	582.020	572.620	10.141.507	13.277.321
	6.916.795	6.706.452	6.743.550	6.916.025	6.933.031	100.681.129	134.896.982

(*) Montantes apresentados pelo valor presente em 31 de dezembro de 2024.

31. REAJUSTE TARIFÁRIO DO EXERCÍCIO DE 2024 E REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA DE 2023

Reajuste Tarifário Anual de 2024

Em 21 de maio de 2024, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig D, para vigência no período de 28 de maio de 2024 a 27 de maio de 2025, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 7,32%, demonstrado na sequência. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa tensão o impacto médio foi de 6,70%.

Nível de tensão	Efeito médio para o consumidor
Alta e média tensão - Grupo A	8,63%
Baixa tensão - Grupo B	6,72%
Reajuste médio	7,32%

Essa variação decorre do reajuste dos itens de custos da Parcela A e B, inclusão de novos componentes financeiros para compensação dos 12 meses subsequentes e retirada dos que vigoraram no ciclo anterior, além da variação acumulada do IPCA no período de maio de 2023 a abril de 2024.

Na composição do efeito médio, a variação dos custos da Parcela A contribuiu em 0,81%, a atualização da Parcela B foi responsável por 1,27%, refletindo, dentre outros fatores, a variação acumulada do IPCA de 3,69% no período de maio de 2023 a abril de 2024 e os componentes financeiros foram responsáveis pelos 5,24% restantes.

Revisão Tarifária e Composição da Base de Remuneração Regulatória de 2023

Em 23 de maio de 2023, a Aneel homologou o resultado da Quinta Revisão Tarifária periódica da Cemig Distribuição, para vigência no período de 28 de maio de 2023 a 27 de maio de 2024, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 13,27%. Para os consumidores residenciais (B1) o impacto médio foi de 14,91%.

Na composição do reajuste homologado, a variação de custos da parcela B, custos gerenciáveis, representou 0,66%, e a variação dos custos não controláveis, já considerada a devolução parcial dos créditos de Pasep/Cofins, contribuíram com os demais 12,61%.

A remuneração do capital sofreu variação de 15,5% em relação aos valores hoje existentes nas tarifas. Esse acréscimo se deve, principalmente, do incremento da Base de Remuneração Líquida, em vista dos investimentos realizados pela Cemig Distribuição desde sua última revisão tarifária.

Resumo da Revisão Tarifária

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Companhia é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita último IRT (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação (R\$)	Variação (%)	Impacto na revisão tarifária (%)	Participação receita (%)
1. PA RCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3+1.4)	13.757.746	14.793.334	1.035.588	7,53%	5,09%	68,80%
1.1. Encargos setoriais	4.449.338	4.981.803	532.465	11,97%	2,62%	23,20%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	25.766	26.389	623	2,42%	-	0,10%
CDE (USO)	3.185.236	2.968.922	(216.314)	(6,79%)	(1,06%)	13,80%
CDE Conta-Covid (TUSD)	312.292	312.173	(119)	(0,04%)	-	1,50%
CDE Conta-Covid (TE)	244.804	246.508	1.704	0,70%	0,01%	1,10%
CDE Eletrobrás	(407.085)	(50.947)	356.138	(87,48%)	1,75%	(0,20%)
CDE Conta-Escassez Hídrica (TUSD)	-	6.788	6.788	-	0,03%	-
CDE Conta-Escassez Hídrica (TE)	-	94.260	94.260	-	0,46%	0,40%
CDE GD	-	142.080	142.080	-	0,70%	0,70%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	333.527	552.696	219.169	65,71%	1,08%	2,60%
PROINFA	607.182	511.577	(95.605)	(15,75%)	(0,47%)	2,40%
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	147.616	171.357	23.741	16,08%	0,12%	0,80%
1.2. Transmissão	2.003.426	2.257.416	253.990	12,68%	1,25%	10,50%
Rede Básica	1.381.071	1.539.215	158.144	11,45%	0,78%	7,20%
Rede Básica Fronteira	236.698	291.358	54.660	23,09%	0,27%	1,40%
Rede Básica ONS (A2)	16.079	12.980	(3.099)	(19,27%)	(0,02%)	0,10%
Rede Básica Export. (A2)	14.028	12.479	(1.549)	(11,04%)	(0,01%)	0,10%
MUST Itaipu	105.540	106.569	1.029	0,97%	0,01%	0,50%
Transporte de Itaipu	126.978	153.743	26.765	21,08%	0,13%	0,70%
Conexão	116.470	134.448	17.978	15,44%	0,09%	0,60%
Uso do sistema de distribuição e CCD	6.562	6.624	62	0,94%	-	-
1.3. Compra de energia	7.171.925	7.438.216	266.291	3,71%	1,31%	34,60%
1.4. Receitas irre recuperáveis	133.057	115.899	(17.158)	(12,90%)	(0,08%)	0,50%
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	6.583.938	6.719.003	135.065	2,05%	0,66%	31,20%
IRT	20.341.684	21.512.337	1.170.653	5,75%	5,75%	100,00%
Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	-	(525.393)	-	-	(2,58%)	-
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-	-	-	-	10,10%	-
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	-	-	-	-	13,27%	-

Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente;

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária. Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR. A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	58.280.503
(2) Índice de Aproveitamento Integral 67.259.264	67.259
(3) Obrigações Especiais Bruta	14.680.270
(4) Bens Totalmente Depreciados	17.946.066
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	25.586.908
(6) Depreciação Acumulada	35.440.044
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	22.840.460
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	32.679
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	22.807.780
(10) Almoxarifado em Operação	14.446
(12) Obrigações Especiais Líquida	8.026.549
(13) Terrenos e Servidões	404.405
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (9)+(10)-(12)+(13)	15.200.082
(15) Base de Remuneração Ativos Concessionária	15.200.083
(16) WACC antes de impostos	11,25%
(17) Remuneração Ativos Concessionária	1.710.055
(18) Base Obrigações Especiais	14.680.270
(19) Taxa de Remuneração das Obrigações Especiais	1,86%
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	273.675
(24) Remuneração do Capital = (17)+(20)	1.983.730
(25) Taxa de Depreciação	3,95%
(29) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (25)	1.010.683

Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI:

(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.735.059
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.230.777
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	328.207
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.176.075
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	132.350
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	65.349
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	288.057
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	485.756

32. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias. Para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		951.779	-	-	951.779	447.967	-	-	447.967
Consumidores	32.1.8	3.740.165	-	109.144	3.849.309	3.511.306	-	33.758	3.545.064
Concessionárias e Permissionárias	32.1.8	548.170	-	(109.144)	439.026	408.120	-	(33.758)	374.362
Serviços em Curso	32.2.4	313.578	(312.801)	(777)	-	272.238	(271.633)	(605)	-
Tributos Compensáveis		437.033	-	-	437.033	550.472	-	-	550.472
Investimentos Temporários	32.1.1	314.570	-	(196.059)	118.511	14.313	-	(11.532)	2.781
Ativos Financeiros Setoriais		859.597	-	-	859.597	493.934	-	-	493.934
Despesas Pagas Antecipadamente	32.1.2	4.421	-	(4.421)	-	4.918	-	(4.918)	-
	32.1.1			196.059				11.532	
	32.1.2			4.421				4.918	
Outros Ativos Circulantes	32.1.3	944.954		6.437	1.150.751	749.839		6.437	771.503
	32.2.1		(1.897)				(1.828)		
	32.2.4			777				605	
TOTAL DO CIRCULANTE		8.114.267	(314.698)	6.437	7.806.006	6.453.107	(273.461)	6.437	6.186.083
Bens Destinados à Alienação	32.1.3	6.437	-	(6.437)	-	6.437	-	(6.437)	-
NÃO CIRCULANTE									
Concessionárias - transporte de energia		38.881	-	-	38.881	38.817	-	-	38.817
Tributos Compensáveis		802.989	-	-	802.989	698.446	-	-	698.446
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		190.579	-	-	190.579	113.122	-	-	113.122
Depósitos judiciais e cauções		680.175	-	-	680.175	662.233	-	-	662.233
Tributos Diferidos	32.2.10	545.424	678.223	-	1.223.647	1.075.277	808.887	-	1.884.164
Investimentos Temporários		44.576	-	-	44.576	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais		436.028	-	-	436.028	311.637	-	-	311.637
Ativo Financeiro da Concessão	32.2.1	-	2.714.876	-	2.714.876	-	1.881.509	-	1.881.509
Bens e Direitos para Uso Futuro	32.1.4	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Serviços em curso	32.2.4	45.340	(45.340)	-	-	10.568	(10.568)	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	32.1.4	41.422	-	94	47.015	11.055	-	94	16.648
	32.1.5			5.499				5.499	
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	32.1.5	5.499	-	(5.499)	-	5.499	-	(5.499)	-
	32.2.1								
Imobilizado	32.2.2	30.529.858	(30.529.858)	-	-	27.674.869	(27.674.869)	-	-
	32.2.5								
Ativos de contrato	32.2.5	-	4.421.329	-	4.421.329	-	3.430.870	-	3.430.870
	32.2.1								
Intangível	32.2.2	1.138.425	12.665.524	-	13.803.949	836.308	11.263.082	-	12.099.390
	32.2.5								
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso		243.065	-	-	243.065	259.647	-	-	259.647
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		34.742.355	(10.095.246)	-	24.647.109	31.697.572	(10.301.089)	-	21.396.483
ATIVO TOTAL		42.863.059	(10.409.944)	-	32.453.115	38.157.116	(10.574.550)	-	27.582.566

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
CIRCULANTE									
Fornecedores		1.973.750	-	-	1.973.750	2.024.449	-	-	2.024.449
Debêntures		2.496.199	-	-	2.496.199	639.713	-	-	639.713
Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.1.10	198.234	-	(58.697)	139.537	248.419	-	(95.134)	153.285
Participação dos colaboradores e administradores no resultado	32.1.10	-	-	58.697	58.697	-	-	95.134	95.134
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		1.117.129	-	-	1.117.129	1.499.524	-	-	1.499.524
Obrigações pós-emprego		162.817	-	-	162.817	231.390	-	-	231.390
Impostos, taxas e contribuições		360.012	-	-	360.012	268.455	-	-	268.455
Imposto de renda e contribuição social		71.701	-	-	71.701	80.888	-	-	80.888
Encargos Setoriais	32.2.4	558.301	(312.801)	-	245.500	644.672	(271.633)	-	373.039
Contas a pagar relacionado a energia gerada por consumidores		1.251.298	-	-	1.251.298	704.653	-	-	704.653
Valores a restituir a consumidores		526.498	-	-	526.498	853.652	-	-	853.652
Operações de arrendamento mercantil - obrigações		55.728	-	-	55.728	56.294	-	-	56.294
Contribuição de iluminação pública		475.037	-	-	475.037	424.713	-	-	424.713
Outros passivos circulantes		481.646	-	-	481.646	354.578	-	-	354.578
Passivos financeiros setoriais		16.470	-	-	16.470	-	-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		9.744.820	(312.801)	-	9.432.019	8.031.400	(271.633)	-	7.759.767
NÃO CIRCULANTE									
Debêntures		7.541.422	-	-	7.541.422	5.247.909	-	-	5.247.909
Obrigações pós-emprego		2.714.679	-	-	2.714.679	3.379.693	-	-	3.379.693
Provisão para Litígios		1.064.553	-	-	1.064.553	1.480.183	-	-	1.480.183
Encargos Setoriais	32.2.4	203.107	(45.340)	-	157.767	91.715	(10.568)	-	81.147
Valores a restituir a consumidores		22.880	-	-	22.880	501.159	-	-	501.159
Operações de arrendamento mercantil - obrigações		219.249	-	-	219.249	230.235	-	-	230.235
Outros Passivos Não Circulantes		19.293	-	-	19.293	19.248	-	-	19.248
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	32.2.2	8.735.292	(8.735.292)	-	-	8.722.197	(8.722.197)	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.520.475	(8.780.632)	-	11.739.843	19.672.339	(8.732.765)	-	10.939.574
TOTAL DO PASSIVO		30.265.295	(9.093.433)	-	21.171.862	27.703.739	(9.004.398)	-	18.699.341
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital Social		6.964.105	-	-	6.964.105	6.284.312	-	-	6.284.312
Ajustes de Avaliação Patrimonial	32.2.1 32.2.10	971.879	(1.861.318)	-	(889.439)	685.883	(2.063.535)	-	(1.377.652)
Reservas de Lucros	32.2.1 32.2.2	4.661.780	544.807	-	5.206.587	3.483.182	493.383	-	3.976.565
TOATAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.597.764	(1.316.511)	-	11.281.253	10.453.377	(1.570.152)	-	8.883.225
TOTAL DO PASSIVO PAT. LÍQUIDO		42.863.059	(10.409.944)	-	32.453.115	38.157.116	(10.574.550)	-	27.582.566

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
RECEITA		32.758.155	4.325.543	561.304	37.645.002	29.355.882	3.610.687	434.562	33.401.131
Fornecimento de Energia Elétrica		14.384.773	-	-	14.384.773	12.099.982	-	-	12.099.982
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização		512.852	-	-	512.852	1.908.658	-	-	1.908.658
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	2.124	-	-	2.124
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes		-	-	-	-	(3.766)	-	-	(3.766)
Disponibilização do Sistema de Distribuição		15.012.349	-	-	15.012.349	13.726.077	-	-	13.726.077
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		423.293	-	-	423.293	(213.038)	-	-	(213.038)
Suprimento a outras concessionárias		366.044	-	-	366.044	172.198	-	-	172.198
Serviços Cobráveis		17.548	-	-	17.548	20.958	-	-	20.958
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido		2.041.296	-	-	2.041.296	1.642.689	-	-	1.642.689
Receita de Construção	32.2.3	-	4.378.611	-	4.378.611	-	3.600.374	-	3.600.374
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	-	104.417	-	104.417	-	149.238	-	149.238
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	32.2.6	-	(157.485)	-	(157.485)	-	(138.925)	-	(138.925)
Outras Receitas	32.2.7	-	-	561.304	561.304	-	-	434.562	434.562
TRIBUTOS		(7.163.730)	-	357	(7.163.373)	(6.099.251)	-	(44.284)	(6.143.535)
ICMS	32.2.7	(4.638.372)	-	-	(4.638.372)	(3.836.953)	-	(4.086)	(3.841.039)
PIS-PASEP	32.2.7	(450.200)	-	64	(450.136)	(403.281)	-	(7.171)	(410.452)
COFINS	32.2.7	(2.073.645)	-	293	(2.073.352)	(1.857.539)	-	(33.027)	(1.890.566)
ISS		(1.513)	-	-	(1.513)	(1.478)	-	-	(1.478)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(3.864.455)	-	-	(3.864.455)	(3.909.159)	-	-	(3.909.159)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(95.842)	-	-	(95.842)	(85.128)	-	-	(85.128)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(82.773)	-	-	(82.773)	(73.520)	-	-	(73.520)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(3.618.586)	-	-	(3.618.586)	(3.689.689)	-	-	(3.689.689)
Taxa de Fisc. de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(28.046)	-	-	(28.046)	(25.997)	-	-	(25.997)
CDE sobre P&D		(13.069)	-	-	(13.069)	(11.608)	-	-	(11.608)
CDE sobre PEE		(26.139)	-	-	(26.139)	(23.217)	-	-	(23.217)
RECEITA LÍQUIDA / INGRESSO LÍQUIDO		21.729.970	4.325.543	561.661	26.617.174	19.347.472	3.610.687	390.278	23.348.437
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(14.771.987)	37.472	-	(14.734.515)	(12.649.514)	(6.723)	-	(12.656.237)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	32.2.8	(11.415.901)	37.472	-	(11.378.429)	(9.582.567)	(6.723)	-	(9.589.290)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(3.356.086)	-	-	(3.356.086)	(3.066.947)	-	-	(3.066.947)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		6.957.983	4.363.015	561.661	11.882.659	6.697.958	3.603.964	390.278	10.692.200
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(4.494.773)	(3.941.239)	(561.661)	(8.997.673)	(4.915.509)	(3.116.679)	(390.278)	(8.422.466)

	Nota	2024				2023			
		Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário	Regulatório	Ajustes	Reclassificações	Societário
Pessoal e Administradores		(1.394.352)	-	-	(1.394.352)	(1.376.190)	-	-	(1.376.190)
Materiais		(103.016)	-	-	(103.016)	(114.586)	-	-	(114.586)
Serviços de Terceiros	32.2.9	(1.725.997)	-	(61.087)	(1.787.084)	(1.560.649)	-	(53.130)	(1.613.779)
Arrendamentos e Aluguéis	32.1.9	(35.032)	-	41.262	6.230	(35.228)	-	36.035	807
Seguros		(4.524)	-	-	(4.524)	(8.766)	-	-	(8.766)
Doações, Contribuições e Subvenções		(14.354)	-	-	(14.354)	(14.295)	-	-	(14.295)
Provisões	32.1.7	(7.571)	-	10.481	2.910	(454.914)	-	(7.608)	(462.522)
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	32.2.1	(308.786)	48.141	53.256	(207.389)	(286.969)	80.402	21.369	(185.198)
	32.2.2								
(-) Recuperação de Despesas		63.551	-	-	63.551	70.354	-	-	70.354
Tributos		(11.098)	-	-	(11.098)	(5.836)	-	-	(5.836)
	32.1.9								
Depreciação e Amortização	32.2.1	(1.112.404)	231.746	(41.262)	(921.920)	(1.062.211)	264.389	(36.035)	(833.857)
	32.2.2								
Custo de Construção	32.2.3	-	(4.378.611)	-	(4.378.611)	-	(3.600.374)	-	(3.600.374)
	32.1.7								
Gastos Diversos	32.2.6	(478.530)	157.485	50.606	(270.439)	(483.624)	138.904	60.738	(283.982)
	32.2.9								
Outras Receitas Operacionais	32.2.7	700.834	-	(614.917)	85.917	467.837	-	(411.647)	56.190
Outras Despesas Operacionais		(63.494)	-	-	(63.494)	(50.432)	-	-	(50.432)
RESULTADO DA ATIVIDADE		2.463.210	421.776	-	2.884.986	1.782.449	487.285	-	2.269.734
Resultado Financeiro		20.657	(37.472)	-	(16.815)	(259.848)	6.723	-	(253.125)
Receitas Financeiras	32.2.8	1.014.999	-	-	984.588	659.691	19.820	-	583.789
	32.1.6			(30.411)				(95.722)	
Despesas Financeiras	32.2.8	(994.342)	(37.472)	-	(1.001.403)	(919.539)	(13.097)	-	(836.914)
	32.1.6			30.411			95.722		
Resultado Antes dos tributos sobre o Lucro		2.483.867	384.304	-	2.868.171	1.522.601	494.008	-	2.016.609
Tributos sobre o Lucro	32.2.10	(531.253)	(130.663)	-	(661.916)	(237.179)	(167.970)	-	(405.149)
Resultado Líquido do Exercício		1.952.614	253.641	-	2.206.255	1.285.422	326.038	-	1.611.460

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	Nota	2024	2023
Patrimônio Líquido Societário		11.281.253	8.883.225
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	(825.399)	(747.486)
Reavaliação da base de remuneração regulatória (BRR)	32.2.1 32.2.2	2.820.117	3.126.508
Tributos diferidos (IR/CSLL)	32.2.10	(678.207)	(808.870)
Ajustes no PL Acumulados no exercício		1.316.511	1.570.152
Patrimônio Líquido Regulatório		12.597.764	10.453.377

e) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Nota	2024	2023
Resultado do Exercício Societário		2.206.255	1.611.460
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	32.2.1	(104.417)	(149.238)
Amortização - ativo financeiro BRR	32.2.1 32.2.2	26.504	26.241
Depreciação/Amortização - custo histórico base de remuneração regulatória (BRR)	32.2.1 32.2.2	(258.250)	(290.630)
Base de remuneração regulatória (BRR) – perdas	32.2.1 32.2.2	(48.141)	(80.402)
Tributos diferidos (IR/CSLL)	32.2.10	130.663	167.991
Total de ajustes		(253.641)	(326.038)
Resultado do exercício - regulatório		1.952.614	1.285.422

As principais alterações entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias e nas demonstrações financeiras societárias são relacionadas abaixo:

32.1 Reclassificações

Referem-se às diferenças de práticas de apresentação entre normas contábeis societárias e regulatórias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais reclassificações não afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido ou o resultado da Companhia e estão identificadas a seguir:

32.1.1 Investimentos temporários

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos fundos vinculados devem ser registrados em contas específicas, dentro do grupo de investimentos temporários, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.19 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.2 Despesas pagas antecipadamente

Na contabilidade regulatória os valores referentes às despesas pagas antecipadamente são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.23 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização.

32.1.3 Bens destinados à alienação

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens destinados à alienação devem ser apresentados em conta específica, em observância à técnica de funcionamento 7.2.29 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores são apresentados em outros ativos circulantes.

32.1.4 Bens e direitos para uso futuro

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e direitos para uso futuro são apresentados em rubrica própria, conforme técnica de funcionamento 7.2.38 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica de outros ativos não circulantes.

32.1.5 Bens e atividades não vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica são apresentados em rubrica própria, conforme previsto no MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica outros ativos não circulantes.

32.1.6 Atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais

Na contabilidade societária o resultado financeiro da atualização monetária dos ativos e passivos financeiros setoriais é apresentado líquido, na receita ou na despesa financeira, conforme resultado obtido no período de apuração.

Na contabilidade regulatória, tal resultado não é apresentado líquido, ficando nas rubricas correspondentes de receita ou despesa financeira, em observância ao MCSE, conforme técnicas de funcionamento 7.2.242 e 7.2.254.

32.1.7 Provisão para perdas em ativos em curso

Na contabilidade regulatória os valores referentes às provisões/reversões de provisão para perdas em ativos em curso (obras canceladas) devem ser apresentados no grupo de provisão para redução ao valor recuperável, conforme técnica de funcionamento 7.2.21 do MCSE.

Na contabilidade societária estes valores estão apresentados na linha de outros custos (gastos diversos).

32.1.8 Consumidores e concessionárias e permissionárias

Na contabilidade regulatória os valores correspondentes aos créditos referentes ao suprimento de energia elétrica a outras concessionárias, inclusive a comercialização de energia realizada no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (energia elétrica de curto prazo), são apresentados na rubrica “concessionárias e permissionárias”, em atendimento à técnica de funcionamento 7.2.12 do MCSE.

Na contabilidade societária esses valores são apresentados na rubrica consumidores.

32.1.9 Direito de uso

Na contabilidade societária, nos termos do IFRS 16/CPC 06 (R2), na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (“ativo de direito de uso”). Esse ativo é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados pelas remensurações do passivo.

Com a revisão das normas regulatórias e instituição do MCSE de 2022, a Aneel passou a adotar as mesmas premissas societárias, conforme CPC 06/ IFRS 16, em relação aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica.

Na contabilidade societária, a amortização do direito de uso é apresentada no resultado, na rubrica de Depreciação e amortização. Já na contabilidade regulatória, essa amortização é apresentada na rubrica de Arrendamentos e aluguéis, conforme técnica de funcionamento 7.2.220 do MCSE.

32.1.10 Participação nos lucros e resultados

Na contabilidade regulatória os valores a pagar referentes às participações nos lucros e resultados são apresentados na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”, conforme técnica de funcionamento 7.2.81 do MCSE.

Na contabilidade societária, estes valores estão apresentados na rubrica “Participação dos colaboradores e administradores no resultado” em função da materialidade.

32.2 Ajustes de práticas contábeis

Referem-se às diferenças entre as normas contábeis regulatórias e societárias, em atendimento às práticas específicas estabelecidas pelo órgão regulador. Tais ajustes afetam o valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e/ou resultado da Companhia e estão identificados a seguir:

32.2.1 Ativos financeiros de infraestrutura

Na contabilidade societária, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, conforme previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1).

A amortização societária reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear.

A Companhia determina a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro a valor justo, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária somente são feitas as atualizações do valor justo do ativo financeiro da concessão e a amortização do intangível no resultado do exercício.

32.2.2 Obrigações especiais

Na contabilidade regulatória os valores referentes às obrigações especiais são apresentados em contas específicas do passivo, no subgrupo obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, em observância ao MCSE - técnica de funcionamento 7.2.102.

Na contabilidade societária estes valores são registrados em contas a custo histórico redutoras do ativo financeiro, ativo intangível e/ou ativos de contrato em conformidade com o IFRS 12/ICPC 01 (R1).

32.2.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

Na contabilidade societária são registrados receitas e custos de construção correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia em ativos da concessão, em conformidade ao previsto no IFRIC 12/ICPC 01 (R1) e IFRS 15/CPC 47.

32.2.4 Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados na rubrica de serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com as técnicas de funcionamento 7.2.24 e 7.2.25 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária é realizada a compensação entre ativo e o passivo e os valores são apresentados pelo líquido. Quando o resultado da compensação for um direito a receber, o valor líquido será apresentado em outros ativos circulantes ou outros ativos não circulantes, considerando a sua expectativa de realização. Caso o valor líquido da compensação represente uma obrigação da Companhia, os valores serão apresentados no passivo circulante ou não circulante, na rubrica encargos regulatórios, considerando a sua expectativa de realização.

32.2.5 Ativos de contrato

Na contabilidade societária, as alterações introduzidas pela IFRS 15/CPC 47 impactaram na classificação e mensuração dos ativos vinculados à infraestrutura, já que os mesmos estão sob alcance da IFRIC 12/ICPC 01 (R1). Conforme requerido no pronunciamento, a alocação de preço é exigida para cada tipo de obrigação de performance identificada no contrato, devendo ainda classificar o ativo financeiro entre custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Com base nas características contratuais, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, durante o período de construção, passaram a ser classificados como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados, sendo posteriormente bifurcados entre ativo financeiro e intangível, na entrada em operação.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados como ativo imobilizado e ativo intangível.

32.2.6 Multa por violação de padrão indicador de continuidade

Os ressarcimentos aos clientes decorrentes das penalidades por violação de indicadores de qualidade no fornecimento de energia elétrica, principalmente os indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI, são reconhecidos como redução das receitas de uso da rede de distribuição (TUSD), conforme alteração constante do Pronunciamento CPC 47/IFRS 15.

Na contabilidade regulatória os valores continuam sendo apresentados como despesa, na rubrica de gastos diversos, conforme disposto na técnica de funcionamento 7.2.230 do MCSE.

32.2.7 Outras receitas operacionais

Arrendamentos e aluguéis e Prestação de serviços

Na contabilidade societária, as receitas auferidas com arrendamentos e aluguéis e prestação de serviços são apresentadas no grupo de receita operacional, compondo o total da receita líquida.

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de outras receitas operacionais, conforme técnicas de funcionamento 7.2.190 e 7.2.191 do MCSE.

Outras receitas operacionais

Trata-se de valores referentes às demais receitas operacionais e tributos incidentes sobre essas receitas que, na contabilidade societária são somados à receita operacional e na contabilidade regulatória são apresentadas como redutoras dos custos gerenciáveis (parcela B), conforme item 6.2.15 - Atividade não Vinculada à Concessão, do MCSE.

32.2.8 Variação cambial referente às faturas de Itaipu

Na contabilidade regulatória estes valores são apresentados no grupo de custos não gerenciáveis, na rubrica de energia elétrica comprada para revenda, conforme técnica de funcionamento 7.2.208 do MCSE.

Na contabilidade societária, a variação cambial referente à compra de energia de Itaipu é apresentada no resultado financeiro.

32.2.9 Custos com comunicação e reprografia

Os custos com comunicação e reprografia passaram a ser apresentados como Gastos diversos na contabilidade regulatória, com a revisão e implantação de MCSE 2022, conforme técnica de funcionamento 7.2.230.

Na contabilidade societária esses custos são apresentados como Serviços de Terceiros.

32.2.10 Efeitos fiscais – imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com as técnicas de funcionamento 7.2.37 e 7.2.262 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acórdão na Ação Anulatória de vigência do Acordo Coletivo Específico de plano de saúde

Em 19 de fevereiro de 2025, foi publicado acórdão do julgamento ocorrido em 9 de dezembro de 2024 em Recurso Ordinário Trabalhista, pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Essa decisão determinou a cessação, a partir de 31 de dezembro de 2023, da validade das cláusulas que determinavam a prorrogação automática por iguais e sucessivos períodos da cláusula 17ª do acordo coletivo de trabalho de 2010 e cláusula 4ª do acordo coletivo de trabalho de 2016. Essas cláusulas garantiam a cobertura das suas obrigações com pagamento de benefício pós-emprego do plano de saúde (PSI), incluindo os aposentados e empregados ativos.

Não há nenhum registro contábil a ser realizado em decorrência dessa decisão neste momento.

Emissão de debêntures

Em 21 de fevereiro de 2025, a Companhia divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de dois milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em 2 séries, da 12ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, perfazendo o montante total de dois bilhões de reais, a ser realizada nos termos da regulamentação da CVM.

Em 18 de março de 2025, a Companhia concluiu a liquidação financeira da 12ª emissão de debêntures em duas séries, as quais contam com fiança outorgada pela Cemig. Foram emitidas dois milhões e quinhentos mil debêntures, caracterizados como “títulos ESG de uso de recursos - sustentáveis”, perfazendo o total de R\$2,5 bilhões de reais, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.640.000	R\$1.640.000	CDI + 0,86% a.a.	2.557 dias	72º e 84º meses
2ª	860.000	R\$860.000	IPCA + 7,5467% a.a.	5.479 dias	156º, 168º e 180º meses

Os recursos obtidos pela Companhia com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos, gastos e despesas por ela realizados, abrangendo projetos que envolvam questões sociais e ambientais.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AA+(bra) à emissão.

Declaração de juros sobre o capital próprio

Em 20 de março de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a declaração de JCP relativos ao primeiro trimestre de 2025, no montante de R\$232.217, a serem pagos em duas parcelas iguais, a primeira até 30 de junho de 2026 e a segunda até 30 de dezembro de 2026.

Emissão de debêntures

Em 2 de abril de 2025, a Cemig D divulgou ao mercado o início da oferta pública de distribuição de 1.895.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional outorgada pela Cemig, em 2 séries, da 13ª emissão de debêntures, com valor nominal unitário de um mil reais, no valor inicial de R\$1,5 bilhões de reais, com a possibilidade desse valor ser aumentado em até 33,3334% caso a opção de Lote Adicional fosse exercida. A operação foi realizada nos termos da Resolução CVM 160.

Em 11 de abril de 2025, a Cemig D concluiu a liquidação financeira de sua 13ª emissão de debêntures em duas séries, por meio da qual foram emitidas 1.895.000 debêntures, perfazendo o valor total de R\$1.895.000, subscritas conforme abaixo:

Série	Quantidade	Valor em milhares	Taxa	Prazo	Amortização
1ª	1.143.000	R\$1.143.000	CDI + 0,64% a.a.	1.831 dias	48º e 60º meses
2ª	752.000	R\$752.000	CDI + 0,80% a.a.	2.562 dias	72º e 84º meses

Os recursos obtidos pela Cemig D com essa emissão serão destinados à gestão do fluxo de caixa, compreendendo, mas não se limitando a sua operação e o reembolso de investimentos realizados.

Por fim, informa-se que a agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings atribuiu rating AAA(bra) à emissão.

Reabertura de período para migração para o novo plano de saúde

Em 10 de abril de 2025, foi reaberto o período de migração para o novo plano de saúde, o Plano Premium, que foi ofertado a todos os empregados ativos e integralmente custeado pela Companhia. O período para as adesões nas condições propostas pela Companhia se encerrou em 25 de abril de 2025 e houve a migração de uma parcela de colaboradores para o Plano Premium.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Sergio Lopes Cabral
Vice-Presidente de Comercialização

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Marney Tadeu Antunes
Vice-Presidente de Distribuição

Luis Cláudio Correa Villani
Vice-Presidente de Tecnologia da
Informação

**Marco da Camino Ancona Lopez
Soligo**
Vice-Presidente sem denominação

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Vice-Presidente Jurídico

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador - CRC-MG-121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Distribuição S.A

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cemig Distribuição S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cemig Distribuição S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Veja a Nota 20 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, envolve julgamentos da administração na determinação das premissas atuariais, sendo as principais: (i) a taxa de desconto; (ii) expectativa de vida; e (iii) o crescimento real das contribuições e salários. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria, devido às incertezas relacionadas às premissas para se estimar a obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, que possuem risco de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações contábeis regulatórias.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Avaliação do desenho, implementação e efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto, da expectativa de vida e do crescimento real das contribuições e salários;- Avaliação do escopo, da independência, da competência, das qualificações profissionais, das experiências e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na estimativa da obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde;- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em cálculos atuariais, da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, como da taxa de desconto, expectativa de vida e o crescimento real das contribuições e salários, incluindo a comparação com dados obtidos de fontes externas;- Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias estão de acordo com as normas aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos

A Cemig Distribuição S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG


Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V, inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 12 de maio de 2025.

Concessionária: Cemig Distribuição S.A.

Reynaldo Passanezi Filho
Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e
Relações com Investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade
Financeira e Participações
Contador – CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Distribuição S.A. – Cemig D, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Cemig Distribuição S.A. –Cemig D, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 nos termos apresentados e aprovados pela Diretoria, em 29 de abril de 2025. Após verificarem os documentos acima mencionados, expressam opinião favorável de que as mencionadas demonstrações estão adequadamente representadas em todos os seus aspectos relevantes.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2025.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá (majoritário)

Lucas de Vasconcelos Gonzales (majoritário)

Pedro Bruno Barros de Souza (majoritário)

Michele da Silva Gonsales Torres (ações preferenciais)

João Vicente Silva Machado (minoritários)